

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

THALES RAVEL HETKA OKONOSKI

**DIAGNÓSTICO DE DUAS TRAJETÓRIAS PRODUTIVOS DISTINTOS – A
AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA CONVENCIONAL**
Suas perspectivas para o desenvolvimento rural de São Mateus do Sul - PR

PONTA GROSSA
2012

THALES RAVEL HETKA OKONOSKI

**DIAGNÓSTICO DE DUAS TRAJETÓRIAS PRODUTIVOS DISTINTOS – A
AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA CONVENCIONAL
Suas perspectivas para o desenvolvimento rural de São Mateus do Sul - PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Gestão do Território, Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geociências, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

PONTA GROSSA
2012

O41d Okonoski, Thales Ravel Hetka
Diagnóstico de duas trajetórias produtivos distintos – a agroecologia e a agricultura convencional suas perspectivas para o desenvolvimento rural de São Mateus do Sul – PR. / Thales Ravel Hetka Okonoski. Ponta Grossa, 2012.

102 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Golçalves Cunha.

1. Agroecologia. 2. Fumicultura. 3. Desenvolvimento rural. I. Cunha, Luiz Alexandre Golçalves. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Geografia. III. T.

CDD: 630

TERMO DE APROVAÇÃO

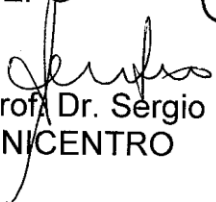
Thales Ravel Hetka Okonoski

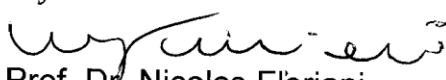
A AGROECOLOGIA (HORTIFRUTIGRANJEIRA) E A AGRICULTURA CONVENCIONAL (FUMICULTURA). TRAJETÓRIAS DISTINTAS E SUAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DE SÃO MATEUS DO SUL - PR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG


Prof. Dr. Sergio Fajardo
UNICENTRO


Prof. Dr. Nicolas Floriani
UEPG

Ponta Grossa, 21 de Junho de 2012.

AGRADECIMENTOS

Durante o percurso de nossas vidas certos acontecimentos determinam que caminhos necessitamos trilhar, para que se torne possível a continua marcha em busca de nossas realizações profissionais e pessoais. Nesses momentos torna-se imprescindível a presença de pessoas que através de sua compreensão, amizade, carinho e dedicação nos ajudam a encontrar forças para continuar a seguir. Assim, os meus agradecimentos:

A DEUS pela essência da vida.

Aos meus pais, Oscar Okonoski e Raquel Hetka Okonoski pelo o amor, incentivo e dedicação. Por me desvendarem sobre os verdadeiros valores e princípios da vida, sendo que sem eles não haveria de ter condições de escrever essas páginas.

A minha irmã e ao Emmanuel pela paciência e compreensão.

A minha namorada Tatiane Carmen Kutz pelo amor, carinho e dedicação, pois, mesmo quando eu estava envolvido nos estudos, ela sempre esteve ao meu lado.

Ao meu orientador, Doutor e amigo Luiz Alexandre Gonçalves Cunha pela compreensão e paciência, que através de seu conhecimento me auxiliou nesse trabalho.

Ao meu amigo e sempre orientador, Almir Nabozny pela ajuda na criação do projeto inicial dessa pesquisa e pela boa parceria em artigos científicos.

A todos os professores que ao longo de minha vida acadêmica me propiciaram um pouco dos seus conhecimentos.

A todos meus amigos e companheiros de Mestrado que de alguma maneira contribuíram na elaboração desse trabalho.

A todos meus amigos do SESI-Serviço Social da Indústria, em especial do setor de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente que me ajudaram a chegar até aqui, mesmo que em forma de brincadeira (“Tá loco” nunca mais vai terminar esse Mestrado).

No decorrer dessa pesquisa, adentrando propriedades, conversando com famílias rurais e percebendo a dura realidade do campo, a de se ressaltar a hospitalidade, a simplicidade e o carinho em que fui recebido em todos os lugares que passei, adquirindo não apenas informações para uma pesquisa, mas também criando vínculos de amizade. Sendo assim agradeço a todos as famílias de agricultores que participaram dessa pesquisa e com muita simpatia e humildade me passaram informações valiosas sobre o meio rural.

RESUMO

Neste trabalho buscou-se compreender dois seguimentos produtivos representativos do meio rural de São Mateus do Sul - PR, caracterizados pelos agricultores convencionais pautados da produção de fumo, e os agroecológicos produtores de hortifrutigranjeiros e analisar suas perspectivas dentro do desenvolvimento rural. Assim, contextualizou-se essa discussão em torno do desenvolvimento rural, analisando conceitos e processos de desenvolvimento aplicados na América Latina e no Brasil e a atual discussão em torno do desenvolvimento territorial. Dentro de um estudo de caso, realizou-se um levantamento qualitativo através de observações de campo, análises de políticas públicas e entrevistas com agricultores familiares participantes dos seguimentos produtivos em questão, avaliando suas viabilidades produtivas e suas representatividades no desenvolvimento rural municipal e territorial.

Palavras-chave: agroecologia, fumicultura, desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This study sought to understand two representative productive segments of the rural areas of São Mateus do Sul - PR, characterized by conventional farmers guided by the production of tobacco, and agro ecological horticultural producers and also to analyze their perspectives into the rural development. So, this discussion was contextualized around the rural development, analyzing concepts and development processes applied in Latin America and Brazil and the current discussion on territorial development. Inside a case study, performed a qualitative survey through field observations, analysis of public politics and interviews with familiar farmers participating in the productive segments concerned, assessing their productive viability and their representativeness in the municipal rural development and territorial rural development too.

Keywords: agro ecological, tobacco production, rural development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Esquema comparativo: agricultura patronal e agricultura familiar.....	27
Quadro 02: Estabelecimentos Agropecuários – Brasil.....	31
Quadro 03: Municípios que compõem as sub-regiões do PRO-RURAL 1982.....	40
Quadro 04: PIB – Produto Interno Bruto – São Mateus do Sul - PR.....	50
Quadro 05: Principais produções agrícolas de São Mateus do Sul – PR.....	51
Quadro 06: Estabelecimentos Agropecuários.....	56
Quadro 07: Estabelecimentos Agropecuários Familiares.....	56
Quadro 08: Representatividade dos Estabelecimentos Agropecuários Familiares.....	57
Quadro 09: Estabelecimentos Agropecuários Familiares produtores de fumo.....	72
Quadro 10: Estabelecimentos Agropecuários Familiares produtores de hortifrutigranjeiros.....	76
Quadro 11 – Dados sociofamiliares comparativos entre agricultores convencionais fumicultores (grupo 01) e agroecológicos hortifrutigranjeiros (grupo 02).....	79
Quadro 12 – Dados estruturais comparativos entre agricultores convencionais fumicultores (grupo 01) e agroecológicos hortifrutigranjeiros (grupo 02).....	81
Quadro 13 – Dados relacionados às produções dos agricultores convencionais fumicultores (grupo 01) e agroecológicos hortifrutigranjeiros (grupo 02).....	82
Quadro 14 – Custos: agroecológicos hortifrutigranjeiros entre setembro/2010 a agosto/2011.....	89
Quadro 15 – Custos: agricultores convencionais fumicultores entre setembro/2010 e agosto/2011.....	89
Quadro 16 – Renda: agroecológicos hortifrutigranjeiros entre setembro/2010 e agosto/2011.....	91
Quadro 17 – Renda: agricultores convencionais fumicultores entre setembro/2010 e agosto/2011.....	91
Quadro 18 – Comparativo entre a renda e os custos dos agroecologistas hortifrutigranjeiros entre setembro/2010 e agosto/2011.....	92
Quadro 19 – Comparativo entre renda e custos dos agricultores convencionais fumicultores entre setembro/2010 e agosto/2011.....	92
Quadro 20 – Dados relacionados a renda líquida dos agricultores convencionais fumicultores (grupo 01) e agroecológicos hortifrutigranjeiros (grupo 02) entre setembro/2010 e agosto/2011.....	93

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Área de abrangência do pró-rural e suas sub-regiões.....	39
MAPA 02: Territórios priorizados no Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Configuração Inicial.....	42
MAPA 03: Territórios priorizados no Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Configuração Final.....	43
MAPA 04: Grandes Regiões do Paraná.....	48
MAPA 05: Localização do território de União da Vitória – Paraná.....	52
MAPA 06: Uso do solo no território de União da Vitória - Paraná – 1980.....	53
MAPA 07: Uso da terra no território de União da Vitória - Paraná - 2001-2002.....	53
MAPA 08: Município de São Mateus do Sul – PR – Localização das comunidades com agricultores pesquisados.....	78

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 01: Fluxo comercial da produção dos agricultores convencionais fumicultores - São Mateus do Sul - PR.....	84
Fluxograma 02: Fluxo comercial dos agroecológicos hortifrutigranjeiros - São Mateus do Sul - PR...	85
Fluxograma 03 – Modelo esquemático dos sistemas: agroecológico e convencional.....	87

LISTA DE SIGLAS

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

AS-PTA: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

ATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

CNM: Confederação Nacional de Municípios.

COFAECO: Cooperativa de Famílias de Agricultores Agroecológicos.

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento.

ECOCERT: Órgão Certificador Francês.

EMATER: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EUA: Estados Unidos da América.

FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.

IAPAR: Instituto Agrônômico do Paraná.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA: Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

Incepa: Indústria Cerâmica Paraná S/A.

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

NPK: Composto agrícola formado pelos nutrientes N: Nitrogênio; P: Fósforo; K: potássio.

Ong's: Organizações Não Governamentais.

PCN's: Parâmetros Curriculares Nacionais.

pH: Potencial hidrogeniônico ou Potencial hidrogênio iônico.

Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Rede EcoVida: Organização entre inúmeros grupos de agricultores orgânicos, cooperativas familiares e Ong's.

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O DESENVOLVIMENTO E SUAS CORRENTES DE PENSAMENTO.....	13
1.1 - O DESENVOLVIMENTO, SUAS PERSPECTIVAS E ESPACIALIZAÇÕES.....	13
1.2 - A ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	23
2 POLITICAS PÚBLICAS E A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO TERRITORIAL DE UNIÃO DA VITÓRIA E MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO SUL.....	38
2.1 POLITICAS PUBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	38
2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO – PARANÁ, TERRITORIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO SUL.....	45
3 A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL DE SÃO MATEUS DO SUL – PR.....	58
3.1 PRÁTICAS AGRICOLAS DISTINTAS: CONVENCIONAIS X AGROECOLÓGICAS.....	58
3.2 ATORES DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO MATEUS DO SUL – PR.....	71
3.2.1 AGRICULTORES CONVENCIONAIS FUMICULTORES.....	71
3.2.2 AGROECOLÓGICOS HORTIFRUTIGRANJEIROS.....	74
3.2.3 ESTUDO COMPARATIVO: AGRICULTORES CONVENCIONAIS FUMICULTORES X AGROECOLÓGICOS HORTIFRUTIGRANJEIROS.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97

INTRODUÇÃO

As mudanças significativas nos processos agrícolas e nas estruturas dos espaços rurais, até a emergência de complexos agroindustriais e agrocomerciais culminaram no contexto econômico complexo que envolve o sistema agrícola brasileiro atualmente, assim, torna-se imprescindível adotar abordagens que possam refletir sobre essa realidade e obter informações importantes para elaboração de processos de intervenção para o desenvolvimento dos territórios rurais, onde processos alternativos que envolvam tradição e modernidade pautadas na inovação merecem destaque. (MAZOYER, ROUDART, 2008)

Pensando os processos agrícolas do País, os agentes que dominam o mercado possuem um poder no sentido concreto, onde ocorre a dominação do contexto econômico e político, o qual abarca a apropriação do capital do setor e pressiona o agricultor através das formas de produção e comércio, fazendo com que este esteja alheio ao processo ou que, de forma individual e sem apoio institucional (governamental, privado, ou não-governamental) se desvincule do mesmo, vendendo suas terras e desestruturando seu território de origem e seu poder simbólico sobre este, partindo para as cidades ou trabalhando de forma assalariada no campo. (ABRAMOVAY, 1999)

Dentro dessa proposta de discussão delineou-se essa pesquisa, instigada por conhecimentos empíricos sobre as preocupações dos agricultores familiares do município de São Mateus do Sul em relação a sua qualidade de vida, a conservação do trabalho no campo e a segurança alimentar de suas famílias.

A desterritorialização, em determinada medida é socialmente internalizada no processo de modernização dos territórios rurais. Em São Mateus do Sul - PR, dois segmentos distintos, mesmo dentro de processos diferenciados, propiciam alternativas para a conservação das famílias no campo, não só produzindo, mas mantendo seus meios de vida e propiciando perspectivas de melhorias futuras, devido a esse fator, esses distintos segmentos ocorrentes no município de São Mateus do Sul, criando duas territorialidades no mesmo território constituído pelo município, se figuram como nosso objeto de estudo.

Através de levantamentos teóricos, análises documentais e observações críticas dos espaços agrícolas do município e as dinâmicas que os modificam, integra-se a discussão dentro da perspectiva de desenvolvimento rural delineando e comparando as alternativas produtivas que se destacam junto aos agricultores familiares de São Mateus do Sul.

Essa proposta estruturou-se em um levantamento teórico sobre os processos que evoluíram o conceito de desenvolvimento na América Latina e no Brasil, integrando esses

conceitos dentro das especializações geográficas, elucidando conceitos de território, região, local, urbano e principalmente de desenvolvimento territorial rural.

Na discussão do desenvolvimento ao meio rural, observou-se o contexto histórico e atual da estrutura agrária brasileira e consigo analisou-se os conceitos que definem o desenvolvimento rural dentro da perspectiva agrícola brasileira atual.

Em seguida, buscou-se contextualizar a realidade e a espacialização da área de estudo em questão, o município de São Mateus do Sul –PR. Assim, realizou-se um levantamento de dados e uma breve análise do processo histórico de constituição desse território. Integrado a esse contexto trouxe-se a tona informações sobre o estado do Paraná, o território de União da Vitória, instituído a partir de política pública voltada para o desenvolvimento territorial e mais especificamente do município de São Mateus do Sul.

Foram analisados dados preliminares, coletados através de uma abordagem qualitativa, com realização de pesquisas em campo através de entrevistas semi-estruturadas com o intuito de observar questões sociofamiliares, socioambientais e estruturais dos agricultores, observando a atual situação familiar e estrutural dos agricultores pesquisados, também foram realizadas observações das propriedades, facilitando assim, a compreensão das entrevistas.

Para isso, utilizou-se como critério de aproximação junto a esses agricultores, alguns órgãos articuladores, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus do Sul – PR e a Cooperativa de Famílias de Agricultores Agroecológicos (COFAECO) instituições das quais se buscaram informações sempre que necessário.

Foram utilizados oito estabelecimentos agropecuários familiares (DORETTO, LAURENTI, GROSSI, 2010) de todo o município de São Mateus do Sul - PR, sendo quatro agroecológicos hortifrutigranjeiros e quatro agricultores convencionais fumicultores. As entrevistas tiveram a função de fornecer parâmetros para buscar entender as duas territorialidades estudadas.

Entre os pontos principais observados, primeiramente investigou-se a organização sócio familiar, dentro das questões de participação social, estrutura familiar, dinâmicas de trabalho, trabalho relacionado com a comunidade e a existência de renda extra.

Por segundo observou-se aspectos estruturais, nas questões de estrutura e construções da propriedade, área da propriedade, equipamentos, tal como principais dificuldades estruturais.

E por ultimo, buscou-se as questões produtivas, junto as principais produções, variedade de espécies produzidas, destinação da produção, existência de produção apenas para

a subsistência familiar, produtos extraídos da floresta, tal como, uso de recursos externos para a produção.

A organização dessas informações buscará detectar padrões das práticas sociais de cada grupo, de maneira a permitir uma análise comparativa das redes de relações econômicas e sociais geradas pela organização sócio espacial dos autores envolvidos. Observou-se como o grupo se comporta em relação a sua comunidade, a economia municipal e como podem representar ou não formas de trabalho sustentáveis, rentáveis e significativos dentro de um desenvolvimento rural do município de São Mateus do Sul – PR.

Cabe ressaltar que optou-se por uma abordagem qualitativa do fenômeno. Caráter em que se desvencilhou de escolhas amostrais em que pudessem traduzir as informações concedidas pelos agricultores para padrões de amostras com margens de erro. Considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo objetivado (da estatística) e o subjetivado que não pode ser traduzido em números.

Todavia, apresentaram-se os dados relacionados a custo e a renda dos agricultores convencionais fumicultores e agroecológicos hortifrutigranjeiros durante um ano de safra (setembro/2010 a agosto/2011), realizando uma análise paralela entre os dois segmentos produtivos e consequentemente uma observação comparativa visando avaliar a viabilidade dos mesmos, pautada na proposta de desenvolvimento rural.

1 O DESENVOLVIMENTO E SUAS CORRENTES DE PENSAMENTO

No primeiro capítulo, discutir-se-á o conceito de desenvolvimento dentro do seu processo de mudança, perfazendo uma análise histórica, ao que tange às suas diferentes interpretações, bem como relacionando ao contexto socioeconômico, cultural e ambiental das sociedades que a propõem.

Assim, inicialmente apresentar-se-á algumas teorias, bem como aspectos que influenciaram e modificaram o conceito de desenvolvimento dentro das diversas perspectivas. Posteriormente, integrar-se-á à proposta do desenvolvimento a métodos de espacialização, sendo regional, local e ao nosso objeto de estudo, o territorial rural.

Com a função de juntar a discussão do desenvolvimento ao meio rural, observar-se-á o contexto histórico, como também a atual estrutura agrária brasileira, por isso analisar-se-ão os conceitos que definem o desenvolvimento rural dentro da perspectiva rural e agrícola.

1.1 - O DESENVOLVIMENTO, SUAS PERSPECTIVAS E ESPACIALIZAÇÕES

Esse subcapítulo remete a uma discussão sobre os conceitos de desenvolvimento, dentro de suas inúmeras interpretações, analisa a evolução temporal, as perspectivas políticas que influenciaram nesse processo e suas abordagens espaciais.

De acordo com Buarque (1993) ao se falar de desenvolvimento, remete-se a um conceito complexo que ao longo dos tempos assumiu inúmeras ideias, dependendo do momento histórico e da interpretação dos que o analisam.

Ainda segundo o autor o conceito de desenvolvimento surge num quadro de reconstrução europeia pós II Guerra Mundial, com referência ao início das sociedades industriais. A ciência econômica creditava a riqueza econômica como geradora de progresso e desenvolvimento, assim no decorrer dos anos 60 é que o conceito de desenvolvimento ganhou status científico fundamentado e continuado, embora as problemáticas da “mudança”, “progresso”, “bem-estar”, “riqueza” ou “desenvolvimento” já tivessem surgido muito antes, em vários campos disciplinares. A própria CEPAL, incentivava a ideia de desenvolvimento ligada a industrialização.

Para Buarque (1993)

A “ideia de progresso, desenvolvimento e demais ideias sociais atualmente universalizadas formaram-se no hemisfério norte. Nos países da América Latina, Ásia e África, essas ideias já chegaram elaboradas. Não surgiram internamente nem foram legitimadas a partir de um processo social de observação dos seus resultados nem pela consciência da população local”. (BUARQUE, 1993: p.48-49)

Nesse contexto Cunha (2008) cita que a ideia de desenvolvimento surgida na Europa, aplicada com o mesmo padrão em outros espaços mundiais integra-se à proposta homogeneizadora das concepções tradicionais de desenvolvimento.

Pires (2007) tecendo uma crítica às ideias tradicionais de desenvolvimento, expressa que “a temática tradicional circunscrita aos obstáculos do desenvolvimento foi substituída por um debate sobre os estilos de desenvolvimento, os modos de desenvolvimento, os tipos de sociedade, etc.” (2007, p.61), afirmando ser problemático tratar o desenvolvimento sem uma adequação ao espaço observado. Ainda o autor, acrescenta a importância da observação da heterogeneidade dos processos de desenvolvimento nos atuais estudos e teorias sobre o assunto.

As mesmas concepções tradicionais atribuíram o termo ‘desenvolvimento’, durante muito tempo, ligado apenas ao contexto econômico, sendo considerado sinônimo de ‘crescimento’ e de ‘industrialização’ que consequentemente, trariam uma melhoria na qualidade de vida da população envolvida nesse processo.

Segundo Maluf (2000)

A teoria econômica geral e a maioria dos modelos de desenvolvimento supõem que o crescimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas da população, no mínimo, através do que se denomina de efeito “vazamento” do crescimento. (MALUF, 2000, p.55)

O autor salienta que o fator relevante que não estava sendo incluído dentro desse conceito era a distribuição desigual de renda alcançada através do crescimento. A desigualdade social marcante nos países da América Latina não estava sendo considerada pelos estudiosos e principalmente pelos governantes.

De acordo com Maluf (2000) outros aspectos que ilustram a insuficiência do crescimento econômico para fornecer o desenvolvimento, são os períodos de grande crescimento dos países da América Latina, como nas décadas de 50, 60 e 70 que, respectivamente, não foram marcadas por aumento da equidade social, diminuição da desigualdade econômica e aumento da qualidade de vida.

Um exemplo disso é o Brasil, que devido ao PIB – Produto Interno Bruto, que avalia a produção de todo o País, revela-se entre as sete maiores economias do mundo. Porém, avaliando os dados do RIDH – Relatório de Índices de Desenvolvimento Humano, que observa o PIB, em conjunto com os índices de educação, saúde e longevidade, mesmo o País apresentando melhoras, ainda sustenta a posição de 73º com um IDH de 0,699.

Desse acordo com Pnud (2011) ao se comparar com a Noruega, país com maior IDH (0,986) e com o Chile 40º IDH do mundo e país melhor colocado na América Latina com índice de 0,783, o Brasil está longe do um padrão dos países mais ricos, fato esse que se dá devido principalmente à desigualdade social.

Por outro lado, o próprio aumento da desigualdade pode ser ocasionado pelas políticas e ações pró “crescimento”, pois como nos traz Maia

As estratégias de crescimento rápido são questionadas, já não levam o desenvolvimento ao conjunto da sociedade, como ocorre, por exemplo, nos países em desenvolvimento. [...] a distribuição de renda é um aspecto chave da qualidade do crescimento [...] um crescimento rápido e desigual pode ser pior que um crescimento mais lento, que favoreça uma distribuição que alcance os mais pobres. (MAIA, 2010, p. 04)

Para Ortega (2008) na segunda metade do século XX, países que tiveram suas estratégias de crescimento centradas na melhoria de distribuição de renda e ativos, ficaram em melhor situação, ao contrário daqueles que buscavam o desenvolvimento de base localista e que embaçaram o papel do Estado por causa da onda liberalizante e descentralizadora das políticas públicas a partir da base territorial.

O caráter interpretativo e temporal das teorias desenvolvimentistas também deve ser levado em conta, pois pode direcionar o discurso de acordo com a base científica de estudo ou o momento histórico de análise. Segundo Adelman (2001 *apud* PIRES, 2007)

A imagem da procura fútil da pedra filosofal dos químicos, a procura de um fator explicativo único guiou as pesquisas tanto teóricas quanto empíricas em matéria de desenvolvimento na última metade do século. Enquanto disciplina, a economia parece incapaz de reconhecer que uma compreensão mais complexa de sistemas que combinam as instituições econômicas, sociais, culturais e políticas, nas quais as interações mudam ao curso dos tempos. Em consequência as interações devem ser multiformes. O que é bom para uma fase do desenvolvimento pode ser desfavorável posteriormente. (ADELMAN *apud* PIRES, 2007, p. 59)

Assim, a ideia de desenvolvimento interliga inúmeros elementos em sua análise, propondo uma transformação no modo de vida da sociedade como um todo e não apenas a melhoria de determinados processos.

Souza (1996) mostra o conceito de desenvolvimento a partir de um processo de mudança constituído e percebido por toda a sociedade, assevera que

Desenvolvimento pressupõe *mudança, transformação* – e uma transformação *positiva*, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um *valor social*. (SOUZA, 1996, p.05)

Deste modo, a perspectiva de desenvolvimento é atribuída ao aspecto de mudança de um estado para outro, entendido pela sociedade como melhor, onde todos os membros dessa sociedade sintam os efeitos desse processo.

A modernidade alavancada pela industrialização e pela adoção de novas técnicas também foi abordada nesse processo de desenvolvimento, pois trariam aos países latino-americanos a oportunidade de se igualarem aos países ditos ‘desenvolvidos’. Para Hettne (1996 *apud* MALUF, 2000)

[...] desenvolvimento significa essencialmente obter melhorias que podem ser conseguidas mantendo-se as identidades culturais, em oposição, portanto a perspectiva de convergência cultural inerente ao conceito de desenvolvimento como modernização, ou ao que alguns denominaram de weberanismo vulgar que toma desenvolvimento como transição da sociedade tradicional á sociedade moderna. (HETTNE, 1996 *apud* MALUF, 2000, p.77)

Para Maluf (2000) a ideia de modernização fez com que se difundissem os termos ‘países subdesenvolvidos’ ou ‘em desenvolvimento’, os quais estariam em uma etapa do processo de modernização e que os países ‘desenvolvidos’ já teriam superado.

Os países ‘em desenvolvimento’ deveriam absorver todos os aspectos indicados como modernos, tanto em função tecnológica industrial, quanto cultural, para que chegassem a uma homogeneização junto aos países ‘desenvolvidos’, tal como, a população rural dos países “em desenvolvimento” deveria integrar as tecnologias utilizadas em outros países, tecnologias que não se adequavam ao modo de vida, ao clima e a cultura dessa parcela da sociedade, modificando toda uma gama de saberes tradicionais acumulados ao longo da história de vida desses agricultores.

Souza (1996) tecendo uma crítica a esse processo de modernização, aponta que:

[...] vários autores têm encerrado a discussão sobre o desenvolvimento com a seguinte sentença: o desenvolvimento só tem servido a ocidentalização do mundo, á exploração capitalista em escala mundial, á destruição da etnobioidiversidade em nome da pasteurização cultural; falar em desenvolvimento significa defender os interesses capitalistas ou, mais amplamente os valores do Ocidente e do modelo civilizatório capitalista. (SOUZA, 1996, p.07)

Nessa toada, o autor entende que a apropriação cultural com fins econômicos dos países ocidentais poderosos, através dos processos de modernização e globalização teve como discurso o fator desenvolvimento para expandirem suas fronteiras de influência, aspecto esse que ainda é marcante em todo o mundo.

Devido a esse contexto, alguns autores, chegaram a propor o fim do termo desenvolvimento:

Em 2002, por exemplo, organizou-se na UNESCO um colóquio internacional sobre a necessidade da *desconstrução* do desenvolvimento, termo e prática estreitamente associados à colonização, à ocidentalização do mundo, à globalização econômica financeira e à uniformização planetária: autores e intelectuais como Wolfgang Sachs, Serge Latouche, Ivan Illich e Arundathy Roy sustentam que é fundamental requalificar e analisar criticamente os processos de transformação social compreendidos sob a etiqueta do desenvolvimento - ou simplesmente aboli-lo de forma radical enquanto categoria. (MILANI, 2005, p. 10)

O acontecimento de um Colóquio Internacional para discutir o termo desenvolvimento mostra a existência de inúmeras críticas em torno do seu uso. Enquanto termo, o desenvolvimento teve utilização ambígua, muitas vezes utilizada para configurar uma real proposta de política governamental, de ações de instituições internacionais ou de empresas privadas que se propõe buscar formas de melhoria dos contextos integrados a vida das pessoas. Em contraponto, o desenvolvimento foi um mecanismo de manipulação e mascaramento de ações extremamente capitalistas, visando o lucro de minorias e colaborando para o aumento das desigualdades socioeconômicas presentes em todo o mundo.

Por sua vez, com base em uma sugestão diferente de atribuição do termo desenvolvimento, Maluf (2000) traz a ideia do seu uso dentro de uma autonomia social, asseverando que

O sentido que se pretende atribuir à noção de desenvolvimento (e de desenvolvimento econômico) não referenda o projeto de modernização como tal [...] Mas ao processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando esse processo. (MALUF, 2000, p.71)

Esse sentido de buscar o desenvolvimento de forma “aberta”, em que a própria sociedade buscaria os meios para seu desenvolvimento, enquadra-se na abordagem de desenvolvimento “Bottom Up”, de baixo para cima, que pouco foi utilizado pelos países, pois as políticas de desenvolvimento partiam do sentido “Top Down” de cima para baixo, segundo Oliveira (2009)

[...] duas estratégias de planejamento com vistas à adoção de políticas públicas de desenvolvimento territorial, quais sejam: i) uma orientada de cima para baixo (*top down*), em que o desenvolvimento local é planejado fundamentalmente pela esfera federal; e ii) outra onde a dinâmica é de baixo para cima (*bottom-up*) e os planos de desenvolvimento local são elaborados de forma descentralizada, com participação das esferas públicas e privadas locais. [...] a segunda estratégia possui maior potencial de desenvolvimento social, caracterizando-se por uma gestão participativa, entre governo e sociedade local. A grande questão é que esta estratégia requer um

grau elevado de organização da sociedade-local, interagindo e apresentando propostas/demandas ao governo central. (OLIVEIRA, 2009, p.386-387)

Considerando a dificuldade de organização social da população dos países “em desenvolvimento” as políticas públicas seguiam o sentido *Top Down*, sendo geradas por ações governamentais sem a participação direta da sociedade.

Atualmente, muitos autores utilizam como um fator indicador do desenvolvimento o termo qualidade de vida. Nesse contexto, uma determinada sociedade que possui determinados índices de qualidade de vida, ao passo que melhora esses índices, indica que essa sociedade passou por um processo de desenvolvimento.

Ao que tange ao termo qualidade de vida, Kluthcovsky (2007), historicamente, observa-se que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com a noção de sucesso associado à melhoria do padrão de vida, este relacionado com a obtenção de bens materiais, como casa própria, carro, salário e bens adquiridos.

Ainda o autor assevera que este termo está mais ligado à valorização de fatores como satisfação, qualidade dos relacionamentos, realização pessoal, percepção de bem-estar, possibilidades de acesso a eventos culturais, oportunidades de lazer, entre outros, como a felicidade, solidariedade e liberdade.

Percebe-se nas ideias de Kluthcovsky (2007) a noção de multidimensionalidade e subjetividade do conceito qualidade de vida também citados por Leal (2008), esses fatores podem ser observados na interpretação do conceito de desenvolvimento, gerando assim uma problemática na forma de análise do processo de desenvolvimento e da forma de mensuração da qualidade de vida de uma sociedade.

Nesse sentido, após essas preposições observa-se que é extremamente complexo desenvolver um padrão indicador de desenvolvimento, e de intervenção ao processo socioeconômico, ambiental e cultural de desenvolvimento, tal como, uma forma de análise que possa abranger as inúmeras interpretações do tema na sociedade contemporânea.

Dessa forma, com o intuito de delimitar as propostas de intervenção do processo de desenvolvimento, os projetos governamentais, as ações de empresas multinacionais, como também, pesquisas e análises, buscam realizar um recorte socioespacial, sendo esse territorial, rural, regional ou local para viabilizar as interpretações dos contextos envoltos em determinada sociedade e possibilitar trabalhos de intervenção que sejam realmente objetivos e proporcionem uma melhoria da qualidade de vida dessa população.

A espacialização torna-se necessária dentro do discurso de desenvolvimento, ao passo que a amplitude do termo torna qualquer projeto, política ou pesquisa, em meras abstrações

teóricas em torno de um objeto de análise disperso ao meio de inúmeras interpretações. Para que se encontre uma apreciação do objetivo do processo desenvolvimentista de uma sociedade, ou de parte dela, é de extrema importância que se encontre um recorte socioespacial para sua aplicação. Não que esse fato resolva os problemas da aplicação de ações em torno do desenvolvimento, entretanto as tornam mais objetivas e claras, facilitando também a verificação da eficiência de tais ações.

Assim, é imprescindível analisar os conceitos que permeiam essa discussão, tais como, trazer à tona os projetos de governo, as teorias, e as ações institucionais (governamentais ou não) que tomam como base o desenvolvimento dentro de sua aplicação analítica espacial.

Na América Latina, os projetos de desenvolvimento começaram a ter um recorte espacial a partir de 1947, dentro de uma política pública de desenvolvimento regional através da criação de Comissões de Bacias Hidrográficas no México. Posteriormente, no Brasil ocorreu a criação da CODEVASF – Comissão para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco. (BOISIER, 1999). Essa iniciativa foi um marco nas políticas de desenvolvimento dos países latino-americanos e atribuiu o conceito de desenvolvimento ao de região.

Segundo Corrêa, região “é uma classe de área, definida estaticamente como sendo “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1986, p.32)

Segundo Fonseca (1999) O aspecto fundamental, que interligava as políticas de desenvolvimento à região era a delimitação do espaço geográfico, baseada principalmente em aspectos físicos, como no caso dos projetos de desenvolvimento de comissões de bacias hidrográficas. Esse aspecto facilitava a aplicação de projetos e de políticas de desenvolvimento localizadas em um espaço demarcado.

Entretanto, o fator problemático dessa ação reside na falta de observação do contexto social e cultural das populações presentes na região, delimitada pelo contexto físico. Muitas vezes, as políticas de desenvolvimento, eram direcionadas a uma determinada esfera da população que não representava toda a heterogeneidade presente naquele espaço geográfico.

No Brasil, essa medida ainda não atentou em observar os aspectos que estruturam a região e com isso, formular em que aspectos agir para proporcionar o desenvolvimento. De modo que esse processo de regionalização, na maioria dos casos, somente buscou uma separação entre espaços para uma melhor administração dos recursos e uma descentralização

governamental. Entretanto, as políticas públicas continuavam partindo de uma escala governamental nacional até as regiões sem considerar as suas especificidades.

Outra concepção espacial do conceito de desenvolvimento é o atribuído ao local :

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). (MILANI, 2005, p. 8)

A utilização do conceito de desenvolvimento local, leva em consideração as especificidades dos espaços geográficos e das populações que ali vivem, tal como propõe interligar essas especificidades com os seus efeitos, dependências e limitações frente às esferas nacionais e internacionais. Essa forma de análise auxilia na criação de propostas realmente viáveis de desenvolvimento, coerentes com a realidade, socioeconômica, produtiva, cultural e ambiental do local.

Porém, cabe ressaltar alguns riscos na aplicação desse conceito, segundo Milani (2005)

Conceber o desenvolvimento local comporta riscos evidentes. O primeiro deles é o risco do localismo, que aprisiona atores, processos e dinâmicas de modo exclusivo ao seu local, a sua geografia mais próxima, sem fazer as necessárias conexões com outras escalas de poder. O segundo risco é pensar ser possível o desenvolvimento local autônoma e independentemente de estratégias de desenvolvimento nacional e internacional, ou seja, conceber estratégias locais de desenvolvimento econômico como se estas não tivessem relação de interdependência, por exemplo, com políticas nacionais de ciência e tecnologia, ou negociações mundiais sobre a liberalização do comércio. Um terceiro risco é a atomização do desenvolvimento local, com o corolário da fragmentação de iniciativas não necessariamente coerentes entre si. (MILANI, 2005, p. 11)

É necessária a observação das realidades locais, porém sem esquecer da contextualização global, tal como as conexões existentes entre as duas esferas espaciais, incorporando para isso uma percepção de complexidade, não restringindo a análise a uma singularidade reducionista do local.

Envolto nos meios de espacialização utilizados em processos, políticas e teorias de desenvolvimento, o termo em loco atualmente é o de desenvolvimento territorial, com ramificações junto ao desenvolvimento rural. A sua utilização em políticas públicas reflete-se pela sua amplitude, pois:

O espaço-território se diferencia do espaço-lugar pela sua “construção” a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem. A noção de território designa, aqui, o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais. O território não se opõe ao espaço-lugar funcional, ele o complexifica, constituindo uma variável explicativa suplementar. (CAZELLA A. A., BONNAL P., MALUF R., 2009. p. 37)

A relação da sociedade com o território e consequentemente do território influenciando nas práticas e técnicas dessa sociedade configuram espaços histórico-geográficos diferenciados.

Assim, na concepção de Abramovay (2000b, p.6) o território “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”, pois abrangeria o espaço de influência de uma sociedade, através de sua cultura, sua organização e práticas dentro de uma identidade coletiva.

Nessa perspectiva, o autor salienta que esse território, não reflete somente em um espaço físico delimitado, mas pode também refletir em espaços de influência, organizações em redes, entre outros.

Complementando o conceito de Abramovay(2000) e de Saquet (2003), Cunha (2007) salienta

[...] uma caracterização territorial só pode ser definida a partir das relações de domínio, controle e gestão que estão presentes num determinado território, [...] esse poder de domínio relaciona-se a grupos, classes e instituições, enfim, atores individuais e coletivos, públicos e privados, que atuam a partir de heranças culturais, políticas e econômicas relativas a uma determinada região ou território. (CUNHA, 2007. p. 172)

Nesse contexto, Cunha (2007), assim como os demais autores, expõe que o território só pode existir através de suas relações de domínio e utilização, podendo se configurar pela vivência de um povo, seja pela dominação simbólica, cultural, econômica e até mesmo militar, advindo de grupos sociais de inúmeras classes, como de instituições públicas e privadas.

Nesse sentido, o território existe e só pode ser modificado, através de ações e processos ligados a própria sociedade que o delimita (de forma concreta ou subjetiva), mesmo que iniciativas de mudança venham de outras esferas políticas ou institucionais, o poder da escolha é da sociedade local.

Por esses fatores, que no decorrer dos anos, tornou-se crescente a aplicação do termo desenvolvimento no contexto territorial, pois essa forma de análise evidencia os processos, tanto excludentes ou contraditórios, como integrantes e igualitários de forma aprofundada,

possibilitando com isso, conhecer os movimentos e as intervenções necessárias para impulsionar o desenvolvimento de cada território considerando suas especificidades.

Assim, segundo Pires (2007)

Desenvolvimento territorial pode ser entendido como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região. O processo de desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas de agentes locais/regionais, nas quais o território seria o agente/ator principal do desenvolvimento, e as políticas públicas, as instituições, as organizações e as governanças seriam os recursos específicos, a um só tempo disponível e a serem criados (inventados e inovados) no local ou região, ou nos mais diversos elos da rede mundial. (PIRES, 2007. p. 75)

A ideia de desenvolvimento territorial atribui à população a autonomia de escolha de como desenvolver, em que processos e em que tempo. Como cita Pires (2007), as políticas públicas, as instituições, as organizações e as governanças são apenas recursos necessários para dar suporte a esse processo. Assim, o próprio conceito de desenvolvimento territorial, pode ser considerado como uma crítica aos conceitos tradicionais que buscavam impor o desenvolvimento aos moldes Eurocêntricos e Modernistas (MALUF, 2000)

[...] desenvolvimento territorial não é universalizável nem transferível. Ele é um método de ação normativa para os atores e as comunidades em resposta ao desenvolvimento unilateral “por cima”, que valoriza a intimidade das relações “por baixo” que partilham os mecanismos econômicos com a sociedade e as culturas locais. (PIRES, 2007. p. 79)

De acordo com Cunha (2007) partindo dessas colocações, considera-se o desenvolvimento territorial um conceito de “desenvolvimento aberto”, contextualizado como um modelo “*Bottom Up*”, que compreende a busca do desenvolvimento de um território através de planejamentos e ações coletivas, integradas entre sociedades e o poder público e privado.

Salienta ainda que busca-se entender o desenvolvimento territorial como a evolução de processos produtivos e de organizações sociais que ocorram dentro de território característico, valorizando a cultura local, investindo em suas potencialidades socioeconômicas e ambientais, melhorando a renda, o acesso a serviços básicos, como saúde, educação, transporte e ampliando o nível de qualidade de vida da população disposta no território.

1.2 - A ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Nesse subcapítulo, apresentar-se-á a discussão acerca da estrutura agrária brasileira e suas dimensões latifundiárias patronais e familiares, considerando que:

A unidade de produção familiar na agricultura é considerada diferente da unidade de produção capitalista porque a empresa familiar não se organiza sobre a extração e apropriação do trabalho alheio, a fonte do trabalho para a produção é o próprio proprietário dos meios de produção e, apesar da unidade de produção camponesa lidar com trabalho, bens de produção e terra, isso não significa, necessariamente, que ela gere salário, lucro e renda da terra (ABRAMOVAY, 1998, p.59).

Dentro das diferentes dimensões, procura-se distinguir a importância de determinados grupos de agricultores para a economia e seus impactos positivos e negativos no meio socioeconômico, ambiental e cultural e sua relação com políticas governamentais e com o desenvolvimento rural.

Para Silva (1999) estrutura agrária brasileira atual é o reflexo de inúmeros processos de ocupação, e exploração do território brasileiro desde o início do século XVI. Iniciada a ocupação pelo litoral, os trabalhos ligados à economia eram basicamente relacionados ao escambo de produtos com os índios locais e a exploração de recursos naturais. As primeiras atividades de ocupação organizadas pela corte de Portugal surgiram com a distribuição das sesmarias e com a criação das capitanias hereditárias, configuradas por grandes extensões de terras destinadas a uma pequena parcela da população.

Porém, as dificuldades de administração das capitanias hereditárias eram inúmeras. A distância de Portugal, os ataques indígenas, a falta de recursos e a extensão territorial dificultaram muito a implantação do sistema. Com exceção das capitanias de Pernambuco e São Vicente, todas acabaram fracassando. Desta forma, em 1549, o rei de Portugal criou um novo sistema administrativo para o Brasil: o Governo-Geral. Este seria mais centralizador, cabendo ao governador geral as funções antes atribuídas aos donatários.

O autor assinala ainda que embora tenha vigorado por pouco tempo, o sistema das Capitanias Hereditárias deixou marcas profundas na divisão de terra do Brasil. A primeira distribuição de terras foi desigual e gerou, posteriormente, os latifúndios, causando uma desigualdade no campo, no início do processo de ocupação do território brasileiro. (SILVA, 1999)

A agricultura de subsistência enfrentou muitas dificuldades no processo de colonização e ocupação do território brasileiro, mas tornou-se, no decorrer dos séculos, em importante atividade para parcela significativa da população rural. A agricultura de

subsistência desenvolveu-se nas grandes áreas das monoculturas e da pecuária extensiva, e também em unidades pequenas, em que o proprietário ou o ocupante trabalhavam diretamente a terra, normalmente em áreas de qualidade inferior e distante dos centros urbanos.

Em 1964, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), foi um marco teórico no processo de ocupação e posse de terras, apresentando os fundamentos da área agrária no Brasil. Havia no País uma mobilização intensa de trabalhadores rurais reivindicando a realização da Reforma Agrária.

O Governo do Marechal Castelo Branco criou um grupo de trabalho em 1964, que elaborou o Estatuto da Terra, o qual não se limitou à Reforma Agrária, abrangendo a área de desenvolvimento rural. Esperavam-se ações significativas para resolver o problema da desigualdade da distribuição das terras, entretanto as ações voltaram-se para as áreas cadastral, tributária e de colonização, e de modernização da agropecuária, esta ocorrendo nas grandes e médias propriedades. (SILVA, 1999)

Essa atitude irritou muitos latifundiários contra o governo de Castelo Branco, como cita Bruno (1995)

Contra esta concepção de reforma agrária reafirmada pelo Estatuto da Terra reagiram os grandes proprietários de terra e suas entidades de classe que, há muito mobilizado contra a reforma agrária, sentiram-se traídos pelo governo Castelo Branco. Afinal, a reforma era iniciativa de um regime que eles respaldaram e, de certa forma, criaram. Em várias partes do país a classe ruralista reagiu prontamente. Os usineiros do Nordeste, por exemplo, viam no Estatuto da Terra a desestruturação da exploração açucareira; os cafeicultores do Paraná denunciaram que o Estatuto significava o ataque ao direito sagrado de propriedade; as elites rurais, apoiadas pela “linha dura” militar insatisfeita com o legalismo de Castelo Branco, ameaçaram pegar inclusive em armas para acabar com o “vírus reformista que atacara o Alvorada”. (BRUNO, 1995, p.2)

O Estatuto da Terra estipulou inúmeras ações que focavam na redistribuição de terras no Brasil, contudo a maioria das ações ficou no papel, de modo que este se mostrou uma ferramenta para apaziguar os ânimos da população rural da época, que pressionava o governo para realizar a reforma agrária no País.

No período pós II Guerra Mundial, no Brasil, em consequência do processo mundial de modernização da indústria e da agricultura, algumas práticas agrícolas foram instituídas como promissoras formas de mudança, repercutindo no aumento da produção, na qualidade e na quantidade dos alimentos e na maior rentabilidade para o agricultor.

Para Pelaes (2007) esse processo de modernização nos padrões agrícolas tradicionais até então existentes foi denominado como Revolução Verde¹, e se estruturou dentro de um convênio entre o Governo Estadunidense e o Brasileiro, que se articulou no fornecimento de aparatos técnicos e científicos para a produção, tal como maquinários agrícolas, sementes modificadas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e combustíveis fósseis, bem como para recursos públicos (financiamentos) para os agricultores e para o comércio de implementos agrícolas, o que permitiu a estruturação de cadeias agrocomerciais e complexos agroindustriais.

Segundo Almeida (2009)

Nos anos 1950 e 1960, diante da industrialização acelerada, das novas demandas impostas, a agricultura e de intenso processo de expropriação no campo, já havia ampla mobilização camponesa em defesa de um padrão de desenvolvimento fundado na agricultura familiar e na Reforma Agrária. No entanto, o Estado ditatorial, instaurado em 1964, levou a interrupção da expressão pública dessas lutas. Simultaneamente em aliança com o latifúndio e o capital financeiro, o Estado promoveu a implantação e a expansão do modelo da “Revolução Verde”, garantindo-lhe dinheiro, recursos da pesquisa e da extensão e instrumentos de regulação política. (ALMEIDA, 2009. p. 68)

A partir desse período histórico, com seu ápice entre as décadas de 70 e 80, a estrutura agrária brasileira mudou drasticamente, os índices de êxodo rural aumentaram. Na década de 50, a população Brasileira dividia-se em 36,2% na área urbana e 63,8% na área rural. Após esse período de modernização da agricultura e através de um grande processo de industrialização do país, na década de 90, os índices mostram que 74,8% da população passou a morar nas cidades enquanto apenas 25,2% permaneceu na área rural. (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1998)

Com a diminuição de oferta de emprego no campo e a falta de capital dos pequenos agricultores para a produção dentro dos padrões convencionais, muitos se endividaram e consequentemente perderam suas terras. Assim, inúmeras pessoas, até então agricultores, passaram a viver nas cidades, com maior proporção, nos grandes centros urbanos e capitais suprimindo a demanda das indústrias.

Segundo Saquet e Gaiovicz (2009)

¹ Revolução Verde pode ser definida como um paradigma tecnológico que tinha como problema a ser resolvido o aumento da produtividade das lavouras. Os instrumentos eram o uso intensivo de insumos químicos, viabilizados pela semente híbrida, cuja base científica era a descoberta de Liebig do ciclo do nitrogênio e da técnica de hibridação no início do século XX. [...] ocorrida a partir da década de 1950, consistiu na adoção de práticas agrícolas baseadas no uso intensivo de químicos e instrumentos mecânicos pelos países de Terceiro Mundo. (PELAES, 2007)

A modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, fortalecendo a monocultura. [...] trouxe inúmeros benefícios às pessoas e à economia, entretanto, muitos foram os malefícios provocados, o latifúndio, êxodo rural, exclusão social e problemas ambientais. (SAQUET e GAIOVICZ, 2009, p.02)

Os padrões de produção passaram de uma agricultura simples que buscava a sobrevivência da população rural e o fornecimento de alimentos para cidades próximas, se tornar complexo, incorporando dinâmicas ligadas à exportação, exigindo uma demanda de logística integrada aos processos de compra e venda de produtos agrícolas e a ligação entre o campo e a indústria se tornou inevitável.

De acordo com Fajardo (2008) nesse contexto, os chamados Complexos Agroindustriais tomam força, caracterizados pelas relações intersetoriais indústria-agricultura-comércio-serviços num padrão agrário moderno, no qual o setor agropecuário passa a ser visto de maneira integrada à indústria.

Fajardo (2008) postula que:

A perspectiva histórica da formação do Complexo Agroindustrial Brasileiro inclui a inserção da economia nacional a uma lógica produtiva global com adoção de um modelo moderno onde a presença de tecnologias e padrões de consumo novos, expõe a realidade da grande produção que não distingue mais a natureza dos diversos capitais (agrícola, agroindustrial ou financeiro), compõem o conjunto da economia. (2008, p.32)

Alguns exemplos de complexos agroindustriais são o complexo de Soja e o complexo fumageiro, o primeiro é ligado a empresas multinacionais produtoras de implementos agrícolas e a grandes cooperativas processadoras de produtos derivados da soja. Esse complexo é ligado a médios e grandes agricultores que têm como sua principal produção a Soja. O complexo fumageiro também possui uma estrutura baseada na produção de implementos por empresas multinacionais, tais como, o processamento e a venda do produto final. Entretanto, a dinâmica produtiva engloba os pequenos agricultores familiares como principais produtores de fumo.

A partir dessas dinâmicas, a estrutura agrária brasileira tomou os moldes atuais, a qual é visível, mesmo em meio a inúmeras discussões, a existência de uma divisão entre as classes que compõem o espaço rural brasileiro. Uma constituída pela agricultura familiar ligada principalmente a pequenos agricultores, estruturados em torno da mão de obra familiar e outra patronal ligada a grandes latifundiários, com amplo capital de investimento e pautado em mão

de obra externa, predominantemente assalariada, ambas propiciam diferentes dinâmicas socioespaciais onde se instalam.

A agricultura patronal e a agricultura familiar, tendo cada uma sua forma de modificar e ocupar o espaço rural caracteriza-se por inúmeros contrastes que diferenciam uma classe da outra. Essa separação de classes se torna evidente uma vez que o País é o único a possuir dois Ministérios da Agricultura: o Ministério dos “produtores patronais e agronegócio” (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA) ligado a políticas econômicas e o Ministério dos “agricultores familiares e da reforma agrária” (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA) focado nas políticas de desenvolvimento rural.

Assiste a tais Ministérios competir por recursos e frequentemente, expressar posições antagônicas sobre temas relevantes para o setor. O quadro 01 a seguir mostra um paralelo entre as duas classes.

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida.
Trabalho assalariado predominante.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento".	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra.	Tomada de decisões "in loco", condicionadas pelas especialidades do processo produtivo.
Pesada dependência de insumos comprados.	Ênfase no uso de insumos internos.

Quadro 01: Esquema comparativo: agricultura patronal e agricultura familiar.
Fonte: GRANZIROLI *et al* (2000).

Como se vê no quadro acima, a dicotomia entre as classes ocorre devido a inúmeros fatores, sendo um dos principais a gestão da mão-de-obra. Na agricultura patronal a propriedade funciona como uma empresa, dentro de uma relação puramente capitalista, onde o proprietário ou patrão é gestor da unidade produtiva e contrata funcionários para suprir as necessidades produtivas, este, por sua vez, emprega cada vez mais tecnologias que aperfeiçoam a produção e diminuem os custos com a mão-de-obra.

Assim, esta classe se caracteriza por grandes latifundiários, detentores de amplo capital de investimento, expandindo suas propriedades dentro do padrão agrícola convencional, com a função de suprir diretamente o mercado interno (agroindústrias) e o mercado externo (exportação de grãos).

A agricultura familiar, por sua vez, é definida segundo o decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, e, de acordo com a classificação adotada na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER):

Agricultores familiares são aqueles que exploram e dirigem estabelecimentos rurais, tendo o trabalho familiar como base da exploração da unidade produtiva, na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo, nos estabelecimentos, atividades agrícolas ou não-agrícolas. São considerados ainda como agricultores familiares, os produtores familiares tradicionais e assentados da reforma agrária, os agricultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos como beneficiários de programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dos Estados e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo seis módulos quando tratar-se de pecuarista familiar; utilizem predominantemente mão de obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento; e obtenham renda familiar originária, predominantemente, de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento. (BRASIL, decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001)

A definição proposta pelo decreto nº 3.991 classifica os agricultores familiares, abrangendo vários segmentos econômicos, grupos étnicos e culturais, que possuem dois elementos em comum: a mão de obra composta predominantemente pelos membros da família e propriedades formadas por, no máximo, quatro módulos fiscais² de terra, ou seja, pequenos agricultores.

Segundo o art. 3º da Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

² O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração predominante no município; Renda obtida com a exploração predominante; Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada. No Paraná o módulo fiscal tem um tamanho médio de 18,6 há. Em São Mateus do Sul é de 16 há. (FAEP, 2012)

Ademais, os conceitos defendidos pela Legislação são abrangentes, pois englobam atividades que não são necessariamente agrícolas, como as práticas de extrativismo, e considera atividades produtivas de categorias sociais diversas, e em diferentes regiões do país, como os pescadores ribeirinhos do litoral e os seringueiros da Amazônia.

Logo, propõem estruturar todos os segmentos produtivos e de subsistências familiares dentro de uma mesma classe, visando organizar e estreitar a relação governamental com esses segmentos, fornecendo investimentos e assessoria técnica a essa parcela da sociedade especificamente.

Outro conceito que define a agricultura familiar está presente na pesquisa elaborada pelo convênio entre a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2000) caracteriza a agricultura familiar em torno de três pontos principais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (GRANZIROLI, *et al*, 2000, p. 08)

Dentro da perspectiva apresentada pelo trabalho realizado em parceria entre INCRA e FAO, com base nos dados do censo agropecuário de 1996, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os agricultores familiares não se encontram inseridos dentro dessa classe devido ao tamanho dos seus estabelecimentos rurais, e sim tendo em vista a forma de gestão da propriedade, ao entender que a extensão máxima de seu estabelecimento é determinada pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe.

Com isso, podemos observar que o conceito de agricultura familiar pode tomar inúmeros focos de análise e interpretações diferenciadas, dependendo dos autores e do tipo de pesquisa em que o tema está inserido. Todavia, é evidente o grau de importância dentro do sistema de produção agrícola brasileiro, principalmente devido a sua relação com as economias regionais e locais, além das inter-relações com a cultura e a sociedade mais estreitas que a patronal, em virtude das diferentes dinâmicas no espaço rural.

A agricultura familiar possui uma relação integrada entre a gestão da propriedade e a mão-de-obra, de acordo com a definição dada por Granziroli (*et al* 2000 p. 08), “a família

deve ser a gestora da unidade produtiva e a maior parte do trabalho utilizado na produção deve ser proveniente da própria família”.

Assim, do ponto de vista conceitual, considerando que a extensão máxima da propriedade é determinada pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe (GRANZIROLI *et al*, 2000), esta classe abarca na sua maioria os pequenos proprietários rurais.

Para França, Grossi e Marques (2009) analisando a questão fundiária e a econômica brasileira, dentro desse contexto dicotômico entre a agricultura patronal e a agricultura familiar, com base nos dados do censo agropecuário de 2006, realizados pelo IBGE, observou-se que, atualmente, no Brasil existem 5.175.489 estabelecimentos rurais ocupando uma área de 329,9 milhões de hectares. O valor adicionado a preços básicos da agropecuária foi de R\$ 111,2 bilhões, um valor absoluto muito maior que os dados do censo de 1996, que foi de R\$ 35,6 bilhões, mesmo que em termos relativos, este valor representa uma participação estável, a qual variou de 5,8% em 1996 para 5,5% no PIB de 2006.

Ressalta-se que esses valores de produtos agropecuários não refletem um aumento nas exportações, as quais diminuíram de um censo para outro, passando de 28,7% em 1996 para 26,8% em 2006. Entretanto, o fato que ocasionou o aumento no PIB, por parte dos produtos agropecuários, foi a diminuição das importações destes produtos, que caíram de 12,5% do total importado no país em 1996, para 4,9% em 2006. (FRANÇA, GROSSI E MARQUES, 2009)

Esses dados demonstram, entre outros fatores, um fortalecimento da produção destinada ao mercado interno, que segundo França, Grossi e Marques (2009)

[...] sem o valor de produção gerado pela agricultura familiar (que em boa medida supre o mercado interno), esse saldo positivo da balança comercial agropecuária se transformaria em um déficit. Pois, para se gerar um saldo positivo não basta apenas exportar bastante, mas também, ao mesmo tempo, importar muito pouco, o que é propiciado pelo suprimento ao mercado interno feito pela agricultura familiar. (2009, P. 15)

Dentro desses estabelecimentos rurais estão 4.367.902 estabelecimentos familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Ocupando uma área de 80,25 milhões de há e sendo responsáveis por 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. (FRANÇA, GROSSI E MARQUES, 2009)

Os agricultores patronais, por sua vez, são representados por 807.587 estabelecimentos rurais, ocupando 249 milhões de ha. Estes resultados mostram uma estrutura agrária

concentrada no país: os estabelecimentos patronais, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e a dos patronais, de 309,18 ha. (FRANÇA, GROSSI E MARQUES, 2009)

ANO DE REFERENCIA (CENSOS DEMOGRÁFICOS)	1996	2006
Estabelecimentos agropecuários - TOTAIS	4.859.865	5 175 489
Estabelecimentos agropecuários - FAMILIARES	4.139.369	4.367.902
Estabelecimentos agropecuários – PATRONAIS	720.496	807.587

Quadro 02: Estabelecimentos Agropecuários - Brasil

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2011) e GRANZIROLI *et al*, (2000).

No que se refere à mão de obra absorvida por estrutura apresentada, estudos baseados no censo de 1996 mostram que a agricultura familiar utiliza apenas 4% de trabalhadores contratados, ou seja, que não pertencem às famílias proprietárias em questão, já a agricultura patronal contrata 78,5% do total dos trabalhadores da propriedade, referente a postos de trabalho no meio rural. A agricultura familiar, mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do Pessoal Ocupado (PO). Dos 17,3 milhões de PO na agricultura brasileira, 13.780.201 estão empregados na agricultura familiar. (BASSO *et al*, 2004)

Em 2006, o Censo Agropecuário registrou 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar (74,4% do pessoal ocupado). Os estabelecimentos patronais ocupavam 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% da mão de obra. Entre as pessoas da agricultura familiar, a maioria eram homens (2/3), mas o número de mulheres também era expressivo: 4,1 milhões de mulheres (1/3 dos ocupados). (França, Grossi e Marques, 2009)

Em relação às áreas de plantio utilizadas na agricultura, segundo França, Grossi e Marques (2009):

Por semelhança do art. 10 da Lei 8.629/93 consideram-se áreas não aproveitáveis aquelas com construções, benfeitorias ou caminhos, matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal e as terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.). Neste caso, a área total aproveitável no Brasil seria de 269,0 milhões de hectares, dos quais 68,7 milhões em estabelecimentos familiares (25,5%) e 200,3 milhões em estabelecimentos não familiares (74,5%). Ou seja, quando se considera a área aproveitável, cresce a participação da área dos estabelecimentos familiares no total. (P. 25)

Esses dados contribuem para o fato do Brasil ser um país de desigualdades no meio rural, pois a concentração de terras ainda está presente, mesmo ocorrendo uma pequena ampliação da ocupação de terras por parte dos agricultores familiares. Todos esses dados demonstram a importância da agricultura familiar como uma forma diferenciada de organismos de produção, mas que apesar de relegado das políticas públicas impostas

positivamente na geração de emprego, renda e na produção de alimentos. Mantendo assim, entre outros aspectos, formas de reproduzir o espaço dentro de suas relações culturais, sociais e econômicas, diferindo das padronizações existentes na agricultura patronal.

Na agricultura familiar as relações culturais se reproduzem entre seus membros, dando continuidade a tradições iniciadas há muitas gerações, incluindo cultos religiosos, formas de cultivo de determinadas espécies, culinárias características de cada região, gostos musicais, entre outros elementos, que fazem com que as pessoas do campo que vivem há tempos em um mesmo local criem uma estreita relação com este meio.

Os aspectos sociais são elementos que estão estruturados dentro das formas de convivência desses agricultores. Em muitos núcleos as famílias trabalham em pequenas propriedades e junto a outras, formam comunidades que mantêm suas formas de organização há tempos estabelecidas.

Nesses núcleos familiares, representantes são instituídos para que busquem resolver problemas que afetam a comunidade, relacionados ao acesso à saúde, educação, entre outros, e também para que assumam o papel de levantar recursos externos para investimentos em insumos, a serem utilizados por todos os membros da comunidade por meio de um sistema de cooperativismo.

Dentro do contexto econômico, por sua vez, a agricultura familiar faz com que muitos trabalhadores continuem no campo, tanto trabalhando nas propriedades pertencentes aos seus familiares, quanto em condições de pluratividade³.

A importância da agricultura familiar evidencia-se também na parcela correspondente à produção de alimentos para o consumo interno, pois, segundo dados fornecidos pelo censo agropecuário de 1996, era responsável por 24% do Valor Bruto da Produção Total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% do soja e 46% do trigo. (GRANZIROLI *et al*, 2000)

Segundo dados do último censo agropecuário (2006), a agricultura familiar demonstra ainda mais força produtiva, pois:

³ Esse termo é utilizado para representar uma prática social, que decorre da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, é considerado um fenômeno através do qual, os membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (BASSO *et al*, 2001)

O Caderno da Agricultura Familiar destaca a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas: produzia 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, possuía 59% do plantel de suínos, 50% do de aves, 30% dos bovinos, e produzia 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira. (FRANÇA, GROSSI E MARQUES, 2009, P.21)

Frente à estrutura agrária brasileira, observa-se a necessidade de impulsionar e fortalecer o meio rural, focando na maior parcela dessa população, ou seja, os agricultores familiares, dentro da proposta de desenvolvimento rural.

A abordagem de propostas de desenvolvimento rural, muitas vezes é observada dentro do contexto territorial, incluindo a isso, diversos segmentos produtivos, serviços rurais e urbanos, atividades industriais, práticas culturais e o espaço físico como um todo, pois muitos dos contextos antes definidos característicos, como da área rural ou da área urbana, atualmente se entrelaçam, transformando essa divisão muito complexa.

Para Ponte (2004) diante das transformações no campo, torna-se necessária realizar uma breve análise para compreender como se configura atualmente. Para isso, buscaram-se as diferentes abordagens vigentes procurando entender suas contribuições e limitações das definições de território rural. Uma das abordagens restringe-se à perspectiva político-administrativa assumida pelas cidades. Essa definição é estabelecida pelo IBGE (2010) onde:

[...] na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondendo às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. (IBGE, 2010)

Outro elemento percebido nessa análise entre rural e urbano para o IBGE é que ele considera como polo principal o urbano. Sendo assim, definido esse espaço, o restante é rural, ou seja, o secundário. (PONTE, 2004)

As definições de rural tanto do IBGE, como dos PNADs e dos Censos em geral, derivam do Plano Diretor de cada município, o que por sua vez, é elaborado por técnicos, mas são submetidos à aprovação nas câmaras municipais, ou seja, são critérios políticos que vão definir o que é rural. Desse modo, esses têm como base a tradição e representação que o poder público tem do rural, e não os critérios estabelecidos cientificamente, derivados de estudos, que permitem apreender o verdadeiro contexto que envolve cada território. (PONTE, 2004)

Nesse contexto, ainda está envolvida a questão do interesse tributário sobre essas áreas, segundo Ponte (2004)

Outro sentido assumido por tais definições refere-se às questões econômicas, pois os impostos urbanos têm como destino as prefeituras municipais; já os rurais vão para o governo federal. É a partir dessa realidade que há uma necessidade da ampliação da área urbana pelos municípios, pois nesse caso, sua arrecadação orçamentária tende a aumentar. Na necessidade de viabilizar conceituações administrativas e políticas que permitam a regulação dos territórios, perde-se a dinamicidade e a peculiaridade desses. (PONTE, 2004. p. 25)

Observa-se a possibilidade dessa conceituação de rural e urbano ser mascarada por interesses políticos e principalmente, através de ações que não levam em consideração as características das comunidades e nem mesmo a opinião dessa população.

Outro critério que pode ser utilizado para definir o espaço rural é o quantitativo, ou seja, o que o delimita com base no tamanho populacional. Desse modo:

[...] em Portugal, na Espanha, na Itália e na Grécia são rurais os locais com menos de 10 mil habitantes, e há também outros países latino-americanos como: Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá que adotam um limite populacional que varia entre 1.000 e 2.500 habitantes para a definição de rural. (ABRAMOVAY apud PONTE, 2000. p. 27)

Essa abordagem utilizada em diversos países delimita as áreas rurais por população, porém segundo Marques (2002)

[...] a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), considerando como unidade de base rural toda unidade administrativa ou estatística elementar com densidade inferior a 150 hab./km², classificar a partir de 1994 as regiões de seus países membros em três categorias. A unidade de base rural pode apresentar um núcleo urbano com densidade demográfica superior a 150 hab./km², desde que o resultado geral, computando-se a área de entorno, não ultrapasse este patamar (Abramovay, 2000). As categorias definidas são as seguintes:

- *essencialmente rurais*: são aquelas em que mais de 50% da população regional habitam em unidades de base rurais;
- *relativamente rurais*: são aquelas em que entre 15% e 50% da população regional habitam em unidades de base rurais; e
- *essencialmente urbanizadas*: são aquelas em que menos de 15% da população regional habitam em unidades de base rurais. Veiga (2002, p. 33) parece se inspirar de certa forma nesta classificação ao propor a divisão do território brasileiro em *inequivocamente urbano*, *essencialmente rural* e em condições intermediárias. (MARQUES, 2002. p. 99)

Embora sendo limitada, uma vez que essa abordagem não leva em consideração as situações geográficas, econômicas, sociais e culturais de cada localidade, apenas fatores numéricos, não se pode deixar de avaliar sua contribuição.

A variável quantitativa tem sua relevância para diferenciar o campo da cidade. O rural, geralmente, apresenta um grau reduzido de população e pouca influência antrópica em seu meio; já o urbano, tem uma maior concentração de pessoas com ambientes mais artificializados. Para entendermos o território rural, não devemos reduzi-lo somente a uma simples realidade quantitativa, mas sim, considerá-lo

dentro de um contexto histórico com suas inter-relações com o urbano, com o resto do território e suas relações estabelecidas internamente. (PONTE, 2000. p. 28)

Ao passo que deixamos de lado a abordagem dentro de critérios administrativos, políticos e numéricos, embarcamos na discussão complexa dessa dicotomia entre rural e urbano. Segundo Silva (2000)

[...] não existe “o rural”, mas sim, áreas rurais, trabalhadores rurais, atividades rurais, moradores rurais, etc. Moradores rurais podem ser trabalhadores urbanos, e vice-versa. Indústrias podem ser rurais, e hortas e pomares podem ser urbanos. Tudo depende da sua localização, porque “rural” é um adjetivo ligado ao espaço. (2000. p. 08).

As áreas tradicionalmente agrícolas estariam se diversificando, e incorporando outros tipos de atividades, como de serviços e indústrias. Os pequenos produtores e trabalhadores rurais estão envolvidos em múltiplas atividades, muitas, não agrícolas. A pluriatividade, nem sempre ligada a uma melhoria de vida, mas muitas vezes resultado da necessidade e da inviabilidade da pequena produção de prover um sustento adequado, configuraria um “novo rural” (SILVA, 2000) onde a agricultura teria, progressivamente, uma importância reduzida. (WEIGAND *et al*, 2001)

Ilustrando esse processo, Silva (2001) mostra que:

Os dados da PNAD de 1999 também mostram que dos quase 15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro (exceto a região Norte), quase um terço – ou seja 4,6 milhões de trabalhadores – estava trabalhando em ocupações rurais não agrícolas (ORNA): como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas etc. Mais importante que isso, as ocupações não-agrícolas cresceram na década dos 90 a uma taxa de 3,7% ao ano – mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país (ver tabela 1). Enquanto isso, o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita dos nossos principais produtos, vem caindo cada vez mais rapidamente, a uma taxa de 1,7% ao ano. Nossas projeções indicam que a continuar nesse ritmo, no ano 2014 a maioria dos residentes rurais do país estarão ocupados nessas atividades não-agrícolas. (SILVA, 2001. p. 37)

Dentro de outro contexto de análise, teóricos como Abramovay (2000) e Alentejano (1998) apresentam métodos mais qualitativos, pois priorizam as relações que se estabelecem com a terra como ponto principal na delimitação do rural, o que permite uma maior compreensão de tal contexto.

Para Ponte (2004)

Na compreensão do rural, há de se considerar a terra como principal fator de estabelecimento dos tipos de relações econômicas, políticas e sociais da população do campo, ou seja, seu elemento definidor. Para as relações sociais, há o predomínio de dimensões simbólicas e culturais com a terra caracterizando um sentido de coletividade e cooperação, apesar de que se pode encontrar em muitas realidades rurais um enfraquecimento dos laços sociais, debilitando suas solidariedades coletivas devido à própria competitividade econômica colocada pelo mercado. (PONTE, 2004. p. 26)

O rural, segundo Ponte (2001), deve ser delimitado dentro do critério cultural, cujas práticas e características da população devem ter relação de identidade com a terra, preposição semelhante tem Wanderley (2001) que vê o rural como “a constituição de um local de vida, com particularidades de modo de vida e referências identitárias, fazendo com que se construa um sentimento do local”. (PONTE, 2001, p. 27)

Considerando, dentro das diversas formas de análise, a existência da divisão entre o rural e o urbano, voltamos nossa discussão em torno das propostas de desenvolvimento, pois segundo Ponte (2004)

A promoção do desenvolvimento sempre teve um viés urbano. Ao mesmo tempo em que os centros urbanos foram crescendo, os serviços sociais, como saúde, educação, saneamento, comunicação e segurança também ali se concentraram, criando um círculo vicioso que causou o a estagnação e/ou esvaziamento da maior parte das áreas rurais. As grandes cidades têm exercido uma enorme atração sobre a população rural, apesar das condições de vida precárias que a maior parte dos recém-chegados têm encontrado. Para os centros urbanos também vão a maior parte dos melhores profissionais, e é onde estão localizadas as instâncias de decisão sobre as políticas públicas que afetarão tanto áreas rurais como urbanas (Chambers 1983). [...] O resultado é um aumento da desigualdade social, miséria e, frequentemente, violência. Resolver os problemas que essas populações enfrentam é, para os governos, muito mais difícil nas grandes cidades que nas cidades pequenas e nas áreas rurais. Por isso, para resolver o problema da pobreza, o desenvolvimento rural é uma prioridade. Infelizmente, a experiência nacional e internacional dos organismos de promoção do desenvolvimento em áreas rurais tem mostrado apenas insucessos e sucessos limitados. (PONTE 2004. p. 24)

Para Ortega (2008), as políticas de desenvolvimento rural têm sido normalmente pautadas pelo combate à pobreza rural, por um forte viés de mercantilização, pelo incentivo a processos de inovação institucional e tecnológica e pelas reformas no aparelho de Estado (governança).

Para Abramovay (1999) o desenvolvimento rural não acontece espontaneamente, necessita da intervenção governamental através de políticas públicas para ser efetivo e ter estrutura e possibilidade de formular ideias concretas de transformação.

O desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado. Mas na elaboração das políticas capazes de promovê-lo é necessário, antes de tudo, que se transformem as expectativas que as elites brasileiras têm a respeito de seu meio rural, cujo esvaziamento social, cultural e demográfico é visto quase sempre como o corolário do próprio desenvolvimento. As funções positivas que o meio rural pode desempenhar para a sociedade brasileira fundamentam-se, primeiramente, no processo - tímido, mas real - de descentralização do crescimento econômico e no fortalecimento das cidades médias. (ABRAMOVAY, 1999, p.02)

Abramovay (1999) comenta sobre a necessidade de intervenções governamentais para o efetivo desenvolvimento rural, conseqüentemente tece uma crítica ao modelo de desenvolvimento pautado na modernização, que considera o modo de vida rural atrasado e os agricultores como um exército de mão de obra reservada para trabalhos não especializados nas cidades, justificando assim o êxodo rural como uma consequência do próprio processo de desenvolvimento.

Seguindo a linha de pensamento de Abramovay (1999), considerando as cidades pequenas e médias do Paraná que possuem uma dinâmica extremamente ligada ao rural, incentivar o desenvolvimento territorial rural acarretaria o envolvimento de toda a população tanto direta como indiretamente, propiciando melhorias em todas as esferas sociais.

2 POLITICAS PÚBLICAS E A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO CONTEXTO TERRITORIAL DE UNIÃO DA VITÓRIA E MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

Este capítulo visa contextualizar a realidade e a espacialização da área de estudo em questão, o município de São Mateus do Sul –PR.

Assim, realizar-se-á um levantamento de dados e uma breve análise do processo histórico de constituição desse território. Integrado a esse contexto trar-se-á à tona informações sobre o estado do Paraná, o território de União da Vitória, instituído a partir de política pública voltada para o desenvolvimento territorial e mais especificamente do município de São Mateus do Sul.

Esse capítulo é dividido em dois subcapítulos, o primeiro organizado com as formas de intervenção governamental para o desenvolvimento rural, baseadas principalmente em políticas públicas federais e estaduais e o segundo é focado na contextualização do território de estudo.

2.1POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS INFLUENTES NO DESENVOLVIMENTO RURAL DE SÃO MATEUS DO SUL

Segundo as políticas públicas que abrangem a proposta de desenvolvimento territorial no Brasil atualmente:

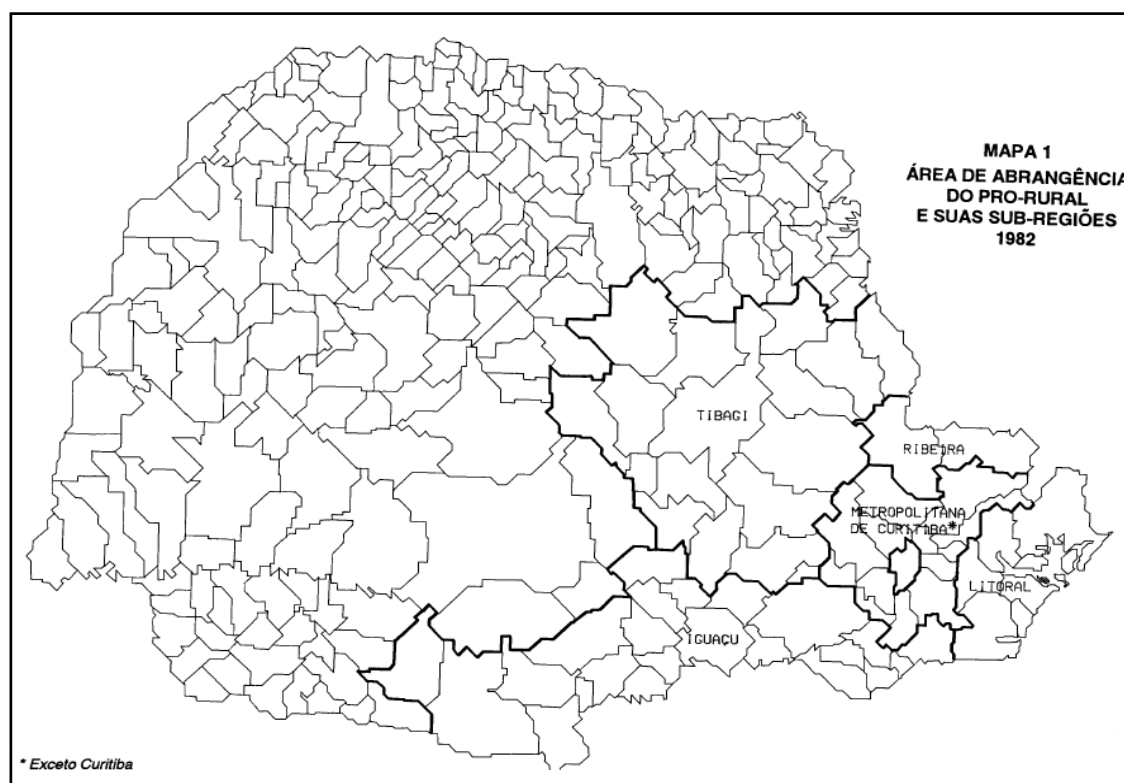
O desenvolvimento territorial enfatiza a melhoria da qualidade e a agregação de valor aos produtos locais, a diversificação de atividades produtivas (inclusive as não agrícolas) e a inovação tecnológica e gerencial, como estratégias para se alcançar melhorias significativas na eficiência e na competitividade sistêmica ou territorial. Pode-se destacar também o uso de tecnologias que demandem maior ocupação das pessoas em atividades produtivas, mas com atenção à qualidade de vida dos trabalhadores e aos seus direitos trabalhistas, sociais e previdenciários. (SDT, 2010)

Envolver a ideia de território em uma política pública de desenvolvimento é um processo inovador no Brasil, pois fornece a possibilidade de compreender todos os agentes envolvidos no território, suas potencialidades produtivas, suas dinâmicas comerciais e identificar aspectos culturais que permeiam esse processo.

Ao pensarmos as políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto do Estado do Paraná, destacamos o Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural / PRO-RURAL, o qual foi implantado em 1981 em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse projeto envolveu um montante de 179 Milhões de dólares,

recursos disponibilizados pelo Governo Federal e Estadual (60%) e pelo BID (40%). (PRO-RURAL, 1992)

O programa agia através da intervenção do Estado nas esferas produtivas, de infraestrutura e social tendo como objetivo superar as condições de atraso de determinadas regiões rurais⁴ (Mapa 01) e os fatores que determinavam a baixa produtividade e a pobreza entre os produtores nelas localizados. (PRO-RURAL, 1992)



MAPA 01⁵: Área de abrangência do pró-rural e suas sub-regiões.
Fonte: IPARDES (1983).

Dentro desse projeto, São Mateus do Sul – PR, nossa área de estudo, fazia parte da Sub-Região do Iguaçu, conforme mostra a Quadro 03.

⁴ Essas regiões rurais compreendiam 61 municípios (MAPA 01) dentro da região do Paraná Tradicional que apresentavam desempenho inferior a média estadual.

⁵ Os mapas presentes nesse trabalho não mantêm uma equidade cartográfica (escala, legenda, formato, etc), pois foram extraídos de diferentes fontes, não sendo elaborados especificamente para esse estudo. Foram usados, principalmente para simplificar a compreensão de certas informações e especialização de dados.

SUB-REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	SUB-REGIÃO IGUAÇÚ	SUB-REGIÃO TIBAGI
MUNICIPIOS	MUNICIPIOS	MUNICIPIOS
ALMIRANTE TAMANDARÉ	AGUDOS DO SUL	ARAPOTI
ARAUCARIA	ANTONIO OLINTO	CANDIDO DE ABREU
BALSA NOVA	BITURUNA	CASTRO
BOCAIUVA DO SUL	CAMPO TENENTE	IMBITUVA
CANPINA GRANDE DO SUL	CRUZ MACHADO	IPIRANGA
CAMPO LARGO	GENERAL CARNEIRO	IVAI
COLOMBO	IRATI	JAGUARIAIVA
CONTENDA	LAPA	ORTIGUEIRA
MANDIRITUBA	MALLET	PALMEIRA
PIRAQUARA	MANGUEIRINHA	PIRAI DO SUL
QUATRO BARRAS	PALMAS	PONTA GROSSA
RIO BRANCO DO SUL	PAULA FREITAS	PORTO AMAZONAS
SÃO JOSE DOS PINHAIS	PAULO FRONTIN	RESERVA
LITORAL PARANAENSE	PIÊN	SENGÊS
ANTONINA	PORTO VITORIA	TEIXEIRA SOARES
GUARAQUEÇABA	QUITANDINHA	TELEMACO BORBA
GUARATUBA	REBOUÇAS	TIBAGI
MATINHOS	RIO AZUL	
MORRETES	RIO NEGRO	
PARANAVAÍ	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	
ALTO RIBEIRA	SÃO MATEUS DO SUL	
ADRIANÓPOLIS	TIJUCAS DO SUL	
CERRO AZUL	UNIÃO DA VITÓRIA	

Quadro 03: Municípios que compõem as sub-regiões do PRO-RURAL 1982.

Fonte: IPARDES (1983).

Organização: O autor.

Os municípios que participariam do projeto foram divididos em três Sub-Regiões considerando apenas os índices de produtividade inferiores, se comparados com outros municípios do Paraná e também uma divisão dentro de critérios ambientais, como, por exemplo, municípios próximos ao rio Iguaçu foram incorporados à Sub-Região do Iguaçu, porém um levantamento aprofundado sobre como se comportava a população desses espaços rurais e principalmente buscar as particularidades das comunidades rurais não foi realizado.

Esse fato reflete um tipo de política “top down” (OLIVEIRA, 2009), em que a população contemplada não é consultada antes da implantação do projeto.

Porém, atualmente, a política pública em busca do desenvolvimento rural que merece destaque é a política de Desenvolvimento Rural Sustentável do Brasil, elaborada em 2005, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e pela Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT, a qual tem como princípio abordar o desenvolvimento rural do País dentro de uma organização territorial, identificando 164 territórios rurais em todo o País observados como áreas de atuação prioritárias, devido ao seu déficit de renda e de principalmente o fator IDH em relação a outros espaços dentro do território brasileiro. (SDT, 2010)

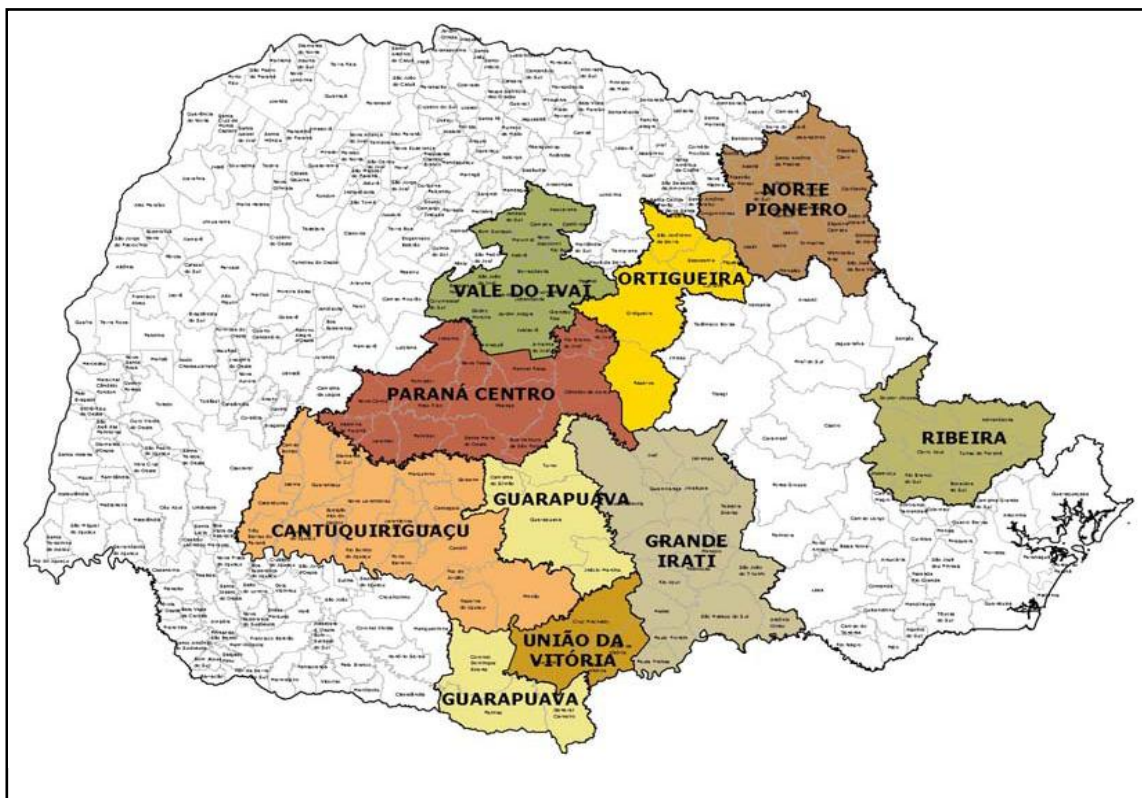
No Paraná existem sete territórios rurais reconhecidos pelo MDA, porém, o município de São Mateus do Sul, área de estudo em loco não está inclusa em nenhum desses territórios rurais. Assim, buscou-se como parâmetro de análise dentro do contexto territorial os dados do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável criado com a participação dos Conselhos Municipais, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) com as parcerias institucionais do Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Minerais do Paraná (MINEROPAR). (IPARDES, 2007)

A proposta desse projeto consiste em conseguir recursos para subsidiar projetos e ações dos Fóruns ou Conselhos de Desenvolvimento Territorial estruturados em cada Território Rural. Tais Territórios Rurais do Paraná foram definidos utilizando como critérios a homogeneização de espaços do ponto de vista físico ambiental e as áreas mais vulneráveis do Estado para intervenção de acordo com os Índices de Desenvolvimento Humano – IDH dos municípios, sendo inicialmente selecionados nove territórios, abrangendo 121 municípios e uma área de 8 milhões de hectares, que, em 2000, correspondiam a uma população de 1,7 milhão de habitantes (MAPA 02).⁶ (IPARDES, 2007)

Ao realizar essa espacialização em forma de território, o Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável:

[...] busca trazer para as ações voltadas ao desenvolvimento à ideia da multissetorialidade concomitante à superação da dicotomia urbano-rural no que tange ao planejamento da ação pública. Nesse sentido, um conjunto de municípios articulados em torno de um projeto comum tem se mostrado eficaz na realização de mudanças desejadas e apresenta maior capacidade de negociação e maior disponibilidade de recursos financeiros e humanos. (IPARDES, 2007. p. 09)

⁶ Case ressaltar que esse projeto apresenta possíveis territórios rurais do Paraná provenientes de estudos realizados pelo IPARDES com o auxílio de outras instituições, pois os mesmos não são reconhecidos pelo MDA como territórios rurais institucionalizados.



MAPA 02: Territórios priorizados no Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Configuração Inicial

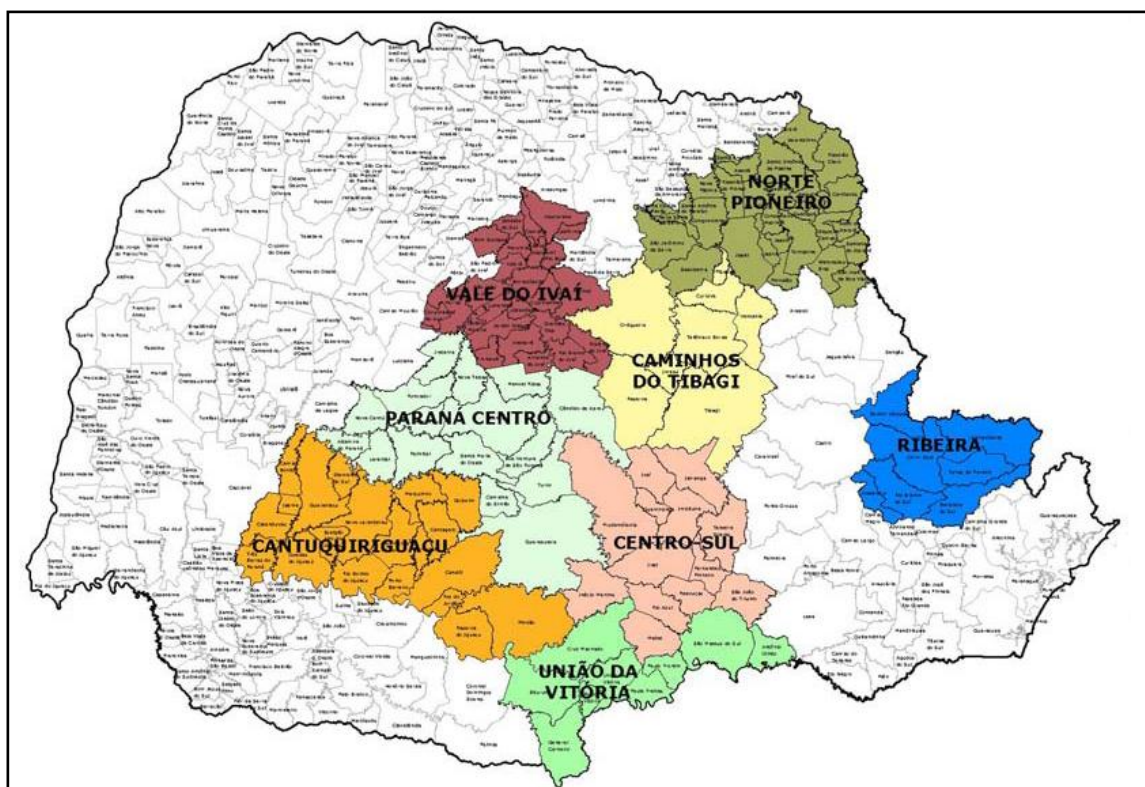
Fonte: IPARDES (2007)

Na primeira configuração do projeto, foram abordados os territórios no intuito de formular um diagnóstico inicial desses espaços considerando a percepção local, sua abrangência e a sua institucionalidade. Porém, a partir de reuniões técnicas com instituições locais e mediadas pela Coordenação de Programas de Governo – CPG/ SEPL, pela Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP/SEAB e pelo IPARDES/SEPL, identificou-se a necessidade de redefinir o desenho inicial dos Territórios Rurais do Paraná.

Assim, o Projeto estabeleceu oito territórios prioritários, abrangendo 127 municípios, com uma população total de 1,8 milhão de habitantes no ano de 2007 (MAPA 03). (IPARDES, 2007)

As alterações dos Territórios Rurais do Paraná foram realizadas considerando como critérios a questão populacional, semelhanças na oscilação dos ritmos de crescimento ou decréscimo populacional e homogeneidades do ponto de vista físico-ambiental, histórico, econômico e social.

Dentro dessa nova classificação, São Mateus do Sul, objeto de análise dessa pesquisa, que antes integrava o território rural da Grande Irati passou a ser incluído no território rural de União da Vitória (MAPA 03). (MARQUES, PEREIRA, 2008)



MAPA 03: Territórios priorizados no Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Configuração Final
Fonte: IPARDES (2007)

A ideia do projeto é pautada na liberação de verbas para financiar projetos elaborados pelos territórios, em que as propostas viriam da própria sociedade local, observando as principais dificuldades e buscando suas potencialidades produtivas que propiciariam renda, remuneração digna do trabalho e inclusão social, possibilitando o acesso a bens e serviços, resgatando a dimensão produtiva do cidadão e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de toda a população territorial.

Nesse contexto, através desse projeto, algumas ações foram tomadas especificamente no território rural de União da Vitória, com movimentação dos conselhos Municipais, sindicatos rurais, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) e a Associação dos Municípios do Sul do Paraná (AMSULPAR) foram realizadas reuniões, encontros, seminários e capacitações até a criação de um Conselho Gestor do território composto por 15 membros de instituições da sociedade civil e pública do território, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento e a alteração do nome do território, passando de território de União da Vitória para território Vale do Iguaçu⁷.

⁷ Devido à utilização de dados do Diagnóstico Socioeconômico do território de União da Vitória – Paraná, estudo que foi a base da criação desse território rural, no qual o território ainda estava intitulado como território

O Plano de Desenvolvimento do território estabeleceu três eixos de ação, sendo o primeiro o Eixo Econômico que visa: a organização da produção e comercialização, a bovinocultura do leite, a fruticultura, o apoio à produção agrícola e a diversificação da produção; o segundo o Eixo Social englobando: a realização de cursos técnicos e profissionalizantes, regularização fundiária, melhoria no atendimento a saúde, acesso a curso superior para filhos de produtores, comunicação e telefonia rural e acesso a escolas públicas; e o terceiro o Eixo Ambiental ligado: a adequação ambiental, SISLEG (Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente), Educação socioambiental, Liberação de corte e áreas e compensação ambiental. (IPARDES, 2010)

Entretanto, ao observar as contribuições concretas desse projeto para o desenvolvimento dos agricultores de São Mateus do Sul – PR, de acordo com entrevista com representante da diretoria do Sindicato de Agricultores de São Mateus do Sul – PR, observou-se inúmeras críticas em torno das políticas públicas e projetos de desenvolvimento.

Ao ser questionado sobre a eficiência do PRO-RURAL, política que o agricultor vivenciou durante seu período de vigência, o entrevistado fala que:

As inúmeras políticas implantadas até o momento, não tiveram nenhum direcionamento realmente concreta para a implantação de mecanismos, associações ou formas de produção que impulsionassem o desenvolvimento rural na nossa região, a maioria desses projetos simplesmente serviram para fornecer verba com juros baixos para o agricultor pagar dívidas e principalmente comprar implementos agrícolas. Isso porque os projetos não vêm com um auxílio em torno da organização dos agricultores e esses por si só, possuem dificuldades em se organizar. (membro do Sindicato de Agricultores de São Mateus do Sul – PR, 2011)

Com base nessa informação, percebe-se que a eficiência dessa forma de política de desenvolvimento rural foi baixa, pois o fato de adquirir um maquinário agrícola pode significar tanto um avanço no sistema produtivo do agricultor e com isso diminuição do serviço, maior renda e talvez uma melhoria na qualidade de vida que indicaria o desenvolvimento desse agricultor, quanto pode indicar um gasto acima do seu real rendimento e o início de um endividamento desnecessário.

Ao ser questionado sobre a política de Desenvolvimento Rural Sustentável do Brasil e sobre o Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável especificamente, o membro do Sindicato de Agricultores de São Mateus do Sul respondeu:

São Mateus do Sul está incluso e participa das discussões sobre o desenvolvimento do Território de União da Vitória. Essa forma de organização é muito interessante, porém muitas interferências políticas (tanto estadual como municipal) atrapalham a formulação de projetos que auxiliem no desenvolvimento de todo o território, tal como causam entraves na obtenção de recursos para o território. Além disso, muitas propostas foram observadas mais nada de concreto em prol do desenvolvimento do território foi realizado até o momento. (membro do Sindicato de Agricultores de São Mateus do Sul – PR, 2011)

Essa interferência no repasse de recursos de uma política pública de esfera federal também é observada no Programa Compra Direta, onde questões políticas partidárias interferem na eficiência do Programa.

Através desse discurso percebe-se o processo complexo que passa da criação de uma política de desenvolvimento até o seu real alcance à população alvo, em que as questões burocráticas, organizacionais e políticas atrapalham esse processo.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO – PARANÁ, TERRITÓRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL.

Até em meados do século XIX, no Paraná o processo de ocupação se desenrolou dentro da mesma perspectiva tomada em todo o País, porém algumas especificidades são inerentes ao território paranaense e influenciaram numa estruturação diferenciada do modelo geral de ocupação.

A primeira tentativa de ocupação do espaço paranaense foi com os Espanhóis, através das reduções jesuítas (século XVI), que se constituíam por povoados estruturados dentro de um modelo espanhol em conjunto com os povos indígenas. Essas reduções tinham o intuito de dominar o território, produzir alimentos para a subsistência daquela população e a exploração dos recursos naturais. Porém, o avanço de bandeirantes destruiu algumas reduções e expulsou os jesuítas para áreas agora pertencentes ao Paraguai e à Argentina.

Ao que concerne aos portugueses, estes iniciaram a ocupação, em meados do século XVI, a partir do litoral paranaense, passando pelas cidades de Paranaguá, Antonina e Morretes e, conseqüentemente, atravessando a serra do mar até os campos de Curitiba em busca da exploração de minérios. (Cunha, 2003)

De acordo com CUNHA (2003), um fator que determinou a forma de estruturação do espaço agrário paranaense foi o aspecto natural, pois os avanços dos bandeirantes portugueses e paulistas, só foi possível através das áreas de campos que facilitavam o deslocamento das tropas para o interior do estado.

Com efeito, o autor salienta que

[...] as atividades econômicas desenvolvidas no Paraná, “desde os seus primórdios, são resultantes, em parte considerável, da combinação de seus solos com os climas” (PADIS, 1981, p. 12) e, pode-se acrescentar do seu relevo e da sua vegetação. É assim que o relevo plano dos campos que dominavam o planalto curitibano, portador de uma vegetação rasteira e própria para alimentação de gado, permitia o desenvolvimento da criação como principal atividade econômica da região, o que influenciaria decisivamente nos gêneros de vida da sociedade local. (CUNHA, p.55)

Para Fajardo (2007), após esses primeiros avanços, o comércio de gado, charque e couro entre as províncias de São Paulo e o Rio Grande do Sul, no final do século XVII e início do século XVIII, criaram o caminho dos tropeiros, que circundava as áreas de campo em toda a região Sul do País, fazendo surgir às primeiras cidades e povoados interioranos, como Lapa, Ponta Grossa e Castro.

De acordo com Cunha (2003), nesse período, o papel da população paranaense, que iniciava a colonização nas áreas de campos, foi de prestar serviços para os tropeiros, produzir alimentos para a subsistência e principalmente alugar os campos de invernada para as tropas vindas de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Com a crise do tropeirismo (final do século XIX) os pequenos e médios agricultores começaram a invadir as áreas de matas, mais férteis e com grande oferta de erva-mate, produto que começava a ser explorado em maiores proporções no estado, alavancando os primeiros processos de industrialização.

Esse período foi marcado por uma imensa pobreza dos pequenos agricultores que não tinham estrutura e conhecimento para cultivar alimentos para a subsistência da sua família, e muitas vezes, o trabalho na colheita de erva-mate era a única renda da família.

Nesse momento a estrutura fundiária do Paraná Tradicional baseia-se no sistema de latifúndio e minifúndio caracterizado por latifúndios de posseiros da coroa portuguesa e estabelecidos ao seu entorno um grande número de pequenos estabelecimentos, nos quais as famílias camponesas não conseguem produzir o mínimo necessário para reprodução social, precisando vender sua força de trabalho aos latifundiários.

Fajardo (2007) destaca que o Paraná desde o início do seu processo de ocupação, teve dificuldades na fixação do território, prejudicada por inúmeros conflitos, como a Guerra do Paraguai, posteriores disputas com o Paraguai e Argentina, além da Guerra do contestado (Santa Catarina) que comprometeram a dinâmica populacional e proporcionaram uma estagnação econômica durante quatro séculos.

A industrialização do estado iniciou com a fase econômica da erva-mate, impulsionada também pela força de trabalho dos imigrantes europeus que chegaram ao estado e

participavam do beneficiamento e empacotamento da erva-mate, aliado à exploração da madeira e posteriormente a produção do café na região norte do Estado, a economia paranaense foi se constituindo.

O avanço da população paranaense para diferentes espaços no estado sofreu a influência de fases econômicas. Fajardo expõe que:

Em suma, a ocupação avançou sob a forma de “frentes” que definiram e caracterizaram os espaços regionais de acordo com o momento histórico e a atividade econômica predominante, bem como a aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem rural no território paranaense. (FAJARDO. 2007. p.03)

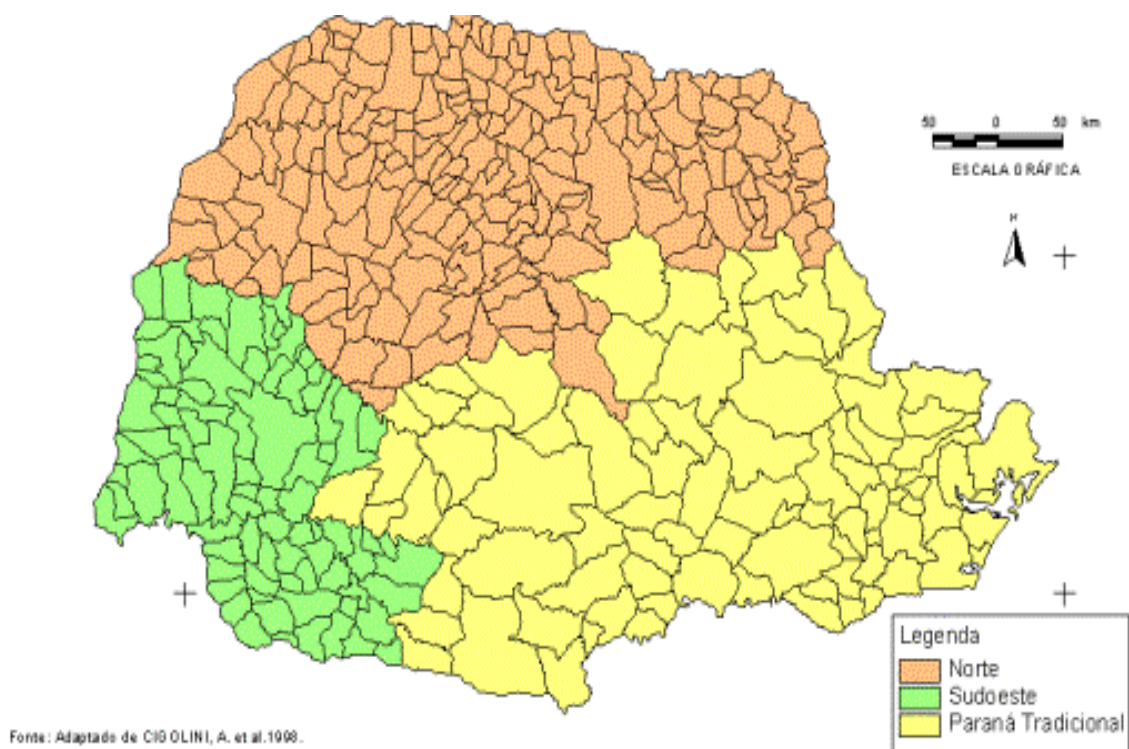
Para Fajardo (2007) resumidamente, essas fases foram: escravo-indígena e incursão Jesuíta (sec. XVI), Mineração (sec. XVI a XX), Tropeirismo (sec. XVIII), Erva-mate (sec. XIX), Madeira (sec. XIX a XX), Café (sec. XX) e Soja (a partir de 1950).

Essas fases foram consideradas as principais atividades econômicas de cada época (fato que não exige a existência de duas ou mais atividades econômicas em uma mesma época), que atraíam pessoas em busca de riquezas e de melhores condições de vida. Entretanto, compreende-se que essas fases se entrelaçaram em determinados momentos, representando fluxos migratórios distintos.

Dentre essas fases, observa-se, que até o início do século XX, a economia paranaense baseava-se em atividades extrativistas. Essa dinâmica começa a mudar devido o avanço de cafeicultores paulistas na região norte do Paraná, inserindo atividades produtivas em espaços que já haviam sido explorados através da extração de madeira, e avançando a fronteira de cultivo até a faixa em que o clima permitia, pois em climas mais frios como das regiões, central, sul e sudeste do estado, o café não obtinha uma boa produção e principalmente, os pés de café morriam com a incidência de geada.

De acordo com Cunha (2006) no mesmo período, a região sudoeste do estado começou a ser povoada com pessoas advindas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que vinham até o nosso estado em busca de novas terras para cultivo, visto que em suas regiões de origem a ocupação já estava saturada, e a valorização das terras de plantio era maior.

Nesse contexto, configuram-se no estado do Paraná, três grandes regiões: a região do Paraná tradicional; a região norte e a região sudoeste. Dentro de uma questão histórica, essa foi a primeira regionalização realizada no estado.



MAPA 04: Grandes Regiões do Paraná
Fonte: CUNHA, 2006.

Essas três regiões surgiram a partir de processos distintos e consequentemente configuraram-se com características específicas, segundo Cunha (2006, p. 02)

Os três grandes processos de cada região geraram três trajetórias de desenvolvimento rural com características específicas bem marcadas. No Norte, uma trajetória centrada na substituição do café pela soja e a criação de gado. O Sudoeste pelo mesmo tipo de expansão, mas centrado numa agricultura familiar em pequenos estabelecimentos. Já no Paraná Tradicional, uma dualidade na qual a soja e a criação dominaram a área campestre, e a agricultura familiar, o domínio florestal, onde há pressões da soja, do fumo, dos reflorestamentos e diversos tipos de criação em integração com a indústria.

Para Fajardo (2007) durante o século XX, o Paraná conclui seu processo de ocupação econômica com o esgotamento da fronteira agrícola, passando de um Estado com forte poder atrativo de população, para um dos estados que tiveram menor crescimento populacional entre os anos 1980 e 1990.

Nesse passo, as relações de produção e de trabalho no campo modificaram-se e as condições rurais de sobrevivência ocasionaram a expulsão de enormes contingentes populacionais, até então vinculados às atividades agrícolas para os centros urbanos do próprio Paraná, em busca de oportunidades de trabalho e de obtenção de renda.

Nesse processo, ampliam-se sobremaneira o grau de urbanização do Estado e a tendência de concentração da população nos centros urbanos de maior porte. Ao

mesmo tempo extensas correntes migratórias dirigem-se às áreas urbano-industriais do Sudeste, particularmente para São Paulo, e às regiões de fronteira agrícola do Norte e do Centro-Oeste brasileiro. (FAJARDO, 2007. p.92)

Para o autor, o Paraná passa então, de receptor, para uma das áreas expulsórias de população do País e passa a apresentar o menor crescimento populacional dentre os estados brasileiros.

De acordo com o IBGE (2011) dentro da proposta de regionalização clássica, São Mateus do Sul, cenário de nossa pesquisa, está incorporado na região do Paraná Tradicional e segundo o IBGE, na Mesorregião Sudeste do Paraná.

O município surge em consequência do processo de colonização do Paraná Tradicional, iniciado no século XVII, seguindo do litoral paranaense, estendendo-se pela planície litorânea, encostas da Serra do Mar, primeiro, segundo e terceiro planalto até o centro-sul do Estado, passando pelo tropeirismo⁸ até a vinda de imigrantes europeus, principalmente poloneses e alemães (CUNHA, 2006a).

Na primeira metade do século XX, com a estruturação das estradas de ferro e principalmente com o fortalecimento da navegação de vapores pelo Rio Iguaçu, que juntamente com os ciclos da madeira e da erva-mate foram importantes para o desenvolvimento de São Mateus do Sul, ampliando suas relações econômicas juntamente com todo o Paraná Tradicional. (WESTHALEN, *et al*, 1968)

Por possuir uma topografia acentuada e um clima subtropical com invernos rigorosos, entre outros fatores, a Mesorregião (IBGE, 2011) onde São Mateus do Sul se localiza, não interessou a grandes produtores de café e a pecuaristas. Assim, o meio rural se construiu, na sua maior porção, por comunidades de agricultores familiares que, através da produção de milho, feijão e hortaliças, criação de animais dentro do sistema de faxinais⁹ e a exploração da erva-mate, conseguiam sobreviver.

⁸ A palavra "tropeiro" deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil colônia. O termo tropeirismo tem sido usado para designar o transporte de gado da região do Rio Grande do Sul até os mercados de Minas Gerais, posteriormente São Paulo e Rio de Janeiro (RECCO, 2010).

⁹ O sistema de faxinais é um sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para a produção animal e a conservação ambiental. Baseado pelo Decreto Estadual nº 3.446 de 1997, parágrafo 1º, do art. 1º, esse sistema fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas (SILVA, 2005).

Atualmente o município abrange uma área de 1.342,633 km² representando 0,674 % do estado ou 0,016 % de todo o território brasileiro e uma população Total de 41.617 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2011), sendo 21.131 habitantes no meio urbano e 15.438 habitantes no meio rural (CNM¹⁰, 2012) e cerca de 3169 estabelecimentos rurais ocupando 70.310 ha, o que equivale a 52% da área do município fato que demonstra a grande quantidade de pessoas vivendo no campo .

	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	20,29 %	22,67 %	22,11 %	20,28 %
Indústria	30,26 %	25,41 %	26,70 %	24,19 %
Impostos	8,30 %	8,19 %	7,87 %	8,68 %
Serviços	41,16 %	43,73 %	43,32 %	46,85 %

Quadro 04: PIB – Produto Interno Bruto – São Mateus do Sul - PR.

Fonte: Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2008), baseado nos dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE, 2006).

Organização: O Autor.

Observando a Figura 07 sobre a produção econômica do município, percebe-se que as porcentagens do PIB da indústria e da agropecuária encontram-se próximos desde o ano de 2003, sendo assim o grau de importância economia de ambos são equivalentes para o município, isso levando em consideração a existência de indústrias de grande proporção, tais como a Indústria Cerâmica Paraná S/A (Incepa) e a Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) – Petrobras em São Mateus do Sul – PR.

Também é relevante observar que esses dados podem camuflar certas atividades ligadas ao rural, por exemplo, enquadrado no item indústria podem estar algumas agroindústrias que processam matéria-prima do campo, com também no item serviço, esses podem ser direta ou indiretamente ligados ao rural.

De acordo com o IPARDES (2010) o total do PIB do município é de 323 Milhões sendo o 48º município do Estado, porém com o IDH de 0,766 localiza-se como o 103º do Paraná, considerando que o estado possui 399 municípios, a diferença de proporção entre o PIB e o IDH municipal refletem uma distribuição de renda desigual, justificando as mais de 13200 pessoas em situação de pobreza.

¹⁰ Confederação Nacional de Municípios.

Segundo a classificação geomorfológica realizada por Maack (1968), São Mateus do Sul - PR está inserido na região ondulada do Paleozoico dentro do Segundo Planalto Paranaense, ou seja, uma região com relevo acentuado, entretanto, mesmo com uma topografia desfavorável ao cultivo agrícola, algumas produções se destacam, como podemos observar no quadro 05 abaixo:

TIPO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	QUANTIDADE PRODUZIDA EM TONELADAS (SAFRA)
MILHO	1756
FEIJÃO PRETO	1647
FUMO EM FOLHA SECA	617
SOJA	260
ERVA-MATE	226
BATATA INGLESA	49

Quadro 05: Principais produções agrícolas de São Mateus do Sul – PR

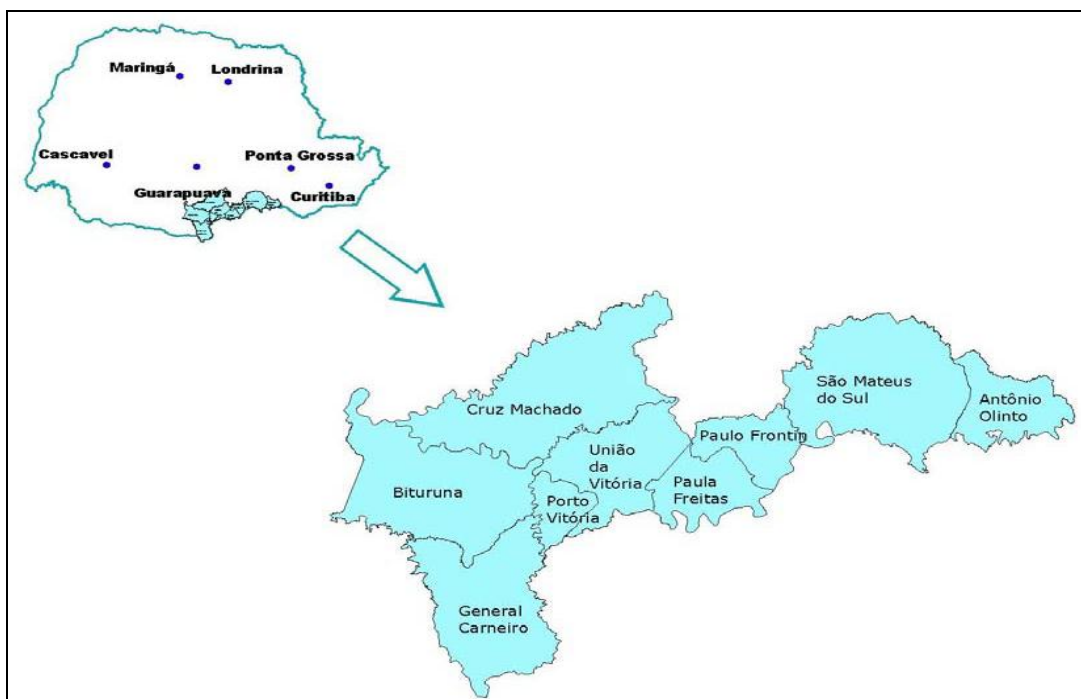
Fonte: Censo Agropecuário de 2006 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Organização: O Autor.

Dentre as cinco culturas agrícolas mais expressivas de produção em São Mateus do Sul (apresentadas no quadro acima), destacam-se no município a soja, a batata e o milho como característicos da agricultura patronal, devido ao desprendimento de capital que essas produções exigem principalmente no que diz respeito ao uso de maquinários agrícolas, agroquímicos e mão de obra assalariada.

Por sua vez, o fumo, o feijão e a erva-mate são produções provenientes na sua maioria da agricultura familiar, sendo estes viáveis, utilizando apenas a mão de obra familiar. Sendo o feijão e o fumo produções sazonais e a erva-mate uma produção permanente, com colheitas divididas em períodos médios (um ano) e longos (três anos), caracterizada como uma renda paralela a outros cultivos.

Ao relacionar o município aos territórios definidos dentro da política de Desenvolvimento Rural Sustentável do Brasil observa-se São Mateus do Sul integrado ao Território Rural de União da Vitória que se localiza parte no Segundo Planalto e parte no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 7.298 km², correspondendo cerca de 3,7% do território estadual e a 9,1% da área do Projeto. Essa região faz divisa ao norte e leste com o território Centro-Sul; a noroeste, com o território Cantuquiriguaçu; a oeste, com o Grande Sudoeste, e ao sul, com o estado de Santa Catarina (MAPA 05). (IPARDES, 2007)



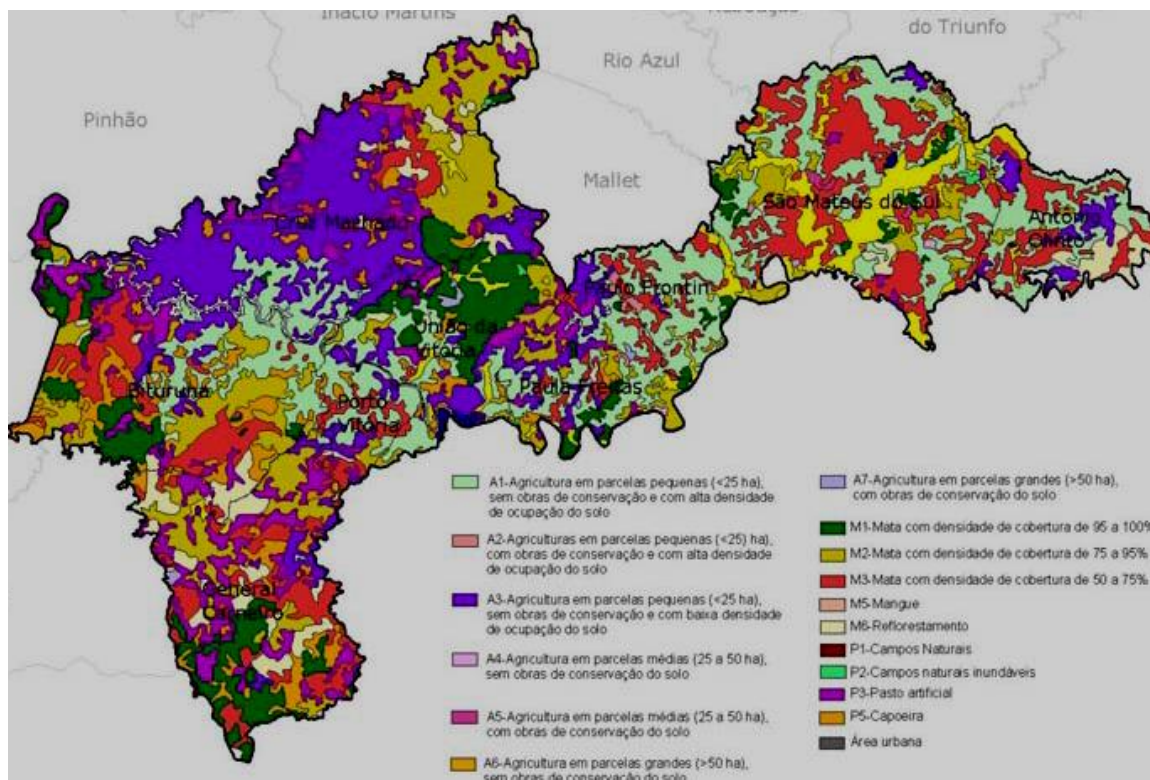
MAPA 05: Localização do território de União da Vitória – Paraná.
Fonte: IPARDES (2007)

De acordo com o IPARDES (2007) o território é constituído por nove municípios: Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e União da Vitória. Esse conjunto de municípios reúne 162.807 pessoas, representando 1,6% da população estadual e 8,7% da população da área do Projeto.

Dentro dos aspectos físico-ambientais o território de União da Vitória possui uma geologia caracterizada com a Formação Serra Geral (57,8% de toda a área), com vegetação predominantemente composta por Floresta Ombrófila Mista com Araucárias e a média de altitude de 500 a 1000 m, as temperaturas médias mínimas são de 11°C a 13°C e temperaturas máximas entre 22°C a 26°C. (IPARDES, 2007)

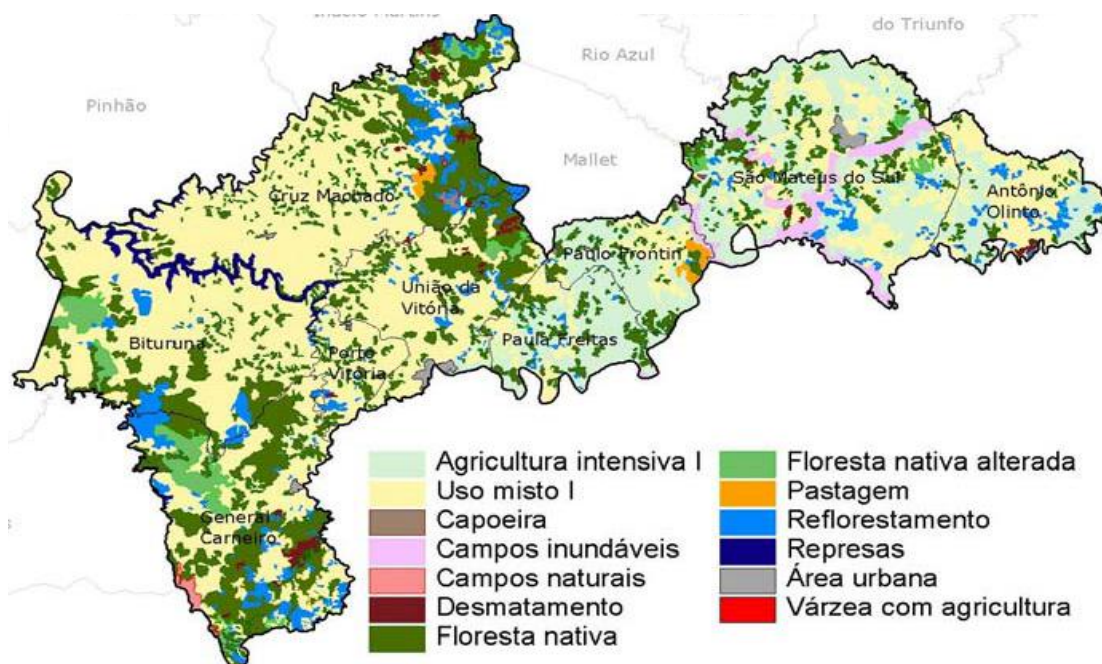
O território apresenta 40,2% de seus solos com potencialidade à degradação, devido à alta probabilidade de riscos à erosão e 6% inaptos por excesso hídrico.

No quesito uso do solo, observado através de estudo realizado pelo IPARDES a partir de fotografias aéreas de 1980 (MAPA 06), foi observado que as matas ocupavam 38,3% de todo o território, a agricultura, 36,2%; as pastagens e os campos naturais, 13,8%; as capoeiras, 5,3%; e os reflorestamentos, 4,3%. (IPARDES, 2007)



MAPA 06: Uso do solo no território de União da Vitória - Paraná – 1980
Fonte: IPARDES (2007)

Em 2001, mesmo observando o território através de outro estudo realizado pelo IPARDES, considerando o levantamento de uso da terra, utilizando imagens Land Remote Sensing Satellite (LANDSAT), é evidente que as pressões agropecuárias aumentaram tanto na modalidade intensiva quanto o uso misto, envolvendo 68,2% do território. (MAPA 07)



MAPA 07: Uso da terra no território de União da Vitória - Paraná - 2001-2002.
Fonte: IPARDES (2007)

Desse levantamento foi possível a obtenção dos dados de remanescentes da floresta nativa, que totalizavam, em área, 19,3%. A floresta nativa ocupava 2,7%; o reflorestamento, 4,5%; pastagens, capoeiras e campos inundáveis, 3,5%.

O território de União da Vitória, de acordo com a movimentação populacional ocorrida no quinquênio 1995-2000, apresenta saldo negativo nas trocas populacionais. Esse resultado segundo o Diagnóstico Socioeconômico do território de União da Vitória realizado pelo IPARDES se dá principalmente, ao processo de modernização da agricultura, em que :

[...] o componente migratório, dentre os fatores demográficos, vem tendo um peso substantivo na conformação do quadro populacional regional. O já conhecido processo de modernização da agricultura paranaense, deflagrado em algumas regiões principalmente a partir da década de 1970, foi paulatinamente se estendendo a todas as áreas do Estado, provocando intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais. Os municípios que compõem o território de União da Vitória não fugiram às características mais gerais que marcaram esse processo. Mais especificamente, ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região. (IPARDES, 2007. p. 23)

Os municípios do território de União da Vitória acompanharam o movimento de variação positiva do indicador no período 1991-2000 que, de modo geral, abrangeu os municípios brasileiros. No entanto, esse movimento não foi suficiente para melhor posicionar este conjunto de municípios em relação à média estadual.

Segundo o IPARDES (2007) o município de União da Vitória figura como exceção no contexto do território por registrar índice mais elevado (0,793) do que o da média estadual (0,787). Salvo São Mateus do Sul, que apresentava o mesmo índice, todos os demais se situavam inclusive abaixo da média brasileira (0,766).

Em relação a indicadores de pobreza, em 2000 o território de União da Vitória possui 12.656 famílias pobres (renda familiar per capita de meio salário mínimo), abrangendo aproximadamente 55% do total de famílias do território. O município de São Mateus do Sul, por sua vez, apresenta um percentual de famílias pobres em torno de 31%, sendo a maior parcela desse percentual reflete as famílias pobres do meio rural. Correlacionado a isso, São Mateus do Sul tem o maior índice de desigualdade de renda do território. (IPARDES, 2007)

O território União da Vitória possuía 10.578 estabelecimentos agropecuários em 1995/1996, que representavam 3,2% do total dos estabelecimentos do Estado. Esse conjunto de estabelecimentos estava distribuído desigualmente entre os nove municípios que compõem o território, sendo que Porto Vitória tinha o menor número (286), e São Mateus do Sul, o

maior (2.877). Há de se observar a intensa presença de estabelecimentos agropecuários Familiares (77%), que congrega unidades produtivas que utilizavam exclusivamente mão de obra doméstica. (IPARDES, 2007)

A segunda categoria mais frequente foi o estabelecimento familiar empregador, que complementa sua mão de obra com contratação de terceiros. Finalmente, tem-se o estabelecimento não familiar, que contrata a maior parte da mão de obra. Estes últimos foram os menos frequentes.

Esses estabelecimentos agropecuários cultivam principalmente lavouras temporárias, como milho e feijão ocupam a maior parte da área cultivada, entretanto as lavouras de soja, batata lisa (safra das águas) e arroz vêm obtendo expansão de áreas de cultivo nos últimos anos. (IPARDES, 2007)

O Produto Interno Bruto do território somou R\$ 681,8 milhões em 1999, o que correspondeu a 1,1% do valor final dos bens e serviços produzidos no Paraná. Essa participação foi mantida em 2004, indicando que a região cresceu a taxas próximas das registradas pelo Estado. Entretanto, nos últimos anos, a agropecuária tornou-se mais representativa em termos econômicos, respondendo por 34,4% do valor adicionado regional em 2004, acima da participação de 29,8% registrada em 1999. Consequentemente, os pesos relativos da indústria e dos serviços apresentaram declínio, passando de 26,8% para 24,7%, no caso do setor secundário, e de 43,4% para 40,9%, no caso do terciário. (IPARDES, 2007)

Essas mudanças não deixam dúvida quanto ao maior dinamismo da agropecuária, comparativamente aos demais segmentos, o que permite relacionar a manutenção da importância relativa do território na economia estadual ao crescimento das atividades primárias. Em maior desagregação territorial, observa-se que o PIB da região concentra-se fortemente nos municípios de União da Vitória e São Mateus do Sul, responsáveis por 27,6% e 27,3%, respectivamente, do total da renda territorial. (IPARDES, 2007. p. 65)

Todos esses dados do território de União da Vitória e especificamente do município de São Mateus do Sul vêm a delinear a importância de observar os sistemas produtivos do campo que se apresentam como rentáveis para os inúmeros agricultores familiares presentes no território, entender seus impactos negativos e positivos, tal como, compreender como tais sistemas produtivos podem dar suporte ao desenvolvimento rural do município de São Mateus do Sul e consequentemente ao território com um todo.

Após realizar a análise de dados e de aspectos de formação do território de União da Vitória e município de São Mateus do Sul, atualmente, os dados dos censos agropecuários do

IBGE de 1996 e 2006 mostram um crescimento no número de estabelecimentos agropecuários (quadro 06), os quais em proporção de porcentagem foram mais expressivos no município de São Mateus do Sul (34,8%) frente ao próprio território de União da Vitória (24,7%) e principalmente ao estado do Paraná (0,3%).

	BRASIL	PARANÁ	TERRITÓRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA	SÃO MATEUS DO SUL
1996	4.859.865	369.875	10578	2350
2006	5 175 489	371 051	13194	3169
% DE CRESCIMENTO	6,4%	0,3%	24,7%	34,8%

Quadro 06: Estabelecimentos Agropecuários

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2011), baseado no Censo Agropecuário do IBGE de 1996 e 2006.

Organização: O Autor.

Esses números podem refletir um aumento na distribuição de terras, ocasionada pela divisão de espaços de terras já cultivados, ou pelo contrário, representar a expansão agrícola sobre novas fronteiras, que, na maioria das vezes, áreas de reservas florestais.¹¹

Entretanto, segundo informações do quadro 07 em que foram evidenciados apenas os estabelecimentos agropecuários familiares, percebe-se um crescimento significativo no número de estabelecimentos agropecuários familiares, seguindo um percentual próximo a 40% no estado e de 37,3% no território de União da Vitória e 35,7% no município de São Mateus do Sul. Esse percentual de crescimento foi muito superior ao índice nacional, que ficou em 5,5%.

	BRASIL	PARANÁ	TERRITÓRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA	SÃO MATEUS DO SUL
1996	4.139.369	216.069	8.239	2026
2006	4.367.902	302.907	11316	2750
% DE CRESCIMENTO	5,5%	40,1%	37,3%	35,7%

Quadro 07: Estabelecimentos Agropecuários Familiares.

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2011), baseado no Censo Agropecuário do IBGE de 1996 e 2006. Organização: O Autor.

Assim, com esse percentual de crescimento, os estabelecimentos agropecuários familiares representam mais de 80% do total de estabelecimentos agropecuários, tanto na

¹¹ A diferença entre os dados do censo agropecuário do IBGE de 1996 e 2006 pode ser reflexo de mudanças metodológicas na coleta dos dados para o censo e na classificação dos estabelecimentos agropecuários como familiares ou não familiares. Entretanto, não se cabe neste trabalho uma adequação estatística desses dados. Maiores informações sobre esse tema são encontradas em França C. G. *et al.* O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil – Brasília: MDA, 2009.

esfera nacional, quanto estadual e territorial, com o município alcançando índice de 86%.
(quadro 08)

	BRASIL	PARANÁ	TERRITÓRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA	SÃO MATEUS DO SUL
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - TOTAIS	5 175 489	371 051	13194	3169
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - FAMILIARES	4.367.902	302.907	11316	2750
% DE AGRICULTORES FAMILIARES	84%	81%	85%	86%

Quadro 08: Representatividade dos Estabelecimentos Agropecuários Familiares.

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2011), baseado no Censo Agropecuário do IBGE de 1996 e 2006.

Organização: O Autor.

Dentro desse contexto apresentado, com destaque para as esferas: territorial e municipal entende-se que é de primordial importância envolver os agricultores familiares dentro de uma proposta de desenvolvimento rural.

Assim, ao observar as questões produtivas e as dinâmicas socioambientais dos agricultores familiares do município de São Mateus do Sul, destacam-se duas dinâmicas produtivas diferenciadas (a convencional e a agroecológica), que proporcionam renda para as famílias do campo e podem ser avaliadas como parâmetros (positivos ou negativos) para o desenvolvimento rural.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL DE SÃO MATEUS DO SUL - PR

Neste capítulo, aprofundar-se-á a análise da agricultura familiar ao que concerne aos seus sistemas produtivos, identificados como dicotômicos, na esfera do convencional (baseado na monocultura e no uso de insumos químicos) e agroecológico (ligado à diversificação e no uso de produtos orgânicos), buscando identificar a sua parcela de influência junto à subsistência das famílias no campo e principalmente, analisar o potencial para o desenvolvimento rural dentro do território de União da Vitória e do município de São Mateus do Sul.

Para isso, abordar-se-ão questões como a produtividade e a rentabilidade dos principais cultivos (fumo e hortifrutigranjeiros) e suas formas de influência na territorialização, nas práticas culturais e na organização dos agricultores.

Assim, no primeiro subcapítulo, discutir-se-á as práticas agrícolas convencionais e agroecológicas, enfatizando os modelos produtivos e a influência nas dinâmicas socioambientais das famílias agricultoras. No segundo subcapítulo, exibir-se-á um estudo de caso realizado com agricultores familiares pertencentes aos segmentos produtivos no município de São Mateus do Sul, avaliando entre outros fatores, a renda, a estrutura produtiva e o relacionamento com o mercado.

3.1 PRÁTICAS AGRÍCOLAS DISTINTAS: CONVENCIONAIS X AGROECOLÓGICAS

Dentro do processo histórico da agricultura brasileira, desde meados dos anos 60, algumas práticas agrícolas foram instituídas como promissoras formas de mudança, repercutindo no aumento da produção, na qualidade e na quantidade dos alimentos e consequentemente, trariam maior rentabilidade para o agricultor.

Segundo Almeida (2009)

Nos anos 1950 e 1960, diante da industrialização acelerada, das novas demandas impostas à agricultura e de intenso processo de expropriação no campo, já havia ampla mobilização camponesa em defesa de um padrão de desenvolvimento fundado na agricultura familiar e na Reforma Agrária. No entanto, o Estado ditatorial, instaurado em 1964, levou a interrupção da expressão pública dessas lutas. Simultaneamente em aliança com o latifúndio e o capital financeiro, o Estado promoveu a implantação e a expansão do modelo da “Revolução Verde”, garantindo-lhe dinheiro, recursos da pesquisa e da extensão e instrumentos de regulação política. (ALMEIDA, 2009. p. 68)

De acordo com Pelaes (2007) esse processo de modernização nos padrões agrícolas tradicionais até então existentes, denominado como “Revolução Verde”¹², estruturou-se dentro de um convênio entre o Governo Estadunidense e o Brasileiro, que se articularam no fornecimento de aparatos técnicos e científicos para a produção, tais como: maquinários agrícolas, sementes modificadas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e combustíveis fósseis, bem como para recursos públicos (financiamentos), para os agricultores e para o comércio, o que permitiu a estruturação de cadeias agrocomerciais e complexos agroindustriais.

A partir desse processo, a agricultura brasileira se estrutura em torno de dinâmicas ligadas à produção de *commodities* para exportação. Tal sistema produtivo passou a ser conhecido como agricultura convencional, baseada no cultivo de monoculturas através do uso de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos), de sementes padronizadas e trabalho mecanizado.

A agricultura convencional é importante para a economia do País, pois ativa os segmentos agroindustriais, maquinários, etc, e tem impactos positivos sobre as exportações nacionais. Um exemplo é a soja produzida no Brasil, que representa desde 2007, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2011), o principal produto de exportação brasileiro.

Entretanto, de acordo com Campanhola (1997) apesar dos impactos econômicos positivos, a agricultura convencional gera diversos problemas.

Com a intensificação, a agricultura tornou-se dependente de insumos externos que consistem da utilização de sementes de variedades melhoradas, da mecanização, de fertilizantes e de agrotóxicos, com o objetivo de aumentar a produtividade. Os insumos químicos e mecânicos têm causado impactos negativos nos diferentes compartimentos dos ecossistemas, representados por erosão e compactação dos solos, contaminação de águas superficiais e subterrâneas, resíduos químicos nos solos, efeitos nos organismos edáficos e aquáticos, danos à saúde humana, entre outros. (CAMPANHOLA, 1997, p. 159)

Nesse sentido, os padrões convencionais de produção, mesmo que lucrativos para o País trazem consigo problemas ambientais devido às práticas de produção nocivas ao equilíbrio da natureza e da sociedade, devido aos custos elevados de sua estruturação e

¹² Revolução Verde pode ser definida como um paradigma tecnológico que tinha como problema a ser resolvido o aumento da produtividade das lavouras. Os instrumentos eram o uso intensivo de insumos químicos, viabilizados pela semente híbrida, cuja base científica era a descoberta de Liebig do ciclo do nitrogênio e da técnica de hibridação no início do século XX. [...] ocorrida a partir da década de 1950, consistiu na adoção de práticas agrícolas baseadas no uso intensivo de químicos e instrumentos mecânicos pelos países de Terceiro Mundo. Revolução e resultou em um novo modelo tecnológico de produção agrícola que implicou na criação e no desenvolvimento de novas atividades de produção de insumos ligados à agricultura. (PELAES, 2007)

também pelos problemas causados à saúde humana, devido à qualidade dos alimentos produzidos com o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Outro impacto negativo é a perda da Biodiversidade¹³, que corresponde à extinção ou expulsão de parte das espécies, características de cada ecossistema, desequilibrando o ambiente e muitas vezes transformando algumas espécies que restaram em pragas.

Além disso, para Gliessman (2001) a exploração agrícola convencional causa a poluição do solo¹⁴, devido a inúmeros impactos decorrentes principalmente do uso de maquinários agrícolas, através do sistema de arado e as práticas de utilização do solo descoberto, fazendo com que o terreno torne-se muito vulnerável à perda de solo superficial por lixiviação e ao aparecimento de processos erosivos, sendo constituídos por sulcos, ravinas e voçorocas. Ademais o uso de agrotóxicos e fertilizantes causa o acúmulo de substâncias artificiais no mesmo, tornando-o cada vez mais tóxico e desequilibrado.

No entendimento de Oliveira (2003) a poluição da água, também uma problemática dessa prática agrícola, em que os danos vão desde o manejo inadequado das áreas de plantio, que ocasionam: o assoreamento dos rios, com a retirada das florestas ciliares; a compactação do solo, diminuindo a capacidade de acumular água, considerando também que a água utilizada na agricultura convencional retorna ao ambiente extremamente poluída devido ao uso de fertilizantes e agrotóxicos.

Ainda o autor postula no que tange ao uso de agrotóxicos, o problema é bem mais grave. Dados divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) mostram que entre 2002 e 2006, o uso de agrotóxicos no Brasil praticamente dobrou. Este fato é preocupante dada à composição destes agrotóxicos, que possuem na sua grande maioria, metais pesados como o chumbo, o mercúrio e o arsênio. Esses metais, pelo processo de lixiviação, contaminam os corpos hídricos e os lençóis freáticos. Por serem acumulativos acabam chegando às cadeias alimentares (do rio para os vegetais e peixes) e

¹³ Segundo a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro (1992), como a variabilidade dos organismos vivos de toda origem, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas. (FONSECA, 2008)

¹⁴ O solo que é formado basicamente, por matéria mineral, matéria orgânica, água e ar, que mesmo com sua aparência inerte, possui muita vida e é fonte da maior parte dos nutrientes necessários para as plantas sobreviverem. Suas características estão extremamente ligadas com o tipo geológico local tal como a geomorfologia do terreno, entretanto a qualidade do solo possui uma intensa relação com a quantidade de matéria orgânica, quantidade de água e de microrganismos presentes que estão relacionados com o ambiente em geral. (GLIESSMAN, 2001)

consequentemente atingem ao homem. Além de outras substâncias que causam desequilíbrio em todo o ambiente, afetando diretamente na qualidade da água e do solo.

De acordo com Pnuma (2009) outro problema ambiental relacionado à intensificação da agricultura convencional é o processo de desmatamento realizado para expansão das fronteiras agrícolas, incorporando novas terras para a produção agrícola. Assim, os biomas: Mata Atlântica, Campos e a partir dos anos 70, os Cerrados e a Floresta Amazônica foram os mais impactados.

Insta ressaltar que os efeitos gerados pela falta dessa massa florestal podem afetar a todos, tanto direta como indiretamente, pois possuem enorme influência no clima, na disponibilidade de água, entre outros fatores que são importantes ao equilíbrio natural do planeta.

Nessa toada, um dos principais fatores do processo de desmatamento é o avanço das produções ligadas à agricultura convencional, principalmente relacionada ao cultivo de soja, sobre áreas antes florestadas. Dados divulgados através do trabalho "A Expansão de Plantações Modifica a Dinâmica da Amazônia Brasileira" de Morton (2006) mostram que o desmatamento da Amazônia está extremamente ligado ao avanço da agricultura convencional.

No ano de 2004, o preço da soja atingiu o valor de US\$22,00 a saca (um valor histórico, muito acima da média de 2003, que respondia a US\$15,00 a saca, segundo dados da CONAB), no mesmo ano o desflorestamento no Amazonas chegou ao maior índice, 23%. Outro fator pertinente é o que mostra que "mais de 90% das clareiras abertas na Floresta Amazônica foram utilizadas para agricultura no primeiro ano", segundo reportagem do site Ambiente em Foco (2006).

Todo esse processo existe devido às práticas agrícolas convencionais não possuírem formas de cultivo integradas com áreas florestadas, dessa forma a vegetação nativa torna-se um empecilho para a sua forma de produção, necessitando ser derrubada para que a agricultura e a pecuária sejam instaladas.

Schmitt (2004) analisando um dos pontos indicativos da qualidade de vida do agricultor familiar ligado à agricultura convencional, que é a saúde, o principal problema observado é no uso de agrotóxicos dentro dos cultivos. Análises feitas pela Anvisa em 2006, através do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos nos Alimentos mostraram que 28,68% das amostras de alface e 37,68% das amostras de morango continham níveis de resíduos acima dos estabelecidos pela Legislação.

Em pesquisa realizada pela Fundação Santos Lima, no município de São Mateus do Sul - PR, foram realizados exames para identificar o grau de intoxicação por classe de agrotóxicos conhecida como “organofosforados”¹⁵.

De acordo com Falk *et al*, 1996 foram examinados agricultores e trabalhadores urbanos considerados saudáveis e que estavam há cinco meses sem contato com agrotóxicos. Das amostras de sangue coletadas 22% apontaram contaminação grave, em que dependendo da pessoa, poderia causar ataque cardíaco, infarto ou derrame cerebral. Por sua vez, 25% apresentaram estado crítico de contaminação, merecendo cuidados médicos, 31% apresentaram contaminação em níveis aceitáveis e 22% estavam livres de contaminação por “organofosforados”.

Nessa seara, o autor ressalta que 54% das pessoas, consideradas contaminadas dentre os níveis de estado grave e crítico, moravam na cidade, isto é, contaminaram-se através da ingestão de alimentos contaminados, os quais foram produzidos com o uso de agrotóxicos com base nos “organofosforados”.

Esses problemas causados ao ambiente, à qualidade de vida do agricultor e o custo do padrão de produção da agricultura convencional, ampliam as discussões em torno da necessidade de mudança do padrão técnico produtivo da agricultura que compõem o espaço agrícola brasileiro.

Podemos dizer que a maior parte dos impactos agroambientais que conhecemos, atualmente, está relacionada com a Agricultura Moderna que foi disseminada com a Revolução Verde, baseando-se num padrão tecnológico de utilização de insumos químicos, vasta maquinaria e sementes melhoradas. A procura de lucros imediatos, utilizando os recursos naturais até exauri-los, gerou grande insustentabilidade na agricultura. Face esses problemas alarmantes, em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o famoso Relatório Brundtland, que lançou à humanidade um novo desafio: o desenvolvimento sustentável. No setor agropecuário, emergiu o debate sobre agricultura sustentável, do qual a agricultura orgânica é um tipo, que se contrapõe à agricultura convencional. Há décadas estes problemas vêm sendo discutidos pela opinião pública, gerando mais polêmicas do que alternativas. (HIRATA, 2010, p. 11)

Nessa perspectiva, o padrão agrícola atual baseado no uso de agroquímicos, trabalho mecanizado e sementes industrializadas, apresenta um custo alto para a agricultura familiar, sendo difícil manter o padrão de produção estipulado pelo mercado devido a vários fatores, como insuficiência de capital financeiro, vulnerabilidade de mercado devido à monocultura e

¹⁵ Os organofosforados são um grupo de compostos químicos amplamente utilizados em agropecuária como inseticidas. (FALK, *et al*, 1996)

a posse de pequenas propriedades rurais, inviabilizando assim a produção em larga escala.

Segundo a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988)

Em muitos países em desenvolvimento, por exemplo, a introdução da agricultura comercial em grande escala pode gerar receita com rapidez, mas também pode desalojar muitos pequenos agricultores e tornar mais injusta a distribuição de renda. Em longo prazo pode não ser uma estratégia viável, pois empobrece muita gente e aumenta a pressão sobre a base de recursos naturais mediante a supercomercialização da agricultura e a marginalização dos agricultores de subsistência. Dar preferência ao cultivo em pequenas propriedades pode proporcionar resultados mais lentos no princípio, mas no longo prazo pode ser mais viável (CMMAD, 1988, p.56).

No entendimento de Ferrazza, et al, 2006, em uma escala global, incorporado na questão de produtividade do sistema convencional de produção, há que se considerar que cerca de 1/3 da humanidade vive na miséria, sendo que 50% da população mundial vive no campo, parte dessa população camponesa não garante sua própria segurança alimentar, enquanto outra parte não consegue produzir riquezas para satisfazer suas necessidades mínimas.

Salienta ainda que, em contraponto, uma parcela de agricultores produz alimentos para a sociedade planetária dentro de padrões estipulados pelo mercado, tendo custos ambientais altos.

Ao vermos a produção média de cereais planetária, percebemos que o problema da fome não está na produção de alimentos e sim nos padrões de consumo e de distribuição de renda.

Nesse sentido o autor destaca que a produção agrícola gira em torno de 4 trilhões de Kg de cereais por ano, considerando a população mundial de 6,1 bilhões de habitantes, a oferta de alimentos seria de 1,79 Kg./hab./dia, entretanto essa oferta convertida em carnes, produtos agroindustriais, entre outros, a porção de alimento por habitante passa para 0,259 Kg./hab./dia, uma porção muito abaixo da oferta necessária para manter o padrão de consumo atual para todo o mundo, que é de 2,4 Kg./hab./dia.

Nessa perspectiva é possível perceber que a agricultura convencional produz uma grande quantidade de alimentos, entretanto, além de não atingirem a produção necessária para saciar a fome de todo o mundo, os padrões de consumo direcionam essas produções para uma pequena parcela da população mundial, aumentando a desigualdade social.

Além disso, dentro das práticas agrícolas convencionais, os custos com fertilizantes químicos, agrotóxicos e de sementes industrializadas, são um problema, tais como, a

dependência de maquinários agrícolas para o cultivo, e a vulnerabilidade do produtor frente ao mercado devido à prática da monocultura, segundo Torres (2005), a agricultura familiar:

Encontra-se sufocada pelas ações desencadeadas em favor dos segmentos sociais protagonistas do modelo hegemônico que, dentre outras características, funda-se na monocultura voltada para a exportação, na especialização das atividades produtivas de bens primários, na eliminação da mão-de-obra não qualificada, na adoção de um padrão tecnológico que provoca uma violenta degradação dos recursos naturais renováveis, uma seletividade cada vez mais acentuada dos produtores rurais e um aumento da dependência nacional em função da vulnerabilidade do mercado internacional, centrado em *commodities*. (TORRES, 2005, p.02-03)

Nesse entendimento, os padrões de qualidade impostos pelos mercados de alimentos forçam muitos agricultores a buscarem recursos externos para poderem adaptar à produção da propriedade, com o intuito de alcançar inserção no mercado.

Todavia há que observar as instabilidades do mercado, as intempéries climáticas, entre outros fatores que causam perdas na renda dos produtores e atingem de forma violenta os pequenos agricultores familiares, pois estes não obtêm capital de reserva para suportar seguidas crises. Assim, o acúmulo de dívidas é inevitável chegando ao ponto em que são obrigados a vender suas terras aos grandes latifundiários e seguir para as cidades em busca de outra fonte de sobrevivência.

Segundo Abramovay (2000) a desestruturação dessas propriedades familiares pode aparecer como um aspecto agravante dos problemas socioambientais existentes atualmente, uma vez que ao perder suas terras, esses agricultores são forçados a mudar para os centros urbanos e consequentemente ocasionam um aumento dos problemas de violência, desemprego, degradação ambiental, perda de identidade cultural, entre outros, fazendo com que se torne imprescindível a permanência dessas famílias no campo.

Realizando um paralelo entre a agricultura patronal e a agricultura familiar, podemos perceber, dentro de suas dinâmicas econômicas e sócio espaciais, que as práticas agrícolas convencionais são viáveis dentro do contexto da classe patronal e importante para a economia do País, porém, relacionada às propriedades familiares, esta não se apresenta como um modelo “ideal”.

De modo que além dos problemas ambientais resultantes de suas técnicas e de seu custo, essas práticas causam desestruturação econômica, suas formas de produção padronizadas podem causar a perda de identidade cultural e distanciamento dos agricultores da sua relação tradicional com o ambiente, perdendo valores pautados no bem-estar familiar e

da comunidade em que vivem, em prol de uma relação estritamente econômica dentro de uma produção baseada em monoculturas destinadas ao mercado externo.

Dessa maneira, há a necessidade de se pensar em sistemas produtivos que garantam a produção de riquezas, menos riscos à saúde do produtor, garantindo trabalho às famílias, bem como o aproveitamento dos elementos técnicos e culturais dominados pelos produtores, livrando-as da dependência do mercado.

É em face destas dinâmicas que tem despontado a agroecologia, a qual pode vir a proporcionar mudanças na relação do agricultor com o espaço rural, pautadas em dinâmicas territoriais diferenciadas das práticas convencionais, cuja união dos conhecimentos tradicionais de cultivo, juntamente com novas técnicas agrícolas que conservam o ambiente e valorizam a cultura local, buscam viabilizar a produção agrícola das propriedades familiares, fortalecendo o mercado local e regional, afastando assim a dependência desses agricultores, com recursos externos.

Assim, ao passo que a agricultura familiar vem ganhando importância, incentivada pelo debate sobre sustentabilidade, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento territorial rural, tais como a elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que impulsionaram a busca de soluções para os problemas da agricultura familiar.

Ações pautadas na estruturação de formas de produção mais viáveis à situação fundiária e econômica das famílias rurais, fornecendo condições de sobrevivência devem ser abordadas em ações governamentais, evitando problemas como a expansão dos grandes latifúndios, o êxodo rural, entre outros, que causam impactos socioambientais e econômicos profundos. (SDT, 2010)

Almeida (2009) ao aludir sobre a evolução de novas dimensões organizacionais no espaço agrícola brasileiro após o fim do regime militar alega que:

As respostas a esse desafio de ressignificação de seus sentidos e propostas ao longo dos últimos 25 anos convergiram para a emergência, em dimensão nacional, de um amplo processo de experimentação social de inovações em propriedades familiares e em comunidades, ancorado em dinâmicas locais autônomas. (ALMEIDA, 2009. p. 68)

Dentro desse estudo Almeida (2009) destaca a emergência de movimentos autônomos despontando em diversos pontos do País pautados no princípio da agroecologia, mesmo sem

um eixo fomentador desse processo, agricultores familiares buscam modificar seus sistemas de produção.

Segundo Almeida

A despeito da enorme diversidade de atores e contextos socioambientais, pouco a pouco foram se delineando convergências e identidades no plano nacional em torno dos princípios norteadores de um projeto alternativo para o mundo rural. É exatamente a formação dessas identidades que nos permite referir a existência de um “campo agroecológico” brasileiro. Não se trata de um movimento institucionalizado, pois não se organiza em termos de estruturas formais. (ALMEIDA, 2009, p. 69)

Desse modo a agroecologia se apresenta como uma alternativa de produção para a agricultura familiar e uma proposta de modificação das dinâmicas rurais, tornando possível a permanência e a reestruturação das famílias rurais em suas propriedades.

A agroecologia surge como um campo social e produtivo de expressão nacional, articulando-se em redes, propiciando a interação de diversos tipos de organizações e mobilizando dinâmicas sociais autônomas desde âmbitos locais e territoriais.

Almeida (2009) cita que:

A agroecologia é marcada pelo fato de se constituir a partir de processos de inovação local que vem mobilizando capacidades criativas de diferentes atores sociais no enfrentamento dos obstáculos objetivos e políticos que se antepõem as condições de reprodução da agricultura familiar [...] e buscam progressiva construção de um padrão de desenvolvimento rural apoiado na sustentabilidade socioambiental. (ALMEIDA, 2009, p 69)

A partir dessa consideração, percebe-se que os princípios da agroecologia vêm ao encontro das ideias de desenvolvimento territorial rural propostas por autores como Abramovay (2000) e Cunha (2007) com possibilidades de serem incorporados à políticas públicas de desenvolvimento rural, em um processo que os atores do desenvolvimento (população local) devem ter autonomia e o papel do estado e de outras instituições é dar suporte, orientação e recursos para a efetivação desse processo.

Realizando um apanhado histórico do processo de concepção da agroecologia, de acordo com Ehlers (1996) devemos observar que algumas práticas consideradas alternativas existem há muitos anos e em diversas partes do mundo, entre elas, a Agricultura Biodinâmica, Agricultura Orgânica, Agricultura Biológica e a Agricultura Natural.

Essas praticas surgiram em diversos lugares em torno de diferentes aspectos econômicos e sociais, entretanto, todos tinham como definição o termo alternativo, tendo como objetivo principal transformar a agricultura visando aumentar a incorporação de processos naturais, tais como a fixação de nitrogênio, relações praga/predador, dentre outros,

nos processos produtivos agrícolas; reduzir a utilização de recursos externos à propriedade que ofereçam riscos de poluição ambiental ou para a saúde dos produtores rurais e para os consumidores; aumentar a produtividade pelo uso do potencial genético de espécies vegetais e animais; atingir uma produção eficiente e lucrativa enfatizando o melhoramento da capacidade de gerenciamento e a conservação do solo, da água, da energia e dos recursos biológicos.

Esses movimentos que contrapõem o padrão convencional de produção tiveram certo discernimento em suas respectivas regiões de surgimento, alguns tomando amplitude e divulgação internacional. Mas, devido a avanços tecnológicos e principalmente ao incentivo da maioria dos governos a produção agrícola baseada na monocultura, se expandiu grandiosamente em todo o mundo, culminando nos anos 70 com a “Revolução Verde”.

Segundo Schmitt (2003), no Brasil, na década de 80, os movimentos agroecológicos tomaram fôlego, sobretudo pelo auxílio de intelectuais, movimentos sociais, movimentos de agricultores que, preocupados com os problemas causados pelos rumos tomados pela agricultura brasileira, além do apoio de movimentos já existentes em outros países.

Dessa maneira, a agroecologia apresenta-se como a forma de agricultura alternativa que mais se adaptou ao Brasil devido a grande diversidade de ecossistemas aqui existente. Contudo, a existência de um tipo de cultivo que não prejudique a natureza, para se tornar viável, necessita de um estudo do local em que será inserido e do tipo de produção, que deve estar adaptada ao ecossistema em questão, como por exemplo, a produção de erva mate dentro dos faxinais.

Na concepção de Ehlers (1996) os ideais propostos pela agroecologia fizeram com que ela se difundisse em todo o país, encontrando as adaptações necessárias nas formas de produção utilizando os recursos do próprio local, com isso diminuindo os custos de produção, minimizando a agressão ao meio e fortalecendo a agricultura familiar.

Dentro de uma abordagem teórica do termo, torna-se pertinente analisar a concepção de agroecologia difundida por Gliessman (2001)

A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. (GLIESSMAN 2001. p. 54)

Gliessman (2001) aborda a agroecologia como um campo de conhecimento constituído por métodos de produção agrícola que respeitam o ambiente e proporcionam rentabilidade para os agricultores que a praticam, constituindo a agroecologia como uma alternativa de produção agrícola que proporciona a “liberdade” do agricultor frente aos padrões agrícolas convencionais.

Torna-se relevante salientar que Gliessman (2001) possui formação acadêmica em Botânica, Biologia e Ecologia das plantas e deriva desse fato seu enfoque mais “ambiental” do termo, não discutindo a fundo as funções sociais e culturais que o tema carrega consigo, mesmo que essas relações estejam ligadas as suas análises.

Entretanto, esse autor foi um dos precursores das pesquisas agroecológicas nos EUA, tendo enorme influência na estruturação desse campo de conhecimento que surgiu em torno da união de conhecimentos científicos agrônômicos e ecológicos que, associadas aos conhecimentos empíricos dos agricultores, tornaram-se práticos e assim, constituiu um suporte técnico enraizado no princípio da sustentabilidade com potencial modificador das dinâmicas socioespaciais, expansionistas, estruturadas no meio rural desde a padronização proposta pela “Revolução Verde”.

A definição proposta por Gliessman (2001) é uma das mais utilizadas para abordar o tema agroecologia, entretanto muitos pesquisadores, mesmo seguindo a mesma linha de pensamento envolvem o conceito dentro de outros enfoques, como Altieri (2004) que apontou

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos á compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agrossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. (ALTIERI, 2004, p.18).

Ao analisar essa definição, torna-se possível observar que Altieri (2004) torna mais amplo o conceito de agroecologia, abordando o enfoque holístico e integrador do tema. Em relação ao ambiente a sua compreensão é compatível com o conceito de Gliessman (2001), porém os traços técnicos, carregados pela sua formação em engenharia agrônômica, são visíveis, ao passo que aborda a agroecologia como uma abordagem inovadora de princípios científicos, junto a técnicas que relacionam de forma integrada os cultivos agrícolas com os ecossistemas locais.

Em sua definição, Altieri (2004) comentou que a agroecologia trabalha relacionando a agricultura com os ecossistemas dentro de uma perspectiva holística, ou seja, envolvendo várias dimensões de análise, tomando percepção das relações existentes na natureza e as que envolvem a sociedade/natureza, utilizando todos esses recursos em prol do melhor funcionamento do sistema agroecológico, entretanto, o foco maior do trabalho de Altieri (2004) é mais voltado à produção e toda sua dinâmica ambiental e socioeconômica.

Por sua vez, essas duas definições partem de uma mesma lógica de análise, mais voltadas para o meio físico, não aportadas sobre as relações humanas ou sociais envolvidas intrinsecamente na mesma perspectiva agroecológica. Assim, em contraponto a esse foco de análise conceitual Tedesco (2006) cita que:

O conceito de agroecologia vem sendo muito utilizado ultimamente para identificar a sustentabilidade no meio agrícola e como referência às práticas agrícolas que buscam obter boa produtividade animal e vegetal, trabalho e moradias decentes, diversidade de alimentos, técnicas, métodos e experiências criadas e desenvolvidas utilizando técnicas não degradantes aos meios físico, atmosférico e biológico. (TEDESCO, 2006, p.24).

O referido autor não cria um conceito sobre a agroecologia em seu trabalho. Ele é um cientista social e busca aportes teóricos e técnicos na concepção dos autores que estamos debatendo (Altieri, 2004; Gliessman, 2001), para discutir o que denomina de práticas agroecológicas.

Sua pesquisa envolve a agroecologia com as mudanças nas relações sociais que propicia, abordando de forma relevante à questão da produção, voltando sua atenção para as condições que as práticas agroecológicas, conseqüentemente, trazem ao agricultor, tanto na renda, quanto na qualidade dos alimentos. Enfatiza ainda a importância da organização dos produtores familiares e principalmente os que produzem de forma agroecológica em associações, para que possam fortalecer a classe, melhorar as condições de produção e venda e conseqüentemente a qualidade de vida do agricultor familiar.

Ao observar a ideia desses autores, é visível o dinamismo que a agroecologia proporciona, entretanto a linha mestra de seu conceito remete-se, de forma simplificada, a um campo de conhecimento envolto a estudos científicos e experiências de agricultores, que proporcionam a produção de alimentos de forma orgânica, aliado ao processo ecológico de cada local, tendo como base a diversidade de cultivos e o respeito às dinâmicas naturais do ambiente, incorporado à cultura e às práticas sociais a fim de promover a sustentabilidade da propriedade rural e uma melhoria na qualidade de vida do agricultor familiar.

A forma de compreender o ambiente, a relação do agricultor com a produção e a sua qualidade de vida, a relação produção e venda, a valorização da cultura local, as organizações da classe em torno de associações, entre outros fatores, fazem da agroecologia muito mais que uma prática agrícola diferenciada, mas uma ideologia capaz de gerar inúmeras modificações no espaço gerado pelo agricultor familiar, tanto nas relações diretas com o espaço rural, quanto na influência desse processo no meio urbano.

3.2 - ATORES DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO MATEUS DO SUL – PR

Ao se pensar no desenvolvimento territorial rural do território de União da Vitória, vale destacar, que esse território possui uma porcentagem de 77,9% de estabelecimentos agropecuários familiares totalizando 8.239, aonde São Mateus do Sul possui o maior numero absoluto entre esses, totalizando 2.877. Além disso, o município em estudo possui uma parcela de 31% da população formada por famílias pobres, em sua maior proporção morando em áreas rurais. (IPARDES, 2007)

Com o intuito de buscar melhorar essa realidade, torna-se de primordial importância pensar os mecanismos de sobrevivência e de produção dos agricultores familiares do município e analisar, em quais pontos esses sistemas podem impulsionar o desenvolvimento rural do município e do território, tal como, perceber em que pontos é possível e pertinente a intervenção de instituições, empresas ou de políticas publicas para realmente auxiliar nesse processo de melhoria da qualidade de vida da população do campo, garantindo a segurança alimentar e a permanência dessas famílias no meio rural.

Assim, se buscará observar os dois sistemas produtivos que se destacam como rentáveis aos agricultores familiares do município de acordo com pesquisa exploratória, com representantes do Sindicato de Agricultores de São Mateus, membros da Secretaria de Agricultura e observações em campo.

3.2.1 AGRICULTORES CONVENCIONAIS FUMICULTORES

Abordou-se nessa análise o sistema produtivo convencional, tendo como destaque a produção de fumo, sendo considerada por alguns agricultores da região como a única atividade ainda rentável para o pequeno agricultor familiar. Em contraposição, analisou-se o sistema produtivo agroecológico, que mesmo tendo como base a diversificação na produção, destaca-se como geração de renda a produção de hortifrutigranjeiros.

Abordando a questão da alternatividade para o agricultor familiar, não se leva em conta apenas o quesito renda, mas também seu contexto social e organizacional, como mostra Ortega (2008, p. 110):

As ações coletivas para a inserção no mercado não aparecem como algo problemático, pois ao se falar em alternativa para a agricultura familiar, deve-se pensar em sua capacidade de organização para atender as exigências do mercado. Em outras palavras, é necessário elevar a capacidade de organização desses agricultores para uma melhor inserção nos mercados de forma a reduzir o caráter parcial e excludente do desenvolvimento rural latino americano.

A fumicultura, um dos seguimentos produtivos dos agricultores familiares de São Mateus do Sul contextualizado por um sistema convencional de produção, cultiva no município em média 4,5 mil Kg em aproximadamente 2500 hectares envolvendo 617 estabelecimentos agropecuários familiares (Quadro 09).

Em todo o Brasil, dentro de sua cadeia produtiva envolve 2,5 milhões de pessoas (Nupes/Unisc *apud* Afubra, 2009), somente na região Sul, somam-se mais de 185 mil famílias produtoras de fumo, envolvendo aí cerca de 870 mil pessoas, gerando produtos para venda interna e externa, sendo a segunda o principal foco, pois, 87% do fumo é destinados a exportação. (AFUBRA, 2010)

	BRASIL	PARANÁ	TERRITÓRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA	SÃO MATEUS DO SUL
1996	N/A	N/A	N/A	N/A
2006	156.935	24.396	1876	617

Quadro 09: Estabelecimentos Agropecuários Familiares produtores de fumo.

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2011), baseado no Censo Agropecuário do IBGE de 1996 e 2006.

Organização: O Autor.

Considerando que essa produção faz uso de implementos agrícolas, com carga de fertilizantes químicos e agrotóxicos e com um trabalho manual em sua maioria, fez com que empresas do setor criassem vínculos com agricultores familiares de baixa renda. Assim, a fumicultura caracteriza-se como seguimento agrícola convencional, integrado e estruturado em pequenas propriedades familiares, dentro de uma territorialização estruturada de forma areal, incorporando as áreas de produção ao complexo agroindustrial do tabaco, seguimento com maior influência no Sul do Brasil. (Cepa/UFRGS *apud* AFUBRA, 2009)

Entretanto, ponderando sua alta produtividade, seu preço e sua venda garantida devido ao SIPT – Sistema Integrado de Produção do Tabaco, a produção do fumo em média ocupa 16% da área de plantio da propriedade, porém corresponde a 64% da renda familiar dos agricultores. Nesse montante, a produção de fumo foi de 687 toneladas, ocupando cerca de 370 hectares e rendendo 4,3 Bilhões aos agricultores da região Sul do Brasil na safra 2009/2010, conseqüentemente, movimentou cerca de 16,8 Bilhões em todo seu complexo agroindustrial. (AFUBRA, 2010)

Observando a produção agrícola do território de União da Vitória, onde está localizado São Mateus do Sul, a proporção de produção de fumo é representativa frente às outros cultivos agrícolas, constituída como o quarto principal cultivo em Valor Bruto de Produção,

ficando atrás do milho, feijão e da madeira que aparece como principal produção em Valor Bruto devido aos grandes plantios florestais existentes nos municípios de General Carneiro, União da Vitória, Cruz Machado e Bituruna que também fazem parte do território de União da Vitória. (IPARDES, 2010)

Na cadeia produtiva do fumo, as empresas fumageiras subsidiam os agricultores familiares, pois essa cultura necessita de inúmeros cuidados especiais, principalmente na época da colheita e secagem, como também utiliza muitos agroquímicos que, consequentemente, causam impactos no ambiente.

Assim, ao passo que a empresa fornece o subsídio para essa produção, os agricultores familiares fornecem a mão-de-obra sem nenhum custo adicional, tal como férias, décimo terceiro, entre outros, além de fornecerem a terra para o plantio, sendo que qualquer impacto consequente desse processo será um ônus para o agricultor e não da empresa. Explanado por Cunha (2007), um processo dominado por

[...] agentes monopolizadores dos territórios recrudescem a disputa pelos produtores independentes acenando com uma integração que lhes retirem a autonomia decisória em troca de uma monetarização da renda que, muitas vezes, escondem processos crescentes de exploração do trabalho destes produtores. (CUNHA 2007. P. 174)

Outro aspecto é que o fumo deve ser vendido na sua totalidade, à empresa que subsidiou a produção. Embora, a propriedade da terra esteja na mão do agricultor o seu uso acaba sendo o de interesse do grande capital, caracterizando uma monopolização do território tal qual defende Oliveira (2005).

Levando em consideração à múltipla territorialização do capital (HAESBAERT, 2005), independente das práticas agrícolas e dos produtos cultivados, a circulação de capitais gerados no campo movimenta a economia local, assim, municípios pequenos como São Mateus do Sul dependem da renda gerada no campo, ao passo que, ao ocorrer uma crise na agricultura, dentro de uma relação direta ou indireta, toda a economia da região será afetada, esse é o ponto crucial de buscar-se discutir os processos de produção mais viáveis e seguros para o agricultor familiar continuar no campo, com qualidade de vida e movimentando toda uma cadeia econômica ligada ao rural.

Além desses problemas causados ao ambiente, à qualidade de vida do agricultor é afetada, tal como, o custo do padrão de produção da agricultura convencional suga a maior parte da renda do agricultor familiar, ampliando assim as discussões em torno da necessidade de mudança do padrão técnico produtivo dos agricultores familiares brasileiros.

Dentro desse contexto, direcionamos a discussão entre a relação da agricultura convencional, caracterizado pelo fumo e um estilo de vida alternativo por meio da agricultura e a relação entre o homem-sociedade-natureza, consequentemente, contextualizada pela agroecologia e sua produção de hortifrutigranjeiros.

3.2.2 AGROECOLÓGICOS HORTIFRUTIGRANJEIROS

Tal paradigma alberga um método alternativo baseado no pensamento complexo e coloca em diálogo os saberes científicos (interdisciplinaridade) com os não científicos, ou seja, os saberes territoriais, buscando priorizar a sustentabilidade do manejo e da gestão participativa dos territórios onde se inserem os agroecossistemas de produção alternativa, conhecido como agroecologia, onde a sua viabilidade deve levar em consideração a forma da mão-de-obra, a estrutura fundiária e o capital de investimento. (ABRAMOVAY, 1999a)

O movimento de incorporação do sistema agroecológico em São Mateus do Sul, territorializou-se em forma de rede, disseminando pontos de produção dispersos em todo o município, interligados pela interação dos agricultores, pelos movimentos sociais e pela Rede EcoVida¹⁶ começou a se estabelecer em meados dos anos 90. (OKONOSKI, NABOSNY, 2009)

Okonoski e Nabosny (2009, p.74) baseado em entrevista com agricultor agroecológico de São Mateus do Sul, comentam que:

Sem usar o termo agroecologia, desde o início da agricultura as famílias produziam de forma mais natural, com algumas práticas de manejo como o pousio, utilizavam sementes crioulas, florestas com a erva-mate e criavam animais diversos. Daí veio à imposição do chamado Pacote Verde, primeiro com o adubo, depois com os venenos, com o discurso de acabar com a fome no mundo. Fome de quem? Mesmo com o pacote algumas famílias continuaram mesmo que de forma isolada praticando algum tipo de manejo agroecológico. O movimento começou a ganhar força nos anos 90, com a união de algumas famílias, que mesmo chamadas de loucas, ajudaram na construção do Fórum de Organizações de Trabalhadores(a) Rurais do Centro-Sul do Paraná e da AS-PTA, trocando experiências com agricultores de outros municípios.

¹⁶ É uma organização entre grupos de agricultores orgânicos, cooperativas familiares e Organizações Não Governamentais (Ong's), localizados entre os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente, a Rede EcoVida conta com 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONG's e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da EcoVida, são mais de 100 feiras livres ecológicas entre outras formas de comercialização. (REDE ECOVIDA, 2010)

Dentro de uma questão histórica do movimento agroecológico em São Mateus do Sul, percebe-se que mais de 20 anos ele se iniciou de forma isolada, os agricultores não possuíam condições de se estruturar em alguma forma de organização, tal como associações, Ong's, entre outras, para melhorar os processos de produção ou buscar formas de vender os produtos dentro de um sistema diferenciado do imposto pela “Revolução Verde”. (OKONOSKI, NABOSNY, 2009)

Após os problemas de transição, esses agricultores se unem dentro de organizações, recebendo apoio técnico de instituições como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), melhorando seu processo de produção e seu sistema de organização em prol da busca de novas técnicas de manejo e forma de venda dos produtos. (OKONOSKI, NABOSNY, 2009)

Em relação à organização dos agricultores agroecológicos de São Mateus do Sul - PR, além do auxílio da AS-PTA, e de outras organizações que esporadicamente realizam parcerias de pesquisa, tais como o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Universidade Estadual de Londrina (UEL), entre outras, desde o ano de 2005 eles estão estruturados dentro da Cooperativa de Famílias de Agricultores Agroecológicos (COFAECO) que é certificada pela ECOCERT¹⁷. Assim, a COFAECO realiza encontros para troca de experiências entre os membros, incentiva a participação desses em discussões e encontros regionais ligadas a agricultura familiar. (OKONOSKI, NABOSNY, 2009)

Através dessa organização se expandiu o cultivo dos hortifrutigranjeiros (Quadro 10) para a venda, onde além da diversidade de produtos fornecer a subsistência familiar, a obtenção de certificação de produto agroecológico e através da organização em uma Cooperativa (COFAECO) foi possível a estruturação de uma feira agroecológica no município, como também a associação a rede EcoVida que também propicia o escoamento da produção a municípios mais distantes.

¹⁷ Órgão Certificador Francês que vem trabalhando no Brasil desde 2001. Maiores informações sobre a ECOCERT disponíveis em <http://www.ecocert.com.br>, acessado dia 27 de Julho de 2011.

	BRASIL	PARANÁ	TERRITÓRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA	SÃO MATEUS DO SUL
1996	N/A	N/A	N/A	N/A
2006	512.039	52.648	3295	151

Quadro 10: Estabelecimentos Agropecuários Familiares produtores de hortifrutigranjeiros.

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2011), baseado no Censo Agropecuário do IBGE de 1996 e 2006.

Organização: O Autor

Um dos objetivos da Rede é o de fornecer uma certificação coletiva aos produtos comercializados através do sistema, gerando credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade. (REDE ECOVIDA, 2010)

Outro objetivo é o de realizar a troca de produtos entre os núcleos de agricultores participantes, onde espécies que são produzidas no litoral, como inúmeras frutas, por exemplo, são trocadas pelo feijão e milho produzidos no interior do Paraná, ou seja, fazendo com que mais variedades sejam comercializadas nas feiras vindas de uma mesma origem, a produção familiar agroecológica. (REDE ECOVIDA, 2010)

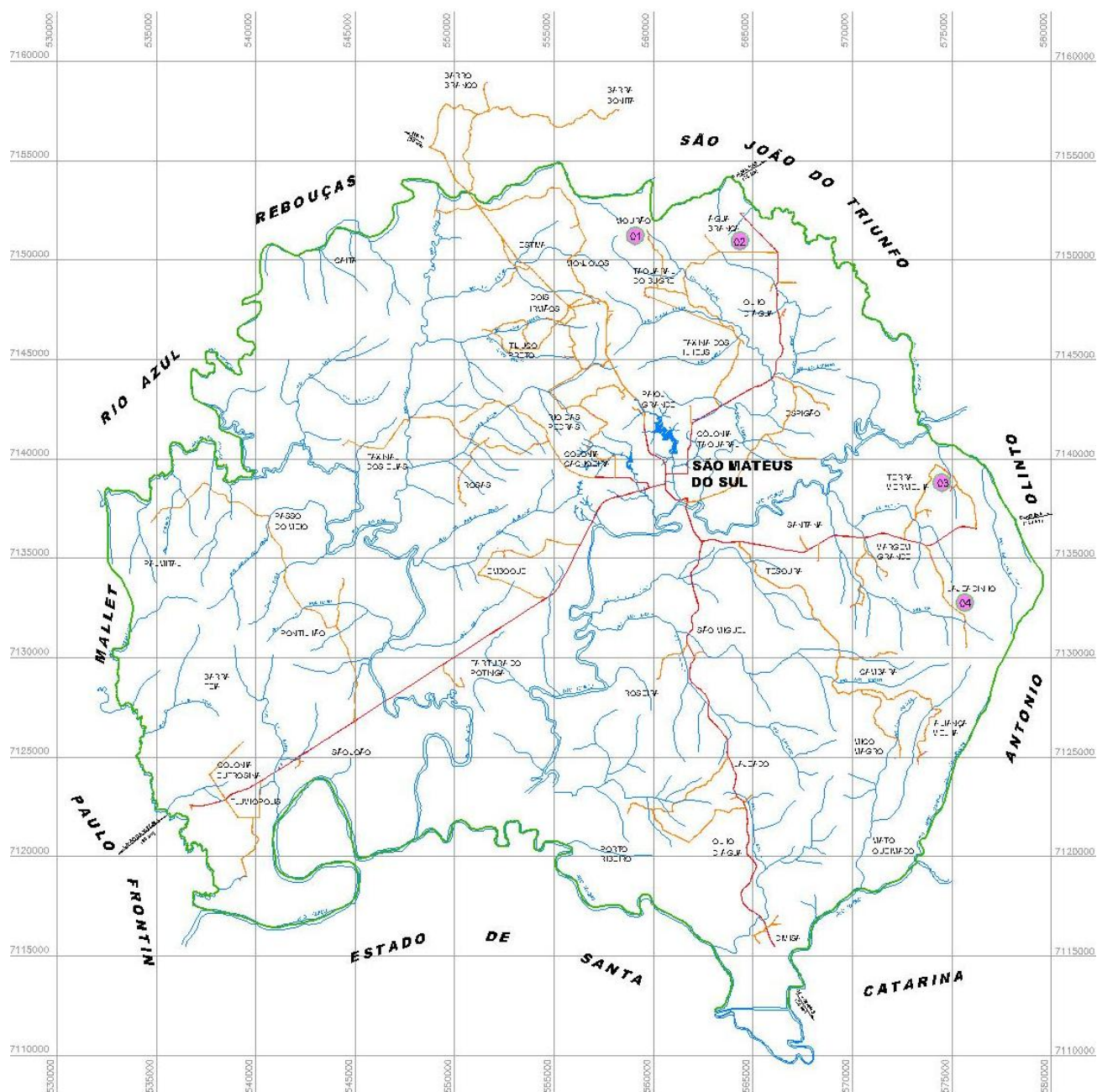
Atualmente a COFAECO, conta com 26 famílias de agricultores conveniados e, juntamente com o Sindicato de Agricultores e a Secretaria de Agricultura de São Mateus do Sul – PR já mostra frutos de sua organização, um deles foi à instalação da Casa Familiar Rural uma escola que educa jovens agricultores para trabalharem em suas propriedades, com base nos princípios agroecológicos, um passo importante, principalmente no incentivo das novas gerações em permanecerem no campo, com condições de se adaptar em inovações tecnológicas futuras. (OKONOSKI, NABOSNY, 2009)

Após esse apanhado geral sobre os agricultores convencionais produtores de fumo e os agroecológicos produtores de hortifrutigranjeiros, essa análise será direcionada para um critério comparativo entre os dois sistemas e suas principais produções dentro do contexto rural do município de São Mateus do Sul e, conseqüentemente, do território de União da Vitória.

3.2.3 ESTUDO COMPARATIVO: AGRICULTORES CONVENCIONAIS FUMICULTORES X AGROECOLÓGICOS HORTIFRUTIGRANJEIROS

Essa discussão será organizada dentro da caracterização dos dois grupos analisados para posteriormente realizar-se uma discussão crítica comparativa, analisando os pontos positivos e negativos, dentro das questões ambientais, sociais e econômicas. Apreendendo em quais linhas essas dinâmicas, dentro de suas territorialidades de influência, podem propiciar uma melhoria na qualidade de vida desses agricultores e consequentemente, impulsionarem o desenvolvimento rural de São Mateus do Sul – PR.

Esses grupos são compostos por quatro agricultores pesquisados durante um ano de safra agrícola (setembro/2010 a agosto/2011). Esses agricultores estão dispersos em quatro comunidades rurais (MAPA 08), entretanto a escolha dos mesmos não teve como critério as localidades e sim o seguimento produtivo e a disponibilidade dos mesmos em participarem da pesquisa.



Legenda

- (01) Mourão: Agricultores Convencionais - Fumicultores
- (02) Água Branca: Agricultores Convencionais - Fumicultores
- (03) Terra Vermelha: Agroecológicos - hortifrutigranjeiros
- (04) Lageadinho: Agroecológicos - hortifrutigranjeiros

MAPA 08: Município de São Mateus do Sul – PR – Localização das comunidades com agricultores pesquisados.

Fonte: Dados do IBGE (2011)

Confecção: Marcos Fernando Straube.

Analisando os dados sóciofamiliares dos agricultores entrevistados, de acordo com o Quadro 11, observamos semelhanças entre os dois grupos, considerando que ambos os segmentos estão dentro da classificação de agricultores familiares.

	MEMBROS DA FAMILIA	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	PLURATIVIDADE	TRABALHO COMUNITÁRIO	RENDA EXTRA	M/HORAS TRABALHO ANO
GRUPO 01	4 membros.	Sindicato dos agricultores.	50% possuem outras atividades.	Troca de dias.	- 50% possuem salário externo. - 50% possuem aposentadoria.	PRODUÇÃO 8,5 h/dia.
GRUPO 02	5 membros.	- Sindicato dos agricultores; - COFAECO; - AS-PTA.	100% possuem outras atividades.	Troca de dias	50% possuem trabalho externo.	PRODUÇÃO 9 h/dia.

Quadro 11 – Dados sociofamiliares comparativos entre agricultores convencionais fumicultores (grupo 01) e agroecológicos hortifrutigranjeiros (grupo 02)
Organização: O Autor.

As famílias estudadas têm entre quatro e cinco pessoas, metade destas se caracteriza como mão de obra da produção familiar. A presença de jovens é constante em todas as famílias, e esses conseguem intercalar o estudo em escolas do campo ou na cidade e o auxílio na produção nas propriedades. O aspecto familiar é histórico nos estabelecimentos estudados, visto que 90% das propriedades são áreas desmembradas de propriedades maiores, obtidas por herança. Assim, a prática de troca de dias de trabalho entre os membros das comunidades, ao invés de pagamento de mão de obra externa, é facilitada, pois muitos possuem grau de parentesco primário ou secundário.

Todos os agricultores têm participação efetiva no Sindicato dos Agricultores de São Mateus do Sul, porém os agroecológicos participam de outras organizações, como a Cooperativa de Famílias de Agricultores Agroecológicos de São Mateus do Sul – COFAECO, e também possuem contato com órgãos de assessoria, como é o caso da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA que realiza eventos para o aperfeiçoamento e para a troca de experiências dos agroecologistas.

A pluriatividade¹⁸ abrange metade dos estabelecimentos familiares produtores de fumo observados, sendo caracterizada pelo trabalho externo dos jovens na cidade ou mesmo na comunidade rural. Entretanto, os agroecológicos produtores de hortifrutigranjeiros

¹⁸ Esse termo é utilizado para representar uma prática social, que decorre da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores. É considerado um fenômeno através do qual os membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (BASSO, 2004).

apresentaram em todas nos estabelecimentos observados trabalhos externos ao propriamente agrícola. Trabalhos como de pintura e carpintaria foram considerados, entre outros serviços gerais executados tanto na comunidade como na cidade.

Esse efeito da pluriatividade, segundo Silva (2000) é um processo importante para a permanência do pequeno agricultor familiar no campo, pois:

As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos das atividades não-agrícolas, na sua maioria, monetizadas, e de acesso aos bens públicos pelas populações rurais, tem amenizado as migrações e levaram a maior fixação da população no campo em vários países. Contudo, o avanço da pluriatividade não é espacialmente homogêneo, [...] quanto mais desenvolvidos os municípios, maiores as possibilidades dos agricultores em complementarem suas rendas. Isso explica porque a pluriatividade é mais frequente onde há processos de industrialização difusa, como ocorre na região conhecida por Terceira Itália. [...] no caso italiano a pequena agricultura é parte de um todo, de um sistema, em que a agroindústria e a pluriatividade são fundamentais. São três sistemas interconectados: cadeias agroindustriais, industrialização difusa e prestação de serviços. Eles não funcionam como centros urbanos típicos, mas também não são áreas rurais de agricultura. (SILVA, 2000. p. 05)

No caso de São Mateus do Sul a pluriatividade abrange apenas o quesito prestação de serviços, diferente do caso da Terceira Itália onde a pluriatividade também está ligada a cadeias agroindustriais e dentro da industrialização difusa. Esses seguimentos ainda não aparecem com força no município em questão.

Dessa maneira, podemos expor que essa pluriatividade não indique o desenvolvimento do município como expõem Silva (2000), mas sim uma forma de obtenção de recursos extras para o trabalhador rural que não consegue suprir todas suas necessidades através do trabalho puramente agrícola.

Considerando a proporção de horas de trabalho, os dados em média foram equivalentes. Entretanto, a constância e a intensidade desse trabalho durante o ano demonstraram dinâmicas diferenciadas.

Os agroecológicos demonstraram uma constância do trabalho durante o ano, refletindo uma média de 8,5 horas de trabalho por dia, intercaladas entre trabalhos para a produção destinada à venda, outras produções de subsistência e atividades cotidianas do campo como alimentar os animais. Além disso, a existência constante de experimentos na propriedade, ligada a uma forma de pesquisa e melhoria das técnicas produtivas, desprende tempo, que também pode ser considerado como tempo de trabalho.

Os agricultores convencionais fumicultores, no período de entressafra (em média entre fevereiro e setembro) possuem uma dinâmica de trabalho menor, em torno de 7 horas/dia, tanto na produção e nos trabalhos domésticos. Entretanto, no período de plantio essa média

sobe para 10 horas/dia e, no final da colheita, quando é época de secagem das folhas de fumo nas estufas, essa média de trabalho vai para aproximadamente 12 horas/dia, visto que sempre um da família deve estar de plantão monitorando a secagem.

Observando os aspectos estruturais (Quadro 12), percebe-se a conjuntura casa-estufa-paiol para os agricultores convencionais fumicultores e apenas casa-paiol para os agroecológicos hortifrutigranjeiros, com todos utilizando algum tipo de tração animal. A diferenciação é o uso do trator, financiado ou pago, pela maioria dos fumicultores; e pelos agroecológicos, de micro trator, devido ao cultivo de hortaliças.

	ESTRUTURA PROPRIEDADE	ÁREA PROPRIEDADE	EQUIPAMENTOS		PRINCIPAIS DIFICULDADES
GRUPO 01	- Casa; - Estufa; - Paiol.	- Média de 10 alq.; - Áreas de florestas; - Aproximadamente 50% de área disponível para o plantio.	PAGOS: Equipamentos manuais.	FINANCIADOS: - Estufa; - Trator.	- Nenhuma dificuldade com as empresas fumageiras; - Falta de preço para produções secundárias.
GRUPO 02	- Casa; - Paiol.	- Média de 8 alq.; - Áreas de florestas; - Aproximadamente 30% de área disponível para o plantio.	PAGOS: Equipamentos manuais.	FINANCIADOS: - Micro trator.	- Inexistência de um mercado contínuo, preço e venda garantidas; - Falta de políticas públicas específicas.

Quadro 12 – Dados estruturais comparativos entre agricultores convencionais fumicultores (grupo 01) e agroecológicos hortifrutigranjeiros (grupo 02)
Organização: O Autor.

As propriedades dos dois grupos analisados constituem-se, entre 8 e 10 alqueires com grande porcentagem de áreas florestais e, devido às características geomorfológicas do Segundo Planalto do Paraná, apresentam regiões muito onduladas e declivosas, (MAACK, 1968) diminuindo ainda mais as áreas apropriadas para os cultivos de grãos dentro do modelo convencional.

Assim, percebemos que ambos os segmentos apresentam estrutura semelhante, sendo diferenciados pela existência das estufas nas propriedades dos fumicultores. Os agricultores entrevistados possuem pequenas propriedades, com uma área florestal grande sem um uso específico e lucrativo, o que mostra a falta de assessoria técnica e a inexistência de um mercado alternativo para produtos extraídos da floresta nativa dentro de um sistema sustentável. No restante de área disponível para cultivos, torna-se inviável a produção de grãos para fornecer renda à família, sendo utilizado apenas para subsistência.

A inclusão do fumo aparece como uma alternativa produtiva e de geração de renda, territorializado de forma areal, através das ações das empresas fumageiras que difundem a produção de fumo junto os agricultores familiares em áreas próximas aos complexos

agroindustriais do fumo, tornando viável toda a logística de transporte, armazenamento e processamento do fumo. Como outra alternativa produtiva, está a inclusão dos produtos agroecológicos diversificados, ancorados pela territorialização em rede, com suporte da Rede Eco vida e da relação socioeconômica integrada entre os agroecológicos.

Segundo entrevistas, os agricultores convencionais fumicultores não encontram dificuldades na relação com as empresas fumageiras, até mesmo desprendem elogios à estrutura disponibilizada, à valorização do produto atualmente¹⁹, às dinâmicas de mercado e principalmente ao apoio técnico que é prestado. Somente em relação aos produtos secundários, como milho e feijão, eles criticam o governo e o mercado pelo preço baixo que está tornando inviável a produção em pequena escala, sendo esta mantida na maioria das vezes apenas para a alimentação familiar e animal.

Os agroecológicos hortifrutigranjeiros, por sua vez, focam nas dificuldades do escoamento de produção, na falta de tecnologias pertinentes para propriedades diversificadas e agroecológicas, na falta de auxílio para criar um mercado concreto que proporcione garantia de venda dos produtos. Discorrem que os maiores progressos se deram devido à própria organização dos agricultores, de instituições como a AS-PTA, de ONG's e Universidades, mostrando a falta de políticas públicas específicas para os agricultores familiares agroecológicos.

Investigando as questões relacionadas à produção (Quadro 13), os agricultores convencionais fumicultores possuem a dinâmica de produção do fumo convencional juntamente com a produção de milho e feijão para venda. Além disso, apresentam a criação de suínos para consumo familiar, resultando em um aspecto produtivo com pouca diversidade.

	PRODUÇÕES			DESTINO DA PRODUÇÃO	EMPRÉSTIMOS
	PRIMÁRIAS	SECUNDÁRIAS	ATRAVÉS DA FLORESTA		
GRUPO 01	Fumo.	Milho; Feijão; Suínos.	Erva-mate; Madeira nativa; <i>Eucaliptus sp.</i>	- Empresas fumageiras; - Cooperativa Bom Jesus.	- Custeio produção fumageira; - Pronaf custeio.
GRUPO 02	Hortifrutigranjeiros.	Milho; Feijão; Suínos; Aves.	Erva-mate; Madeira nativa; <i>Eucaliptus sp.</i>	- Feira Ecológica; - Rede Ecovida; - Compra direta.	- Pronaf investimento.

Quadro 13 – Dados relacionados às produções dos agricultores convencionais fumicultores (grupo 01) e agroecológicos hortifrutigranjeiros (grupo 02)
Organização: O Autor.

¹⁹ Refere-se ao segundo semestre de 2010, período onde foi realizada essa etapa da pesquisa, pautada em entrevistas qualitativas semi-estruturadas dentro dos assuntos estruturais, sociofamiliares e produtivos.

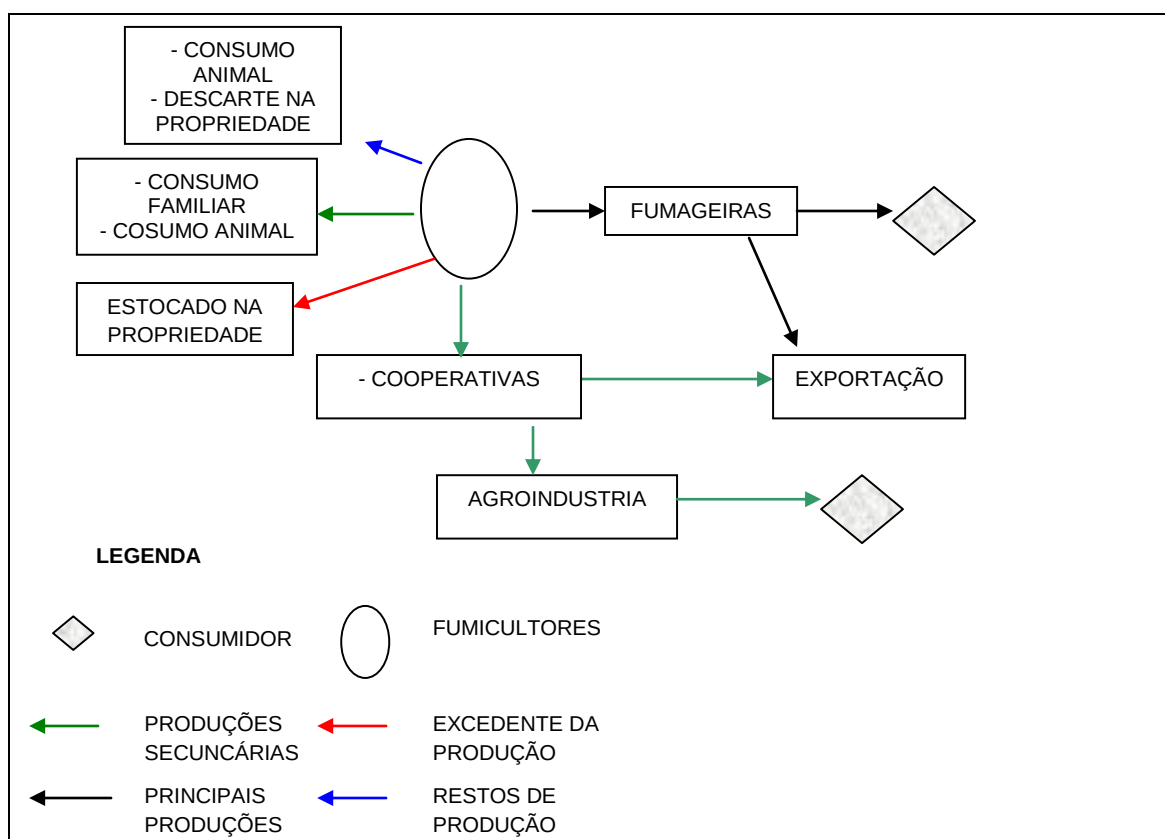
Os agroecológicos têm como principal produção geradora de renda os hortifrutigranjeiros, com uma gama diversa de espécies cultivadas durante todo o ano. Como fontes secundárias de renda, aparecem às aves e a erva-mate.

Entretanto, as propriedades possuem uma grande diversidade de espécies de grãos, frutos e hortaliças, criação de suínos, bovinos e aves (produção de leite, ovos), talhões de madeira nativa para corte, como a *Bracatinga sp*, e pequenas áreas de *Eucaliptus sp* destinadas à subsistência do estabelecimento, garantindo a segurança alimentar familiar e fonte de renda.

A venda da produção e o uso de empréstimos demonstram as principais diferenças nas dinâmicas exercidas pelos dois grupos. Os agricultores convencionais fumicultores, com contrato junto à empresa fumageira, possuem uma garantia de venda da safra, porém, apresentam uma vulnerabilidade de mercado, pois a empresa tem o poder de ditar as regras de preços, as dinâmicas produtivas e até mesmo a forma de trabalho exercida pelo agricultor.

A questão que justifica esse fato é o uso do custeio produtivo disponibilizado pela empresa, onde esta dispõe todos os insumos necessários para a produção do fumo, sendo esses descontados na venda da safra, a qual deve, por contrato, ser entregue à empresa que custeou a produção. Essa relação pode ser observada dentro de um segmento de patrão e empregado, entretanto, sem carteira assinada e sem o pagamento dos direitos trabalhistas garantidos por lei.

O milho e o feijão, outras produções cultivadas pelos fumicultores que são destinadas à venda, necessitam do uso do Pronaf custeio (PRONAF, 2001), empréstimo realizado pelo governo federal aos agricultores familiares, disponibilizado para a compra dos insumos agrícolas. Estes por sua vez, são pagos no final da safra, a qual é vendida para a Cooperativa Bom Jesus, ativa em São Mateus do Sul, ou para atravessadores, visto que uma pequena produção é difícil de ser escoada diretamente para a exportação ou para agroindústrias. Desse modo, observa-se nas produções secundárias a mesma vulnerabilidade do fumo, pois os atores são diferentes, ao tempo que a dinâmica é semelhante. Esse processo é ilustrado no Fluxograma 01 - Fluxo comercial dos agricultores convencionais fumicultores.

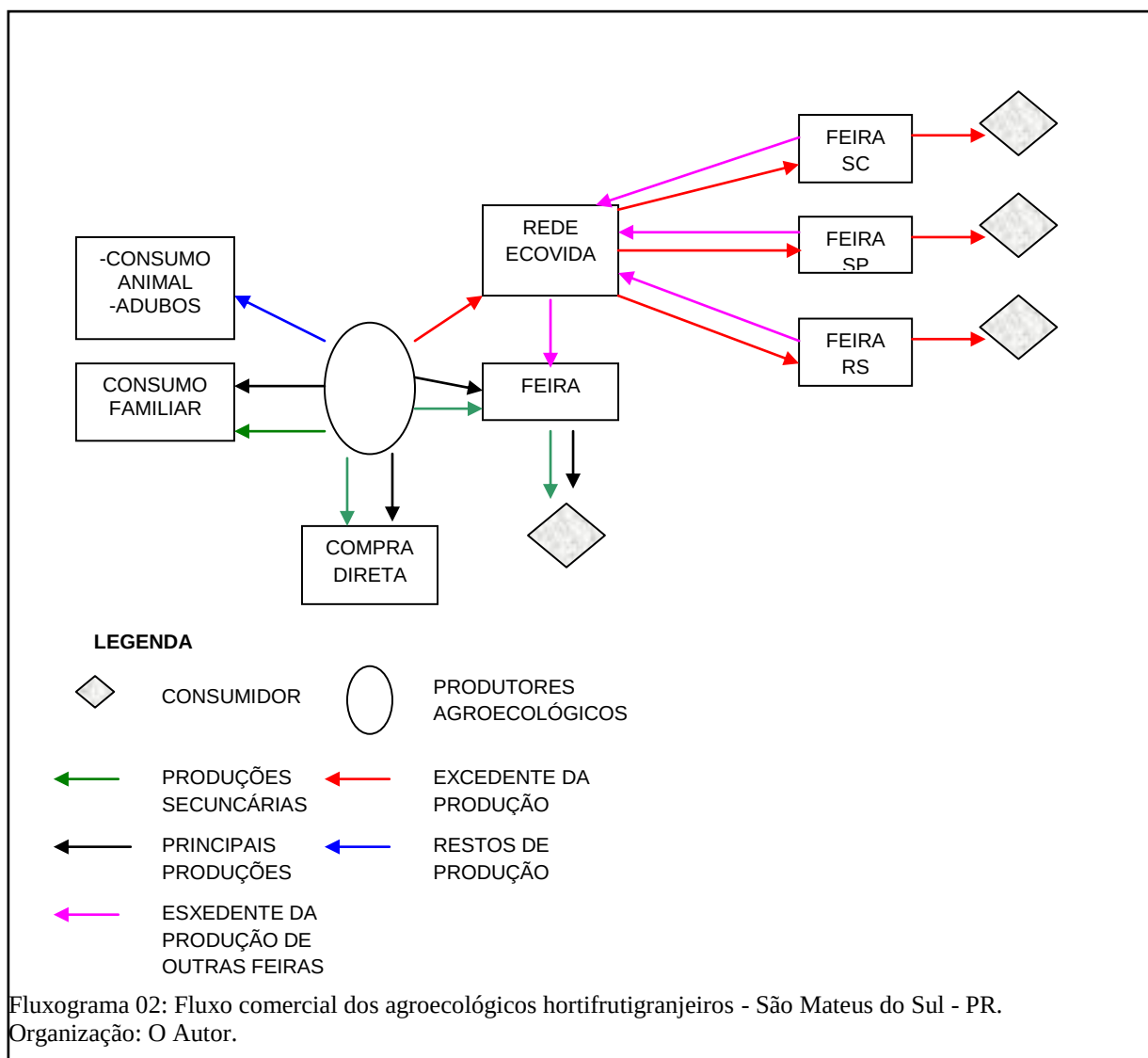


Fluxograma 01: Fluxo comercial da produção dos agricultores convencionais fumicultores - São Mateus do Sul - PR.
Organização: O Autor.

Os produtos dos agroecológicos seguem para três mercados diferenciados. O primeiro é a Feira Ecológica criada pela COFAECO somente com produtos agroecológicos, como aves, leite, diversas hortaliças e frutas para o consumo familiar, aonde o produto chega direto ao consumidor, sem atravessadores, com boa qualidade e valor acessível.

O segundo é a Rede Ecovida, uma organização em rede dos agroecologistas de quatro estados (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), onde ocorre uma troca de produtos entre as regiões, fazendo com que o excedente de um produto local seja valorizado em outra região, estabelecendo uma renda maior e uma diversidade regional nas Feiras Ecológicas, internalizando a presença de uma territorialização agroecológica em rede (REDE ECOVIDA, 2010).

O terceiro é o Programa Compra Direta, organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, setor do governo com ações descentralizadas, que realiza e entremeia a compra direta dos produtos de agricultores familiares para serem oferecidos nas escolas e instituições governamentais, para crianças e jovens. Esse processo é ilustrado no Fluxograma 02 - Fluxo comercial dos agroecológicos hortifrutigranjeiros.



Entretanto, segundo os agricultores, esse processo possui recursos limitados para compra dos produtos em São Mateus do Sul, apresenta uma grande burocracia em relações contratuais e exige que uma média de produção seja mantida durante o ano todo. Esse fato afasta alguns agricultores devido à forma de trabalho no sistema de produção agroecológica, visto que as dinâmicas ambientais que determinam a quantidade e a qualidade das produções não podem ser corrigidas por fertilizantes químicos e agrotóxicos. (MDS, 2004)

Além disso, os recursos do Programa Compra Direta são disponibilizados pelo governo federal, porém a gestão e distribuição desses são realizadas pelo município, através da secretaria de Agricultura e do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, mesmo aparentemente representando um processo democrático para gestão desses recursos, ocorrem alguns problemas na sua disponibilização devido a divergências políticas partidárias.

Os agroecológicos fazem uso de crédito apenas em função de investimento, tal como a aquisição de veículo utilitário para o escoamento da produção até a feira, mostrando que mesmo com dificuldades os agricultores agroecológicos de São Mateus do Sul estão se desenvolvendo e criando perspectivas de melhorias futuras a partir de uma organização social territorializada em redes. (ABRAMOVAY, 2000)

Em relação a produção, no Fluxograma 01, percebe-se a vulnerabilidade do agricultor convencional, pois sua principal produção não possibilita outros usos a não ser o de venda a empresa Fumageira.

Devido a existência de uma única vertente de venda, o agricultor fica obrigado a aceitar os preços estipulados pela empresa. Tal como, a segurança alimentar familiar não é garantida, pois, mesmo existindo outras produções destinadas ao consumo na propriedade, essa diversidade de produção é baixa, tendo o agricultor convencional fumageira vender a safra para destinar um tanto dessa renda para a compra de alimentos.

Os agroecológicos hortifrutigranjeiros apresentam uma dinâmica diferenciada (Fluxograma 02) onde, mesmo com dificuldades no escoamento da produção, possuem três frentes para venda dos produtos, tais vertentes incorporam tanto as principais produções, quanto as secundárias. Além disso, a diversidade produtiva é alta e todos os produtos podem ser consumidos pela família, garantindo assim a segurança alimentar familiar mesmo perante uma crise.

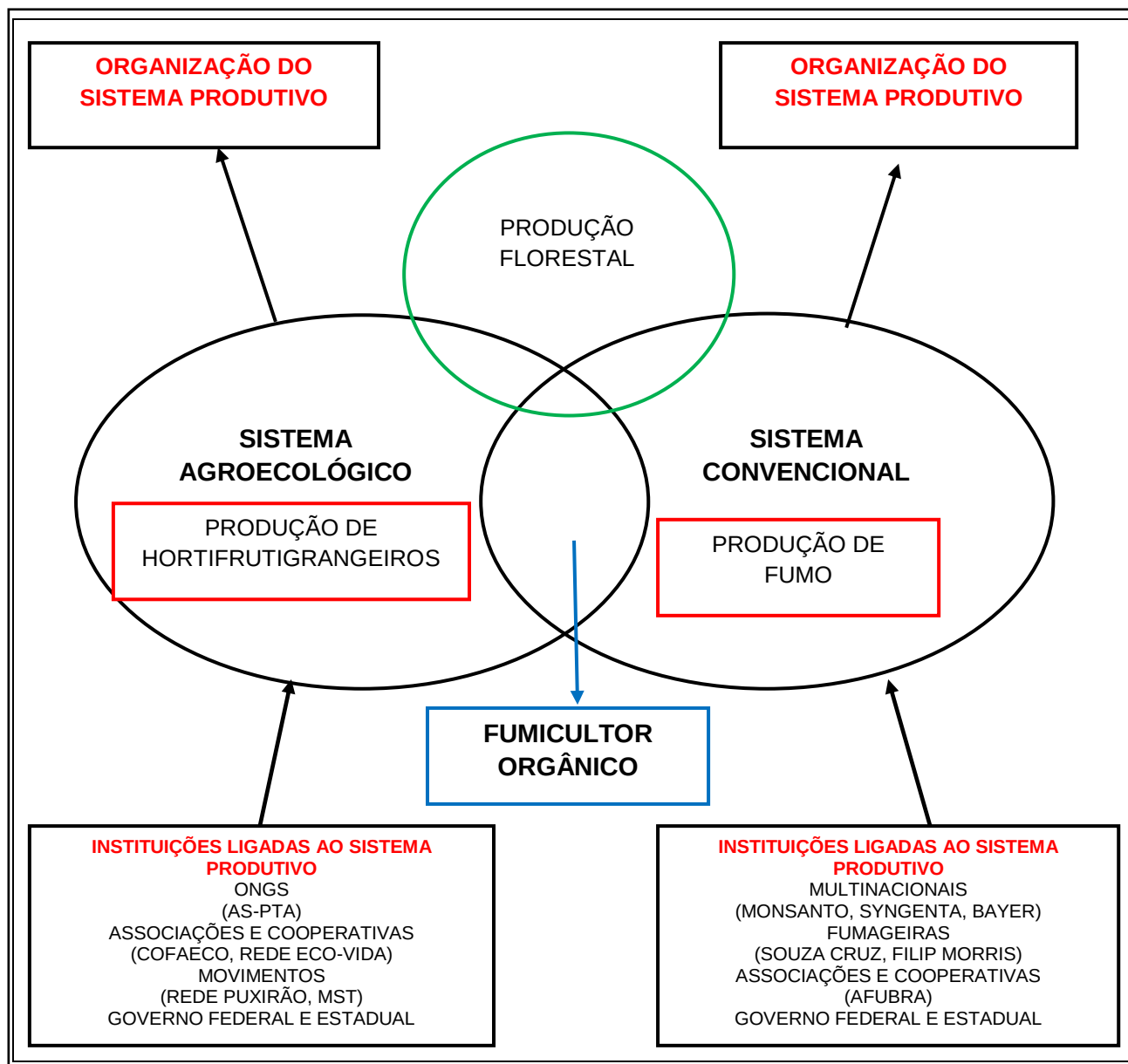
A mesma diversidade diminui a vulnerabilidade frente ao mercado, visto que se o preço de determinado produto estiver em baixa, outro pode se encontrar com um preço elevado, assim equilibrando as finanças do agricultor.

Com o intuito de ilustrar as dinâmicas presentes nos sistemas produtivos estudados, e suas relações, estruturou-se um modelo esquemático dos sistemas produtivos (Fluxograma 03).

Observa-se na ilustração, o sistema produtivo agroecológico territorializado em rede e sua esfera produtiva utilizada nessa pesquisa, caracterizada pelos produtores hortifrutigranjeiros e as instituições que influem no funcionamento desse sistema. Também se apresenta o sistema produtivo convencional territorializado de forma areal, e sua esfera produtiva destaca pelos fumicultores, tal como as instituições externas que participam desse sistema.

Cadê ressaltar que em interface aos dois sistemas, mesmo não sendo constituídos como objeto comparativo dessa pesquisa, até mesmo devido a discussão e complexidade do

tema, segundo entrevista com representante do Sindicato de Agricultores de São Mateus do Sul, no município existe uma parcela significativa de fumicultores produtores de fumo orgânico.



Fluxograma 03 – Modelo esquemático dos sistemas: agroecológico e convencional.

Fonte: Dados obtidos nas entrevistas junto aos agricultores.

Organização: O Autor.

Estes apresentam duas características diferenciadas: alguns antigos agricultores convencionais que passaram a produzir fumo orgânico e outros, antigos agroecológicos hortifrutigranjeiros que migraram para a produção de fumo orgânico. Esse processo justifica-se devido à renda propiciada pela produção de fumo orgânico, pois, além do valor do quilograma do fumo, que atualmente apresenta-se compensador para o agricultor perante

outros cultivos. O fato de o produto possuir certificação orgânica frente à empresa fumageira, faz com que o valor por quilograma receba um acréscimo de 50%.

Mesmo considerando os valores socioambientais e culturais presentes na produção agroecológica, os agroecológicos que migraram para a produção de fumo orgânico observaram uma forma de obter uma maior renda e consequentemente não abandonar a produção de alimentos agroecológicos voltados a segurança alimentar da família.

A questão central, parte do desanimo desses agricultores perante as condições de escoar a produção e obter um bom rendimento com os produtos agroecológicos. Assim, eles ainda se consideram agroecológicos e atribuem a produção de fumo orgânico como uma atividade extra para gerar renda, comparáveis com atividades de carpintaria ou artesanato presentes em outras propriedades.

A renda obtida, a estrutura de assessoria, a garantia de compra da mercadoria e a expansão das áreas de influência das empresas fumageiras fortalecem o setor e a sua diversificação na forma de atuação, (como vemos no Fluxograma 03) territorializando novas áreas e integrando o sistema junto a outros sistemas produtivos, balizando suas propostas de ação nas perspectivas de expansão do “Capitalismo Verde”, em que instituições antes poluidoras, direta ou indiretamente, assumem o lema da “sustentabilidade” para incorporarem novas linhas de mercado (DIAS, 2010).

Outro fator relevante é a obtenção ou a continuação da certificação de produção de orgânicos aos fumicultores que cultivam fumo orgânico. Isso se dá pelo não uso de substâncias sintetizadas quimicamente no processo de produção. Entretanto, as certificadoras não questionam os quesitos de sustentabilidade e biodiversidade das propriedades.²⁰

Devido a inúmeras discussões em torno da viabilidade desses dois sistemas e considerando ser pertinente frente à discussão do desenvolvimento territorial rural de São Mateus do Sul, serão analisados, com base em questionários repassados trimestralmente aos agricultores participantes dessa pesquisa, os quesitos custo (plantio e colheita, custo básico - família e custo investimento), venda (direta ao consumidor, a empresas e outros) e renda extra durante um ano, abarcando uma safra agrícola.

Com isso, foi possível realizar uma análise comparativa entre os dois sistemas produtivos e avaliar suas rentabilidades, viabilidades e seus impactos econômicos perante o município de São Mateus do Sul e do território de União da Vitória.

²⁰ . Por ser um seguimento diferenciado, esse tema merece uma reflexão mais aprofundada, entretanto, por não ser o objetivo dessa pesquisa, ele não receberá a análise merecida, podendo ser delineada em futuros trabalhos.

Analisando os custos dos agroecológicos hortifrutigranjeiros²¹ (Quadro 14) percebe-se que o custo produtivo (plantio e colheita) girou em média em R\$ 2.304,00, e de acordo com o coeficiente de variação esse quesito apresenta-se mais heterogêneo do que os dados de custo produtivo dos agricultores convencionais fumicultores (Quadro 15).

O custo de produção dos agroecológicos hortifrutigranjeiros apresenta-se relativamente baixo em relação aos agricultores convencionais fumicultores que apresentaram média de custo de R\$15050,00. Esse fator se reflete no custo da produção convencional, devido principalmente à compra dos insumos agrícolas (fertilizantes químicos e agrotóxicos).

	CUSTO (plantio e colheita)	CUSTO BÁSICO (família)	CUSTO (investimento)	CUSTO (total)
AGROECOLÓGICO 01	2000	4720	0	6720
AGROECOLÓGICO 02	2056	5600	3238	10894
AGROECOLÓGICO 03	2760	4584	1600	8944
AGROECOLÓGICO 04	2400	3480	0	5880
coeficiente de variação	15,26461975	18,92238328	128,0238949	27,89437371
MÉDIA	2304	4596	1209,5	8109,5

Quadro 14 – Custos: agroecológicos hortifrutigranjeiros entre setembro/2010 a agosto/2011

Fonte: Dados obtidos através dos questionários junto aos agricultores.

Organização: O autor

	CUSTO (plantio e colheita)	CUSTO BÁSICO (família)	CUSTO (investimento)	CUSTO (total)
FUMICULTOR 01	11500	7680	1320	20500
FUMICULTOR 02	18000	9400	1338	28738
FUMICULTOR 03	14500	10880	3083	28463
FUMICULTOR 04	16200	9280	5400	30880
coeficiente de variação	18,36981997	14,04695641	69,26991712	16,79854907
MÉDIA	15050	9310	2785,25	27145,25

Quadro 15 – Custos: agricultores convencionais fumicultores entre setembro/2010 e agosto/2011

Fonte: dados obtidos através dos questionários junto aos agricultores.

Organização: O Autor

Em relação aos custos básicos (família), como vê-se no Quadro 15, os agroecológicos hortifrutigranjeiros e os agricultores convencionais fumicultores apresentaram coeficientes de

²¹ Medida de análise:

Custo (plantio e colheita) = custo médio anual da produção de fumo.

Custo (casa) = resultado da soma do custo básico (alimentação, água, luz, telefone, combustível) de um ano com a casa de toda a família. (De acordo com os dados sociofamiliares (Quadro 11))

Custo (investimento) = resultado da soma de todos os custos ligados a investimento na propriedade durante um ano.

variação semelhantes, demonstrando que dentro dos grupos, os valores de custos básicos (família) teve pouca variação.

Entretanto, os agroecológicos hortifrutigranjeiros apresentaram uma média de R\$ 4.596,00 que aparece como menos da metade dos custos básicos (família) dos agricultores convencionais fumicultores (R\$ 9.310,00).

Podemos considerar que esse quesito reflete uma economia para os agroecológicos hortifrutigranjeiros devido a sua diversidade produtiva, ocasionando uma diminuição do custo com a alimentação.

Entretanto, em relação ao quesito custo (investimento) os agricultores convencionais fumicultores mostraram-se mais dispostos a investir, com uma média de R\$ 2.785,00, principalmente ligados a investimentos na estrutura (estufa) e em maquinários (tratores), aonde esses custos refletem parcelas de financiamentos desses produtos. Os agroecológicos apresentam uma média de custo (investimento) de R\$ 1.209,50, relacionado à PRONAF's investimentos, direcionados a compra de micro-trator e veículo utilitário para escoamento da produção até a feira.

Dentro desse quesito, no grupo dos agricultores convencionais fumicultores, o coeficiente de variação indicou heterogeneidade alta (69,2) isso ocorreu devido ao fumicultor 04 ter um custo alto de investimento, devido ao financiamento simultâneo de estufa, carro e de trator, desprendendo um valor alto de financiamento.

Os agroecológicos apresentaram um coeficiente de variação ainda mais heterogêneo (128,0), esse número aparece devido a metade dos entrevistados não apresentarem nenhum custo de investimento e o agroecológico 02 possuir financiamento de micro trator e de carro utilitário.

Ao observar-se a renda bruta total obtida pelos agroecológicos (Quadro 16), constata-se uma média com baixa variação de R\$ 21315,00 ano/safra. Entretanto, a renda extra se mostrou representativa para todos os agroecológicos, sendo até mesmo a principal renda do agroecológico 01. Essa renda extra é obtida parcialmente de aposentadorias recebidas por algum membro da família ou indica a presença da pluriatividade, onde os agricultores recursos financeiros através de atividades diferentes da produção agrícola em si.

	VENDA DA PRODUÇÃO			REND EXTRA	REND BRUTA (total)
	DIRETA AO CONSUMIDOR	EMPRESAS	OUTROS		
AGROECOLÓGICO 01	7800	0	0	17400	25200
AGROECOLÓGICO 02	13200	0	3800	4260	21260
AGROECOLÓGICO 03	12000	0	3500	3600	19100
AGROECOLÓGICO 04	12600	0	3200	3900	19700
coeficiente de variação	21,48675213	0	67,31656018	92,52947094	12,87985695
MÉDIA	11400	0	2625	7290	21315

Quadro 16 – Renda: agroecológicos hortifrutigranjeiros entre setembro/2010 e agosto/2011

Fonte: dados obtidos através dos questionários junto aos agricultores.

Organização: O Autor

A venda direta ao consumidor apresentou-se como a principal vertente de venda dos produtos, constituindo-se como a principal renda de três entre os quatro agroecológicos. A venda da produção indicada na coluna outros, constitui-se principalmente na venda de produtos para o programa do governo Compra Direta. Equivale a aproximadamente 30% da venda da produção dos agroecológicos, mostrando que o programa do Governo Federal vem se tornando, aos poucos, uma saída para o escoamento da produção de hortifrutigranjeiros.

Os agricultores convencionais fumicultores apresentaram uma média da renda bruta de R\$ 52537,50 (quadro 17), valor que não teve muita variação entre os pesquisados, entretanto, dentre os agricultores convencionais fumicultores 01 e 02, a renda extra, como exemplo dos agroecológicos, mostrou-se expressivo.

	VENDA DA PRODUÇÃO			REND EXTRA	REND BRUTA (total)
	DIRETA AO CONSUMIDOR	EMPRESAS	OUTROS		
FUMICULTOR 01	0	28350	0	16440	44790
FUMICULTOR 02	0	39000	0	12240	51240
FUMICULTOR 03	0	56000	0	6120	62120
FUMICULTOR 04	0	50000	0	2000	52000
coeficiente de variação	0	28,20300568	0	69,59510228	13,62940961
MÉDIA	0	43337,5	0	9200	52537,5

Quadro 17 – Renda: agricultores convencionais fumicultores entre setembro/2010 e agosto/2011

Fonte: dados obtidos através dos questionários junto aos agricultores.

Organização: O Autor

A venda da produção, por sua vez, como está estabelecido em contrato e estipulado pelo Sistema Integrado de Produção de Fumo foi toda vendida as empresas fumageiras, como exemplo a Filip Morris e a Souza Cruz.

Ao observar-se os custos de produção e da casa e a renda bruta, intercalando esses dados obtemos a renda líquida dos agricultores pesquisados. Dessa maneira, obteve-se o valor de renda líquida de R\$ 13205,50 em média para os agroecológicos.

	RENDIA BRUTA (total)	CUSTO (total)	RENDIA LÍQUIDA (total)
AGROECOLÓGICO 01	25200	6720	18480
AGROECOLÓGICO 02	21260	10894	10366
AGROECOLÓGICO 03	19100	8944	10156
AGROECOLÓGICO 04	19700	5880	13820
coeficiente de variação	12,87985695	27,89437371	29,51054267
MÉDIA	21315	8109,5	13205,5

Quadro 18 – Comparativo entre a renda e os custos dos agroecologistas hortifrutigranjeiros entre setembro/2010 e agosto/2011

Fonte: dados obtidos através dos questionários junto aos agricultores.

Organização: O Autor

Observando o quadro 18, os valores dos agroecológicos são mais baixos que o dos agricultores convencionais fumicultores (quadro 19) tanto na renda, quanto no custo. Esse fato demonstra que os agroecológicos têm uma menor pressão do mercado em produzir, pois apresentaram um custo total médio de R\$ 8109,50, bem abaixo dos fumicultores que foi de R\$ 25145,25.

	RENDIA BRUTA (total)	CUSTO (total)	RENDIA LÍQUIDA (total)
FUMICULTOR 01	44790	20500	24290
FUMICULTOR 02	51240	28738	22502
FUMICULTOR 03	62120	28463	33657
FUMICULTOR 04	52000	30880	21120
coeficiente de variação	13,62940961	16,79854907	22,29257482
MÉDIA	52537,5	27145,25	25392,25

Quadro 19 – Comparativo entre renda e custos dos agricultores convencionais fumicultores entre setembro/2010 e agosto/2011

Fonte: dados obtidos através dos questionários junto aos agricultores.

Organização: O Autor

Caso ocorra algum problema climático, baixa na produção ou no preço de mercado, a vulnerabilidade dos agricultores convencionais fumicultores é muito maior, podendo acumular dívidas maiores em menos tempo comparados aos agroecológicos.

Entretanto, de uma maneira geral os agricultores convencionais fumicultores apresentaram uma renda líquida maior que os agroecológicos. Sendo o valor médio de R\$ 25.395,25 (fumicultores) quase o dobro do valor adquirido pelos agroecológicos, que foi de R\$ 13.205,50. (Quadro 20)

	GRUPO 01	GRUPO 02
RENDA LIQUIDA (total)	25392,25	13205,5

Quadro 20 – Dados relacionados a renda líquida dos agricultores convencionais fumicultores (grupo 01) e agroecológicos hortifrutigranjeiros (grupo 02) entre setembro/2010 e agosto/2011

Fonte: dados obtidos através dos questionários junto aos agricultores.

Organização: O Autor

Esses dados mostram que os agricultores convencionais fumicultores tem um maior rendimento durante a produção, podendo até mesmo realizar investimentos a curto e em longo prazo, sempre levando em consideração a vulnerabilidade do mercado.

Os agroecológicos por sua vez, mesmo apresentando um rendimento menor que os fumicultores, demonstram um rendimento passivo de suprir as necessidades familiares, entretanto a pluriatividade é necessária, pois tem a função de acarrear mais recursos para a família, proporcionando um maior conforto e melhorando a qualidade de vida. Entretanto, esses dados são baseados em uma safra agrícola setembro/2010 a agosto/2011, sendo assim, apresentam, apenas uma ideia da relação econômica desses agricultores, não refletindo em uma realidade estatisticamente avaliada podendo variar muito em outras safras agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre os elementos estudados, percebemos que as dinâmicas espaciais propiciadas pelos diferentes tipos de produção resultam em padrões de vida específicos e correntes diferenciadas em busca do desenvolvimento rural, mesmo que ambos sejam trabalhadores rurais familiares.

Os agroecológicos hortifrutigranjeiros proporcionam uma produção harmoniosa com o ambiente, alimentos de qualidade para os seus familiares e para os consumidores e, mesmo assim, adquirem renda possível de suprir todas as suas necessidades. Além desses fatores, as relações e organização que os agroecológicos hortifrutigranjeiros apresentam, indica um grupo modificador das dinâmicas agrícolas atuais dominadas pelas multinacionais, aliado à manutenção da cultura e ao fortalecimento da economia local.

Os agricultores convencionais fumicultores, apresentaram-se com fortes vínculos aos padrões de produção propostos pela “Revolução Verde”, os quais ocasionam uma degradação do meio. Além disso, estão integrados ao sistema agrícola pautado na compra dos pacotes de safras e destinando à produção à exportação, envoltos no setor dominado pelas empresas fumageiras. Assim, mesmo que o lucro dessa produção sendo maior que aos agroecológicos, está se apresenta mais vulnerável às oscilações do mercado.

Ambos possuem sua importância, entretanto, os agroecológicos se mostram voltados às dinâmicas rurais locais, e territoriais produzindo espécies adaptadas ao seu ecossistema, comercializando com seu entorno e movimentando renda tanto no meio rural quanto no urbano, fortalecendo assim o seu município de São Mateus do Sul e seu território de União da Vitória (IPARDES, 2007). Além disso, proporcionam a expansão desse segmento por uma territorialização disposta em rede (REDE ECOVIDA, 2010). Diferentemente, os agricultores convencionais fumicultores participam de uma dinâmica mais ampla, que envolve o mercado mundial de produtos e uma territorialização areal.

As práticas agroecológicas instituídas estão inseridas na lógica de agrobiodiversidade, que é tratada como um processo de relações e interações do manejo da diversidade das espécies, com conhecimentos tradicionais e com manejo de múltiplos agroecossistemas (ALTAIR, 2007). Demonstram melhorias nos seus processos de manejo, incorporando novas dinâmicas e antigas práticas consideradas eficientes antes do marco da “Revolução Verde” com foco na questão da sustentabilidade, tanto no quesito econômico quanto, e principalmente no quesito socioambiental.

As produções agroecológicas diversificadas apresentam-se independentes de um sistema dominado por multinacionais, entretanto, deparam-se com a vulnerabilidade de não contar com uma cadeia produtiva organizada como a do fumo. A obtenção de processos semelhantes ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco, organizados por órgãos governamentais e destinados a produtos agroecológicos diversificados, impulsionaria a participação dos agricultores familiares nesse segmento, aumentaria o valor agregado dos produtos e forneceria uma segurança de mercado, propiciando ao agroecológico hortifrutigranjeiros a perspectiva de investimento dentro do desenvolvimento da produção.

Esses fatores demonstram a importância da ação governamental através de políticas públicas aliadas às organizações locais, que impulsionariam um desenvolvimento rural e, conseqüentemente, fortaleceriam o território para um concreto trabalho em busca do desenvolvimento territorial, melhorando a renda, garantindo serviços básicos e propiciando uma melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

Entretanto, dentro das propostas estipuladas pelas políticas de desenvolvimento territorial, apareceram muitas fragilidades, tanto de organização das propostas de desenvolvimento, onde interesses de grupos políticos e econômicos atrapalham ações integradas dentro do território, que favoreçam a todos os municípios e agricultores, quanto na aplicação das ações e na liberação de verbas para projetos. Exemplo disso é o próprio território de União da Vitória que até o momento não formulou e nem concretizou nenhuma ação em prol do desenvolvimento do território.

O aspecto da Pluratividade também é destacado, visto que os agroecológicos hortifrutigranjeiros necessitam trabalhar em outras atividades não agrícolas para melhorar a renda familiar, mesmo que a segurança alimentar esteja garantida pela diversidade da produção, o rendimento da venda dos hortifrutigranjeiros ainda é baixo.

Nessa lógica, é visível a contradição de valores existente em ambas os sistemas produtivos analisados, dentro da relação da qualidade de vida desses agricultores. Os agricultores convencionais fumicultores trabalham em suas propriedades com o intuito de obter recursos a fim de suprir as necessidades de sua família e se desenvolver frente ao sistema agrícola vigente, em uma relação estritamente capitalista. Os agricultores agroecológicos, por sua vez, têm como objetivo o bem-estar de sua família, do ambiente e de seu meio social. Através da agroecologia, começaram a se organizar em uma relação comunitária, contornando a padronização do capital no campo.

Observou-se assim, a importância desses dois sistemas produtivos para o contexto socioeconômico de São Mateus do Sul e do território de União da Vitória. Considerando que essas práticas produtivas apresentam-se como as principais alternativas de sobrevivência dos agricultores familiares no campo.

Assim, para que o desenvolvimento rural desse território seja concreto, é essencial que as políticas públicas e as instituições interessadas nesse processo auxiliem na estruturação desses sistemas, tanto na criação de mercados, construção de agroindústrias comunitárias, apoio e assessoria na produção em relação aos agroecológicos hortifrutigranjeiros. E regular de forma mais efetiva a relação de mercado entre fumageiras e fumicultores, diminuindo a exploração existente nesse processo, tal como incentivando e criando estrutura para modificação desse seguimento produtivo para outro mais sustentável, até mesmo pautado nos princípios do sistema agroecológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2004.
- ANVISA. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, disponível em <http://www.anvisa.gov.br>, acessado dia 13 de Abril de 2008.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In: **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Vols.28 n°s 1,2 3 e 29, n°1,1999a.
- ABRAMOVAY, R. A rede, os nós, as teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura. In **Revista de Administração Pública**, 2000a.
- ABRAMOVAY, R. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. São Paulo/Rio de Janeiro, **IPEA-PROJETO BRA/**. 1999b. p.44.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, 2000b.
- ALMEIDA S. G. Construção e desafios do campo agroecológico Brasileiro. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, AS-PTA, Rio de Janeiro, 2009.
- ALTAIR T. M.. Biodiversidade, agricultura e conservação: conceitos e estratégias. In: BEOF, W. S. *et al* (Org.). **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre RS: L&PM, 2007.
- BASSO L. C. *et al* Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In C. F. *et al* (Org). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**, Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2004.
- BRASIL. **Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001**, dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências Brasília, 2001.
- BOISIER, S. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA. n.19, p.305-343. Jun – 1999.
- BUARQUE, C. O Conceito Subdesenvolvimento do Desenvolvimento, *in A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º 9/10 (p. 48-49), 1993.
- BRUNO R. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Estudos Sociedade e Agricultura, 1995.

CAMPANHOLA, C.; RODRIGUES, G. S. Agricultura e impacto ambiental. In **Simpósio sobre os Cerrados do Meio Norte**. Teresina Anais EMBRAPA, CPAMN , 1997. p. 159 – 169.

CAMARANO, A. A. ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos cinquenta anos. Encontro Nacional Sobre Migração, 1998. p. 304-327.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO - CEPA, UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul *apud* **AFUBRA - Associação Brasileira de Fumicultores**, 2010.

Confederação Nacional de Municípios, disponível em http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp?iIDMUN=100141354, acessado em 15 de julho de 2008.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

CUNHA, L. A. G.. Paraná: desenvolvimento rural e questão regional. **Revista Eletrônica Polidisciplinar Voos**, v.1, n.2, Jan/Jul. 2006 a.

CUNHA, L. A. G.. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. In: **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, 2006b.

CUNHA, L. A. G.. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. In: **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, 2007.

CUNHA, L. A. G.. Desenvolvimento Territorial: Algumas reflexões teórico-conceituais derivadas de estudo monográfico. In: Alves, F. A, *et al*, **Desenvolvimento e agroecologia**, Expressão Popular, São Paulo, 2008.

DIAS G. V.; TOSTES J. G. R.. Desenvolvimento sustentável: do ecodesenvolvimento ao capitalismo verde, 2011. Disponível em http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/Artigos_arquivos/GUILHERME_artigo_SBG.pdf, acessado em 16 de Abril de 2011.

DORETTO M.; LAURENTI, A. C.; GROSSI M. D.; **Diferenciação dos estabelecimentos familiares na agricultura paranaense**, disponível em http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/dif_estabfamiliares.pdf, acessado em 14 de Dezembro de 2010.

EHLERS, E. Agricultura Sustentável, origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: **Livro da Terra**, 1996.

FALK, J. W; CARVALHO, L. A.; SILVA, L; PINHEIRO, S. Suicídios e Uso de Agrotóxicos: Consequência do uso de Agrotóxicos Organosfosfarados. Porto Alegre: **Relatório Azul**, 1996.

FAJARDO, S. Aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem rural no território paranaense, **Caminhos de Geografia, revista on line**, Uberlândia, v.7 n.20, 2007.

FAJARDO, S. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no Estado do Paraná. **Caminhos de Geografia, revista on line** Uberlândia v. 9, n. 27 set/2008. p. 31-44.

FERREIRA L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, 2000.

FERRAZZA, R. S., SANTOS A. C. As fomes no mundo, a história das agriculturas, o futuro das famílias agricultoras: e a necessária revolução no padrão de consumo, In: **Boletim do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais** - Deser, n° 150, março/2006.

FRANÇA C. G., GROSSI M. E. D., MARQUES V. P. M. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**, Brasília: MDA, 2009.

FONSECA A. A. M. Em torno do conceito de região. **Sitientibus**. Bahia, 1999

FURTADO, C.. Introdução ao Desenvolvimento. **Enfoque histórico-estrutural**. Ed. Paz e terra, São Paulo, 2001.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

GRANZIROLI C. E. CARDIM, C. S.; Novo Retrato da Agricultura familiar, o Brasil redescoberto. **Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO**, Brasília, 2000.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização a multiterritorialização. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América latina**, São Paulo, 2005.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, 1994. p. 206-214.

HIRATA, H. **Agricultura sustentável: algumas considerações sobre um estudo de caso numa parcela do cinturão verde de São Paulo**. São Paulo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, **Microrregiões do Brasil**, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/>, acessado dia 05 de Novembro de 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - **IPARDES** disponível em http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal, acessado dia 22 de Outubro de 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES, Diagnóstico Socioeconômico do território de União da Vitória – Paraná. **Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável**, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES, **PRO-RURAL** – Avaliação de Impacto Regional, Curitiba, 1984.

KEINERT R. C. Monitoramento da Qualidade de Vida: **Formulação de uma Metodologia de Avaliação**, 2005.

KLUTHCOVSKY A. C. G. C., Qualidade de vida – aspectos conceituais. In **Revista Salus**, Guarapuava-PR. jan./jun. 2007.

LANILLO R. F.; PELIINI T.; DORETTO M.; **Territórios Rurais do Paraná**, disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/12O526.pdf>, acessado em 05 de janeiro de 2011.

LEAL S. M. S. **Reavaliando o conceito de qualidade de vida**, Ed. Universidade dos Açores, 2008.

MARQUES, L. M.; PEREIRA, VERDE V. **Territórios rurais e políticas públicas no estado do Paraná**. IPARDES, Curitiba, 2008.

MARQUES M. I. M. O conceito de espaço rural em questão, In: **Terra Livre**, São Paulo, 2002.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. Universidade Federal do Paraná e Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Curitiba, 1968.

MALUF, R. Atribuindo Sentido a noção de Desenvolvimento Econômico. **Revista Sociedade e Agricultura**, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2000.

MALUF R., CAZELLA A. A., BONNAL P. Agricultura familiar: **multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

MAIA, C. M. As dimensões da sustentabilidade e a multifuncionalidade da agricultura familiar, In **Anais do Segundo Seminário sobre sustentabilidade**, 2007.

MAZOYER, M.. ROUDART, L. História das Agriculturas do Monde: **Do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 529.

MILANI C., Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**, 2005.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA, disponível em <http://www.agricultura.gov.br/>, acessado dia 15 de Outubro de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, **Programa de Aquisição de Alimento**. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA, **Secretaria de desenvolvimento territorial – SDT**, disponível em

<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/Gestaosocial>, acessado dia 10 de Outubro de 2010.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996. 136 p.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: Transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2005. p. 465-534.

OLIVEIRA J. **Os Agrotóxicos e a poluição das águas: coando mosquito e engolindo camelo**. São Paulo: Editora Musa, 2003, disponível em <http://www.agrisustentavel.com/toxicos/camelo.html>, acessado dia 22 de março de 2010.

OLIVEIRA, R. B. **Desenvolvimento Rural: o enfoque territorial**. Uberlândia, Minas Gerais, 2009.

ORTEGA A. C. **Territórios Deprimidos – desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Uberlândia: Edufu, 2008.

OKONOSKI T. R. H., NABOSNY A. A agroecologia e dinâmica socioespacial local: uma alternativa para agricultores familiares de São Mateus do Sul – PR. In: **Revista Terra Plural**, UEPG, Ponta Grossa, 2009.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981

PELAEZ, Victor. **Da Revolução Verde à transgenia: ruptura e continuidade de paradigmas tecnológicos**. São Paulo: DP&M, 2007.

PIRES, E. L. P. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos teóricos e metodológicos. In: FERNANDES, Bernardo *et al* (Orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p.

PONTE K. F. (Re) Pensando o conceito do Rural. In: **Revista NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, Presidente Prudente, Ano 7, n. 4 p. 20-28 jan./jul. 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, disponível em http://www.pnud.org.br/arquivos/America_Latina.doc, acessado em 06 de Novembro de 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA, disponível em http://www.pnud.org.br/arquivos/America_Latina.doc, acessado em 15 de Dezembro de 2010.

RECCO, Claudio. **O tropeirismo no Brasil** - Atividades dos Tropeiros no Brasil, 2010, disponível em <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=496>, acessado em 10 de Maio de 2010.

REDE ECOVIDA, disponível em <http://www.ecovida.org.br/>, acessado dia 16 de Outubro de 2010.

Relatório de Atividades Afubra 2009/2010, Santa Cruz do Sul – RS. Afubra, 2010.

SAQUET, M. A.. O território: algumas interpretações. **Texto para debate no Seminário do doutorado**. Presidente Prudente: UNESP, 2003.

SAQUET, M. A, GAIOVICZ E. F. **Modernização da Agricultura e Agroecologia**, Unioeste, 2009.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: **Estudos avançados**, 2001.

SILVA J. G. Ocupações Rurais não agrícolas. In: **O Novo Rural Brasileiro**, 2000.

SILVA, M.. **A contribuição de florestas de araucária para a sustentabilidade do sistema faxinais**, 2005.

SILVA D. N. **Aspectos da formação do espaço agrário brasileiro**. Revista Bahia Agrícola. V.3, n.3, 1999.

SCHMITT C. J. **Transição para a agroecologia na Região Sul**, Boletim do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - Deser, nº 112, Abril/2004.

SOUZA, M. L.. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: Sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial. In **Revista Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. nº.1, vol. 1, 1996. p.05-22.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: GOMES P. C., CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p77-116.

TEDESCO J. C.. **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós anos 90**. Porto Alegre: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2006.

TORRENS, J. C. S., **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural**, Boletim do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - Deser, nº 148, dezembro/2005.

WESTPHALEN C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P.. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra do Paraná moderno. In: **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: Departamento de História, 1968. p. 1-26.

WEIGAND R. *et al.* Experiências brasileiras de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável. In: **I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**, Fortaleza, CE, 2003.